

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2012

Srs. Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Endesa Brasil S/A submete a apreciação dos senhores o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. A Endesa Brasil S.A. é uma companhia do Grupo Enel. A Enel é uma das maiores empresas de energia do Mundo. O Grupo produz, distribui e vende energia sustentável, respeitando as pessoas e o meio ambiente. A Enel fornece energia para mais de 60 milhões de clientes residenciais e corporativos em 40 Países, e cria valor para 1,3 milhão de investidores. **1) Perfil:** Uma das cinco maiores empresas privadas do setor elétrico brasileiro, a Endesa Brasil S.A. é uma holding de companhias que atuam em distribuição, geração, prestação de serviços, conversão e transmissão de energia. Com sede em Niterói (RJ), a empresa mantém operações em quatro estados brasileiros: Rio de Janeiro, Ceará, Goiás e Rio Grande do Sul. Os serviços de distribuição são destinados a consumidores residenciais, comerciais, industriais, rurais e de setores públicos, com fornecimento de energia a aproximadamente 15 milhões de pessoas, com 6 milhões de clientes, nos Estados do Rio de Janeiro e do Ceará. Em geração, são atendidas distribuidoras, comercializadoras e clientes livres de diversas partes do País. Por meio da Prátil, empresa constituída em 2009, a Endesa Brasil oferece produtos massivos e presta serviços corporativos e institucionais, a exemplo de instalações elétricas e eficiência energética, para pessoas físicas e jurídicas nos estados do Ceará e Rio de Janeiro. A Endesa Brasil encerrou o exercício de 2012 com 15.242 colaboradores, sendo 2.662 próprios e 12.580 parceiros. Com capacidade instalada de 984,6 MW, as usinas têm fonte hidráulica (658 MW) e térmica (326,6 MW). No ano de 2012, a energia vendida no negócio de geração chegou a 7.300 GWh. A interconexão entre os sistemas energéticos do Brasil e da Argentina apresenta capacidade de 2.200 MW, tendo transmitido 77 GWh no ano. Em distribuição, o volume total de venda e transporte de energia foi de 20.290 GWh em 2012 (18.891 GWh em 2011). Com receita líquida de R\$7,5 bilhões, registrou EBITDA de R\$2,4 bilhões e lucro líquido de R\$1,5 bilhão no ano de 2012. A Endesa Brasil é a subsidiária brasileira da Endesa España S/A, controlada pelo Grupo italiano Enel. Constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, a Endesa Brasil possui o controle majoritário em duas distribuidoras de energia (Ampla Energia e Coelce), duas empresas de geração (CDSA e CGTF), uma empresa de transmissão (CIEN) e uma empresa de prestação de serviços para o setor de energia (Prátil). Além destes ativos, a Endesa Brasil possui participação minoritária em sociedades com propósito específico (SPEs) para construção de usinas eólicas no nordeste do Brasil, em conjunto com a Enel Green Power.

2) Principais Indicadores

	2012	2011
Indicadores Gerais (consolidado)		
Ativo total - R\$mil	12.923.702	11.793.855
Patrimônio líquido - R\$mil	6.945.246	5.937.554
Dívida bruta - R\$mil	2.450.353	2.862.019
Dívida líquida - R\$mil	1.020.398	1.860.027
Número Total de colaboradores	15.242	16.217
Próprios	2.662	2.769
Parceiros	12.580	13.448
Indicadores da Geração		
Energia Gerada - Gwh	5.176	4.154
Energia Vendida - Gwh	7.300	6.828
Indicadores da Distribuição		
Energia fornecida (venda e transporte) - Gwh	20.290	18.891
Número de consumidores	6.050.522	5.867.888

3) Desempenho Econômico

Resultado Consolidado (Valores expressos em milhares de Reais)	2012	2011	Var. % (1)
Receita operacional bruta	10.668.666	9.325.467	14%
Deduções da receita bruta	-3.183.581	-2.746.195	16%
Receita operacional líquida	7.485.085	6.579.272	14%
Custos do serviço e despesas operacionais	-5.610.954	-4.824.464	16%
EBITDA(2)	2.352.841	2.237.167	5%
Margem EBITDA	31%	34%	-3 p.p.
EBIT(3)	1.874.131	1.754.808	7%
Margem EBIT	25%	27%	-2 p.p.
Resultado financeiro	161.474	-142.513	-213%
Imposto de renda e contribuição social	-564.969	-408.774	38%
Lucro líquido	1.470.636	1.203.521	22%
Margem líquida	20%	18%	2 p.p.
Lucro por ação (R\$/ação)	8,61	7,04	22%

(1) Variação entre 2012 e 2011; (2) EBITDA: Resultado antes de resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciações e Amortizações; (3) EBIT: Resultado antes de resultado financeiro e impostos sobre o lucro. O desempenho econômico da Endesa Brasil S.A. espelha os fatos econômicos associados às empresas as quais consolida. A receita operacional bruta de 2012 foi superior a apresentada no ano de 2011 em 14%, decorrente de um maior volume de energia distribuída e vendida, além dos efeitos associados à aplicação combinada de reajustes/revisões tarifárias nas distribuidoras. As deduções da receita operacional evoluíram em linha com as variações registradas na receita bruta. A receita líquida, por sua vez, fechou 2012 com R\$7,5 bilhões, 14% acima da apresentada no ano anterior. Os custos e despesas operacionais apresentaram um incremento de 16%, decorrente, principalmente, de reajustes contratuais, aumento dos custos de compra de energia e aumento no volume das operações, compensado em parte pelos ganhos de eficiência na operação das empresas. Estas variações implicaram em um EBITDA de R\$2,4 bilhões, 5% superior ao apresentado em 2011 (R\$2,2 bilhões). O resultado financeiro apresentou uma melhora, fechando positivo em R\$161 milhões. Esta variação é devido, basicamente, a ajustes efetuados no ativo indenizável das distribuidoras e recebimento de dívida comercial. Em decorrência dos efeitos acima, o total de impostos apresentou um incremento de 38% e o lucro líquido cresceu 22%, alcançando, em 2012, um total de R\$1,5 bilhão (R\$1,2 bilhão em 2011). **4) Responsabilidade Socioambiental:** Para as empresas da Endesa Brasil, a sustentabilidade é compreendida com um conceito tridimensional, que integra comportamento responsável nos aspectos sociais, ambientais e econômicos. Os objetivos, metas e indicadores são estabelecidos por meio de planejamento estratégico e monitorados nas diversas áreas da empresa, em ali-

nhamento com os compromissos para o desenvolvimento sustentável. Em 2012, as empresas investiram em cerca de 60 iniciativas nas comunidades onde atuam. Os projetos socioambientais são focados em iniciativas de educação para o consumo consciente e disseminação de conceitos e práticas de responsabilidade socioambiental, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso irregular de energia, no caso das distribuidoras, assim como o apoio ao desenvolvimento local, à geração de renda e a democratização do acesso à cultura em todas as empresas. No total, foram investidos R\$57 milhões e beneficiadas 3,2 milhões de pessoas nos quatro estados de atuação no Brasil: Rio de Janeiro, Ceará, Goiás e Rio Grande do Sul. Entre os projetos corporativos realizados em 2012, destacam-se: **Rede do Bem:** Em 2012, a Endesa Brasil lançou seu programa de voluntariado corporativo colocado em ação em todas as suas empresas, unificando iniciativas anteriormente existentes. O programa organiza mutirões simultâneos nos 4 estados de atuação da holding em instituições que cuidam de pessoas em risco social dos municípios de influência das empresas e realiza campanhas de doações, recrutando colaboradores voluntários que são cedidos para atuação nas iniciativas apoiadas. Em 2012, em cada empresa, foram realizados três mutirões: dois de reparos e pintura nas instalações e um de atividades recreativas e educativas. No total, foram beneficiadas diretamente 3.200 pessoas, com trabalhos executados por 570 voluntários em 15 instituições, entre escolas, creches e instituições de apoio a idosos. **Programa Endesa Brasil de Educação e Cultura:** Criado em 2011, o programa tem como objetivo contribuir para a qualificação do processo de alfabetização e letramento de crianças de escolas públicas de todo país, através do estímulo a leitura, a escrita e a valorização do patrimônio cultural de cada região. Em 2012, por meio do projeto Teatro de Brinquedos, 282 professores foram capacitados e mais de 8 mil crianças de 217 escolas foram beneficiadas, em 13 municípios dos 4 estados de atuação da empresa Endesa Brasil. **5) Auditores Independentes:** A Companhia firmou contrato com a Ernst & Young Terco Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Financeiras Anuais para um período de 5 (cinco) anos. A Ernst & Young Terco não prestou à Companhia serviços não-relacionados à auditoria externa independente. A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Endesa quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto ao auditor independente, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. **6) Agradecimentos:** A Endesa Brasil S.A. expressa seus agradecimentos aos acionistas, aos membros do Conselho de Administração, aos clientes e fornecedores, aos Governos Municipais, Estadual e Federal, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor e, em especial, aos seus colaboradores próprios e de empresas parceiras pelo empenho e dedicação, fundamentais ao cumprimento de seus objetivos. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2012, 2011 E 1 DE JANEIRO DE 2011 (31 DE DEZEMBRO DE 2010) (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora			Consolidado			Nota	Controladora			Consolidado					
		31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011		31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011			
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado			
Circulante																	
Caixa e equivalentes de caixa	4	302.845	51.344	138.623	814.805	380.908	399.569										
Títulos e valores mobiliários	5	357.839	69.011	492.848	615.150	621.084	703.489										
Contas a receber																	
Consumidores, concessionários e permissionários, líquido	6	-	-	-	1.195.904	1.123.501	1.121.937										
Subvenção baixa renda	7	-	-	-	65.043	48.708	54.242										
Tributos a compensar	8	20.421	9.045	11.614	175.322	218.191	163.031										
Benefício fiscal - ágio incorporado	12	-	-	-	9.609	10.500	-										
Dividendos a receber	14	122.590	47.599	62.024	-	-	-										
Cauções e depósitos	9	-	-	-	49.656	53.746	40.666										
Energia livre	25	-	-	-	2.796	3.832	3.181										
Partes relacionadas	25	516.974	-	-	-	-	9										
Créditos Luz para Todos	-	-	-	-	-	-	13.837										
Outros créditos	13	10.187	5.565	6.393	259.374	163.020	201.948										
Total do ativo circulante		1.330.856	182.564	711.502	3.187.659	2.623.490	2.701.909										
Não circulante																	
Contas a receber																	
Consumidores, concessionários e permissionários, líquido	6	-	-	-	50.508	104.497	128.921										
Tributos a compensar	8	6.144	21.221	22.898	163.107	180.998	202.973										
Depósitos vinculados a litígios	10	-	-	-	300.475	293.157	278.853										
Cauções e depósitos	9	-	-	-	65.497	93.193	83.843										
Tributos diferidos	11	-	-	-	716.032	686.151	667.757										
Benefício fiscal - ágio incorporado	12	-	-	-	73.449	83.059	105.032										
Partes relacionadas	25	11.792	367.244	283.447	120.475	111.509	89.558										
Ativo indenizável (concessão)	15	-	-	-	1.638.619	765.516	527.794										
Outros créditos	13	-	1.573	-	1.863	4.106	19.622										
Investimentos	14	4.013.202	3.821.718	3.594.866	100	100	-										
Imobilizado	16	4.414	5.517	6.323	2.006.697	2.139.485	2.241.281										
Intangível	17	9.251	-	-	4.599.221	4.708.594	4.649.232										
Total do ativo não circulante		4.044.803	4.217.273	3.907.534	9.736.043	9.170.365	8.994.866										
Total do ativo		5.375.659	4.399.837	4.619.036	12.923.702	11.793.855	11.696.775										

Passivo e patrimônio líquido

Circulante																	
Fornecedores	18	21.544	12.427	13.859	790.656	614.591	638.868										
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	-	319.687	637.997	638.057										
Debêntures	20	-	-	-	143.282	388.529	302.110										
Folha de pagamento		6.280	3.853	1.827	67.621	54.068	56.990										
Obrigações fiscais	22	2.834	4.138	5.808	224.559	349.898	248.623										
Taxas regulatárias	23	-	-	-	76.717	71.745	61.437										
Dividendos a pagar		264.887	36.347	169.072	375.873	93.557	229.906										
Contribuição de iluminação pública arrecadada		-	-	-	-	23.820	27.193	15.638									
Obrigações com benefícios pós-emprego	25 e 29	-	-	-	-	12.098	11.418	10.752									
Parcelamento especial		-	-	-	-	31.880	31.949	62.586									
Partes relacionadas	25	6.304	2.238	1.175	6.306	7.659	107.234										
Provisão Luz para Todos		-	-	-	-	12.452	12.452	12.452									
Energia livre		-	-	-	-	27.490	25.205	5.671									
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética	24	-	-	-	-	101.310	79.705	135.625									
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	26	-	-	-	-	17.060	140.793										
Obrigações com IFC - capital		-	-	184.065	-	-	184.065										
Outras obrigações		-	-	-	44.194	41.701	44.530										
Total do passivo circulante		301.849	59.003	375.806	2.257.945	2.464.727	2.895.337										
Não circulante																	
Fornecedores	18	-	-	-	5.177	4.771	4.304										
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	-	677.333	862.272	1.107.715										
Debêntures	20	-	-	-	1.310.051	973.221	606.091										
Obrigações fiscais	22	-	-	-	24.302	32.825	6.182										
Tributos diferidos	11	-	-	-	398.912	169.238	154.001										
Obrigações com benefícios pós-emprego	25 e 29	-	-	-	-	551.794	553.176	392.097									
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética		-	-	-	-	32.291	13.749	12.287									
Partes relacionadas	25	-	424	424	121.5												

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES				
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	1.003.817	871.135	1.470.636	1.203.521
Outros resultados abrangentes				
Resultado de participações societárias				
Ganho (perda) atuarial em fundo de pensão de controlada	(4.062)	(63.917)	(7.574)	(135.788)
Efeitos de variação cambial sobre controlada no exterior	80	118	80	118
Perda em instrumento financeiro derivativo de controlada	(536)	(1.436)	(1.607)	(1.436)
Resultado abrangente do exercício	999.299	805.900	1.461.535	1.066.415
Atribuído aos acionistas controladores			999.299	805.900
Atribuído aos acionistas não controladores			462.236	260.515
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Valores Expressos em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	1.003.817	871.135	1.470.636	1.203.521
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	98.970	141.419
Depreciação e amortização	1.214	1.165	451.697	450.286
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação	-	-	27.013	29.518
Equivalência patrimonial	(992.601)	(833.775)	-	-
Provisão (reversões) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	105	-	5.582	(9.142)
Benefício fiscal ágio incorporado	-	-	10.501	11.474
Juros e variações monetárias provisionados	(40.838)	-	279.780	344.400
Receita ativo indenizável	-	-	(487.517)	(23.728)
Valor residual de ativo imobilizado e ativo intangível baixado	-	-	13.764	13.457
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	204.196	62.679
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética	-	-	71.888	24.194
Obrigações com benefício pós-emprego	-	-	42.186	13.564
Provisão para perdas em estoques	-	-	(166)	485
Resultado com instrumentos financeiros	-	-	(2.385)	(4.243)
Outras receitas	(676)	-	(449)	2.796
	(28.979)	38.525	2.185.696	2.260.680
(Aumento) redução nos ativos				
Consumidores, concessionários e permissionários	-	-	(122.551)	(114.418)
Subvenção de baixa renda	-	-	(16.335)	13.457
Dividendos recebidos	723.484	555.684	-	-
Créditos Luz para Todos	-	-	-	13.837
Cauções e depósitos	-	-	31.786	(22.430)
Depósitos vinculados a litígios	-	-	(6.757)	(11.721)
Outros créditos	(3.049)	(745)	(86.965)	25.118
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	9.117	(1.432)	176.471	(30.404)
Folha de pagamento	2.427	2.026	13.553	(1.477)
Taxas regulamentares	-	-	4.972	10.308
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética	-	-	(31.741)	(93.813)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	-	-	(125.117)	(169.440)
Pagamentos de juros de debêntures	-	-	(120.822)	(101.657)
Obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	(40.955)	(38.542)
Pagamentos de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	(104.564)	(120.795)
Outros passivos	-	-	41.849	(23.976)
Partes relacionadas, líquidas	160.039	1.063	2.910	(38.333)
Tributos a pagar/a compensar, líquidos	2.397	2.576	(56.920)	48.513
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	865.436	597.697	1.743.610	1.604.907
Atividades de investimento				
Títulos e valores mobiliários	(288.828)	423.837	5.934	82.198
Empréstimos de mútuos concedidos (liquidados)	(277.081)	(83.797)	-	-
Investimentos	(2.323)	(1.090)	-	(100)
Aplicações no intangível e imobilizado	(9.362)	(359)	(635.899)	(686.771)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(577.594)	338.591	(629.965)	(604.673)
Atividades de financiamento				
Captação de debêntures	-	-	400.000	700.000
Pagamento de debêntures	-	-	(360.779)	(275.500)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	140.371	427.421
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-	(625.710)	(688.706)
Pagamento de mútuos	-	-	(4.342)	(28.347)
Pagamento contrato de dívida com a Faelce	-	-	(13.409)	(13.841)
Dividendos pagos	(36.341)	(839.502)	(168.139)	(918.607)
Parcelamento especial	-	-	(47.740)	(37.250)
Pagamento s/ IFC	-	(184.065)	-	(184.065)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(36.341)	(1.023.567)	(679.748)	(1.018.895)
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	251.501	(87.279)	433.897	(18.661)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	51.344	138.623	380.908	399.569
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	302.845	51.344	814.805	380.908
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	251.501	(87.279)	433.897	(18.661)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	Nota	Ações		Reserva de capital	Reserva de lucros	Reserva de reforço para capital de giro	Outros resultados abrangentes	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Patrimônio líquido atribuível aos			Total	
		Capital social	resgatáveis no futuro								Demais	Acionistas Endesa Brasil	Acionistas Grupo Endesa		Acionistas não controladas
		Reservas de lucros	Ações em tesouraria								Reserva legal	Outras reservas	Reserva para capital de giro		
Saldos em 1º de janeiro 2011		916.879	(111.025)	2.504.370	133.839	598.797	(1.228)	298.778	-	-	4.340.410	838.640	758.504	5.937.554	
Baixa de ações recompráveis no futuro		-	111.025	(111.025)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Depreciação do ativo imobilizado (custo atribuído)		-	-	-	-	-	(34.713)	34.713	-	-	-	-	-	-	
Aprovação de dividendos propostos	27	-	-	-	-	-	-	-	-	(507.183)	(507.183)	(10.475)	(101.153)	(618.811)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	871.135	-	871.135	117.743	214.643	1.203.521	
Perda em investimento de controlada		-	-	-	-	-	-	-	(1.676)	-	(1.676)	-	-	(1.676)	
Ganho (perda) atuarial em fundo de pensão de controlada	29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(63.917)	(52.556)	(19.315)	(135.788)	
Transferência para lucros acumulados		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reversão de dividendos prescritos em controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Proposta da administração para destinação do lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	162	-	162	49	129	340	
Reserva legal	27	-	-	-	42.021	-	-	(42.021)	-	-	-	-	-	-	
Dividendos intercalares (R\$0,9554 por ação)		-	-	-	-	-	-	(163.258)	-	-	(163.258)	(300)	(536)	(164.094)	
Dividendos mínimos (R\$0,2127 por ação)	27	-	-	-	-	-	-	(36.341)	-	-	(36.341)	(15.151)	(40.730)	(92.222)	
Reserva para reforço de capital de giro	27	-	-	-	-	598.797	-	(598.797)	-	-	-	-	-	-	
Ajuste acumulado de conversão	27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	118	-	118	
Perda em instrumento financeiro derivativo		-	-	-	-	-	-	(1.436)	-	-	(1,436)	-	-	(1,436)	
Saldos em 31 de dezembro de 2011		916.879	(111.025)	2.504.370	133.839	598.797	(1.228)	298.778	-	-	4.340.410	838.640	758.504	5.937.554	
Depreciação do ativo imobilizado (custo atribuído)		-	-	-	-	-	-	(55.704)	55.704	-	-	-	-	-	
Aprovação de dividendos propostos	27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(251)	(75.986)	(76.237)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	1.003.817	-	1.003.817	248.899	217.920	1.470.636	
Ganho (perda) atuarial em fundo de pensão de controlada	29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.062)	14.366	(17.878)	(7,574)	
Transferência para lucros acumulados		-	-	-	-	-	-	(4,062)	(4,062)	-	-	-	-	-	
Perda em instrumento financeiro derivativo		-	-	-	-	-	-	(536)	-	-	(536)	(723)	(348)	(1,607)	
Efeito reflexo de controlada		-	-	-	-	(1,124)	-	-	-	-	(1,124)	(1,089)	-	(2,213)	
Proposta da administração para destinação do lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendos intercalares	27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(403)	(772)	(1,175)	
Dividendos mínimos (R\$1,5501 por ação)	27	-	-	-	-	-	-	(264,880)	-	-	(264,880)	(57,475)	(51,863)	(374,218)	
Dividendos adicionais propostos (R\$4,3403 por ação)		-	-	-	-	-	-	(741,665)	741,665	-	-	-	-	-	
Reserva para reforço de capital de giro	27	-	-	-	-	-	48,914	(48,914)	-	-	-	-	-	-	
Ajuste acumulado de conversão	27	-	-	-	-	-	-	80	-	-	80	-	-	80	
Saldos em 31 de dezembro de 2012		916.879	(111.025)	2.504.370	133.839	(1.124)	647.711	(1.684)	243.074	-	741.665	5.073.705	1.041.964	829.577	6.945.246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 E 1º DE JANEIRO DE 2011 (31 DE DEZEMBRO DE 2010) (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

1. Informações gerais: Contexto operacional. A Endesa Brasil S.A. ("Endesa Brasil" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Praça Leoni Ramos, 1, município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, que tem como objeto social a participação acionária em outras empresas que atuam ou venham a atuar, direta ou indiretamente, em qualquer segmento no setor elétrico e a prestação de serviços de transmissão, distribuição, geração ou comercialização de energia elétrica e atividades afins. A Companhia possui participações nas seguintes controladas operacionais por segmento, que, em conjunto com a Companhia formam o Grupo Endesa Brasil ("Grupo Endesa" ou "Grupo"): a) **Distribuição de energia elétrica. Ampla Energia e Serviços S.A.** A Ampla Energia e Serviços S.A. ("Ampla Energia"), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede na Praça Leoni Ramos, 01, município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A Ampla Energia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 do Estado do Rio de Janeiro e um de Minas Gerais. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, de 09 de dezembro de 1996, da ANEEL, com vencimento para dezembro de 2026. A Endesa Brasil possui participação direta de 46,89% na Ampla Energia. **Companhia Energética do Ceará - COELCE.** A Companhia Energética do Ceará - COELCE ("COELCE"), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, município de Fortaleza, Estado do Ceará, controlada pela Investuz S/A (ambas as empresas do Grupo Endesa), concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A COELCE tem como área de concessão todo o Estado do Ceará. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, de 13 de maio de 1998, da ANEEL, com vencimento para maio de 2028. A Endesa Brasil possui, entre participações diretas e indiretas, 47,92% do capital da COELCE. b) **Geração de energia elétrica. Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA.** A Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA ("CDSA"), com sede na Rodovia GO 206, KM0, município de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás, é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como principais objetivos a realização de estudos, projeções, construção, instalação, operação e exploração de usinas geradoras de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio decorrentes dessas atividades, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Em 5 de setembro de 1997, foi realizado leilão público para aquisição, pela iniciativa privada, da participação acionária representativa do seu capital. Essa operação foi reconhecida pelo poder concedente através do Contrato de Concessão nº011/97, datado de 12 de setembro de 1997, o qual determina que o prazo da concessão é de 30 anos, expirando-se em setembro de 2027. O ativo imobilizado da CDSA é constituído, basicamente, do acervo da citada usina, que está localizada no Rio Paranaíba, com sede no município de Cachoeira Dourada, Goiás, com capacidade instalada de 658 MW, subdivididos em 10 unidades geradoras. A Endesa Brasil detém participação direta de 99,61% na CDSA. **Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF.** A Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF ("CGTF"), sociedade de capital fechado, com sede na Rodovia CE422, Km 01, s/n, Complexo Industrial e Portuária do Pecém, município de Caucaia, Estado do Ceará, foi constituída em 20 de agosto de 2001 e autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica através da Resolução ANEEL nº 433, de 19 de outubro de 2001, compondo-se de um ciclo combinado com duas turbinas a gás e uma turbina a vapor, conforme Despacho ANEEL nº 73/2002. O início das atividades operacionais deu-se em 27 de dezembro de 2003. Conforme definido no seu estatuto social, a CGTF tem como atividades principais o estudo, projeto, construção e exploração dos sistemas de produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, que venham a ser concedidos, permitidos ou autorizados por qualquer título de direito, bem como o exercício de outras atividades associadas e a prestação de serviços de qualquer natureza relacionados a essas atividades. A CGTF é um dos empreendimentos integrantes do Programa Prioritário de Termelétricidade - PPT do Governo Federal para ampliação da oferta de energia ao Brasil, tendo a CGTF contratado em 31 de agosto de 2001, a venda de 2.690 GWh/ano (equivalente a 307 MW médios), para a controlada COELCE, também pertencente do Grupo Endesa, por 20 anos a partir do início do suprimento de energia em janeiro de 2004, a preço normativo estabelecido pela ANEEL, reajustável anualmente por uma cesta de indicadores composta pelas variações do IGPM, do dólar norte-americano e do gás natural contratado. Em 16 de setembro de 2002, foi firmado entre a CGTF e a Companhia de Gás do Ceará ("CEGÁS"), com intervenção da Petrobras, o contrato de compra e venda de gás natural pelo prazo de 20 anos, contados a partir do início do suprimento de gás em janeiro de 2004. O referido contrato assegura que a totalidade do gás consumido pela usina deverá ser comprado junto a CEGÁS da mesma forma, e estipula que em caso de falha no fornecimento a mesma deverá reembolsar os custos incorridos pela CGTF, para honrar seu contrato de venda. A CGTF é controlada integral da Endesa Brasil. **Eólica Fazenda Nova - Geração e Comercialização de Energia Ltda.** A Eólica Fazenda Nova -

Geração e Comercialização de Energia Ltda. ("Fazenda Nova") é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada com sede na Rua Felipe Camarão, 507, sala 201, Cidade Alta, Natal, Rio Grande do Norte, que tem como objetivo a geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia e atividades correlatas. Em 30 de setembro de 2009, a Endesa Brasil concluiu a aquisição de 99,95% do capital acionário da controlada Fazenda Nova pelo montante de R\$3.942. A controlada está em fase pré-operacional e foi constituída para participar de leilões de energia eólica. c) **Transmissão de energia elétrica. CIEN - Companhia de Interconexão Energética.** A CIEN - Companhia de Interconexão Energética ("CIEN"), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Praça Leoni Ramos, 01, município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, tem por objeto social atuar na área de produção, industrialização, distribuição e comercialização de energia elétrica, inclusive nas atividades de importação e exportação, implementando os serviços necessários à realização desse objeto social. Neste sentido, a CIEN promoverá o estudo, planejamento e construção das instalações relativas a sistemas de produção, transmissão, conversão e distribuição de energia elétrica. Também poderá promover a implementação de projetos associados, bem como a realização de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos serviços e trabalhos que vier a prestar, podendo, inclusive, participar em outras sociedades. Em 04 de abril de 2011, por meio das Portarias nº 210 e nº 211, as linhas Garabi I e Garabi II, respectivamente, passaram a ser tratadas como equiparadas a concessões de transmissão. Tal equiparação submete as duas linhas de transmissão da CIEN à metodologia de reconhecimento de receita por meio de homologação anual de Receita Anual Permitida - RAP, pela ANEEL. A equiparação comercial e técnica da controlada a transmissora de energia das duas linhas tem prazos definidos de 09 anos para Garabi I, com término da vigência em 20 de junho de 2020, e de 11 anos para Garabi II, com término da vigência em 31 de julho de 2022. Por meio da Resolução Homologatória nº 1.313, de 26 de junho de 2012, a ANEEL homologou a RAP da CIEN no montante de R\$278.277, para o período 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2013, e parcela de ajuste referente a repasses superiores no montante de R\$11.221. O período de revisão da RAP é anual, ocorrendo sempre no mês de junho de cada ano. A cada quatro anos a CIEN será submetida a uma revisão das bases para cálculo e homologação da RAP. A Endesa Brasil detém participação direta de 100,00% na CIEN. d) **Holdings. Ampla Investimentos e Serviços S.A.** A Ampla Investimentos e Serviços S.A. ("Ampla Investimentos"), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Praça Leoni Ramos, 01, município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, foi constituída em 29 de dezembro de 2005, e tem como objeto social participar do capital da Investluz S.A. e em outras sociedades, no Brasil e no exterior, na qualidade de sócia, quotista ou acionista. A Ampla Investimentos atua como empresa *holding*, possuindo, basicamente, a participação societária de 36,43% no capital da Investluz S.A., que por sua vez, possui 56,59% do capital da COELCE. A Endesa Brasil possui participação direta de 46,89% da Ampla Investimentos. **Investluz S.A.** A Investluz S.A. ("Investluz") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Praça Leoni Ramos, 01, município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, foi constituída em 5 de março de 1999, e tem como objeto social participar do capital da COELCE e em outras sociedades, no Brasil e no exterior. Atualmente, a Investluz detém participação de 56,59% no capital da COELCE. A Endesa Brasil possui participação direta de 63,57% na Investluz e) **Prestação de serviços. En-Brasil Comércio e Serviços S.A.** A En-Brasil Comércio e Serviços S.A. ("Prátil") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Praça Leoni Ramos, 01, município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, foi constituída em 18 de agosto de 2009, que tem como objeto social participar do capital de outras companhias e/ou sociedades, associações, consórcios e outras formas de associação no Brasil e no exterior, bem como a prestação de serviços gerais, direta ou indiretamente relacionados com suas atividades, tanto para o setor da energia elétrica quanto para os demais setores da economia e de consumo em geral. A Endesa Brasil possui participação direta de 99,99% na Prátil. A Endesa Brasil possui participação direta de 99,99% na Prátil. f) **Estudos de viabilidade. Consórcio Tapajós.** Em 01 de agosto de 2012, o Acordo de Cooperação Técnica ("ACT") que constitui o Consórcio Tapajós ("Consórcio") foi aditado, incluindo a participação da Endesa Brasil S.A., entre outros consorciados. O Consórcio tem como objetivo elaborar e desenvolver estudos pertinentes a empreendimentos que serão submetidos à ANEEL ou a qualquer outro órgão competente. A duração prevista para o Consórcio é 16 de julho de 2014. A participação da Endesa Brasil no Consórcio dar-se-á de forma que a soma de todas as despesas, efetuadas por cada concessionária, no âmbito do ACT e no Consórcio, alcancem conjuntamente 9,43%, ao final do prazo estipulado do término do Consórcio. Conforme descrito na Nota 2.25, a Companhia efetuou correções de determinadas classificações em seu balanço patrimonial, as quais impactaram a demonstração dos fluxos de caixa. Essas modificações em relação às demonstrações financeiras anteriormente emitidas não causaram alterações no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011, nem no resultado do exercício findo naquela data. A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2013. **2. Principais políticas contábeis: 2.1. Declaração de conformidade.** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. **2.2. Base de consolidação.** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Endesa Brasil, suas controladas, controlada em conjunto e controladas indiretas, cuja participação percentual na data dos balanços é assim resumida:

Controlada	Percentual de participação (%)		Direta	Indireta
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF	100,00	100,00	-	-
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA	99,61	99,61	-	-
Ampla Energia e Serviços S.A.	46,89	46,89	-	-
CIEN - Companhia de Interconexão Energética	100,00	100,00	-	-
Compañia de Transmisión del Mercosur S.A. - CTM (**)	99,99	-	99,99	-
Transportadora de Energia S.A. - Tesa (**)	100,00	-	100,00	-
Investluz S.A.	80,67	63,57	17,10	-
Companhia Energética do Ceará - COELCE	47,92	2,27	45,65	-
Ampla Investimentos e Serviços S.A.	46,89	46,89	-	-
EN-Brasil Comércio e Serviço S.A. - Prátil	99,99	99,99	-	-
Eólica Fazenda Nova Geração e Comercialização de Energia Ltda	99,95	99,95	-	-
Consórcio Tapajós (***)	9,43	9,43	-	-

Trento Renda Fixa Crédito Privado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento ("Trento") (*)
 Bradesco Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento RF Crédito Privado Compostela ("Compostela") (*)
 Fundo de Investimento Vicenza Renda Fixa - Crédito Privado ("Vicenza") (*)

(*) Fundos de investimentos exclusivos Trento, Compostela e Vicenza são administrados, respectivamente, pelo Banco Itaúcard S.A., Banco Bradesco S.A. e Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (**) Investidas no exterior. (***) Controlada em conjunto com demais consorciados. O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas. Entre os principais procedimentos de consolidação estão: (a) Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas; (b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de resultados não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; (d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas. Especificamente em relação ao investimento no Consórcio Tapajós, os saldos foram consolidados em bases proporcionais, considerando a participação da Companhia. **2.3. Base de elaboração.** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados saldos mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. **2.4. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira.** Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data de transação a data das demonstrações financeiras são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.5. Informações por segmento.** O Pronunciamento Técnico CPC 22 - Informações por segmento ("CPC 22") correspondente ao IFRS 8 - *Operating segments* ("IFRS 8"), requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões (*chief operating decision maker*), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. **2.6. Conversão de moeda estrangeira.** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do fechamento. As demonstrações financeiras das controladas indiretas CTM e Tesa são originalmente elaboradas em pesos argentinos (moeda funcional). Os ativos e passivos foram convertidos para reais, à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2012 - ARS 1,00 - R\$0,4155, divulgada pelo Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2011 - ARS 1,00 - R\$0,4358), e as contas de resultado, pela taxa média mensal. Os ativos e passivos das controladas indiretas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do mês da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado. **2.7. Reconhecimento de receita.** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descon-

tos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. 2.7.1. Receita de distribuição. Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pelas controladas COELCE e Ampla Energia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa. 2.7.2. Receita de transmissão. A receita de transmissão é reconhecida com base em documento específico (Resolução Homologatória) emitido anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com validade para o período de 1º de julho de um exercício a 30 de junho do exercício seguinte. O reconhecimento mensal é baseado no informe do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e corresponde à receita pela disponibilização do sistema de transmissão. 2.7.3. Receita não faturada. Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimativa, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. 2.7.4. Receita de construção. A Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de construção ("CPC 17") (serviços de construção ou melhoria), Interpretação Técnica ICPC17 - Contrato de Concessão ("ICPC 17") e CPC 30 (R1) - Receitas ("CPC 30") (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada e estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim das controladas é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) o Grupo Endesa terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. 2.7.5. Receita de juros. A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. **2.8. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente.** 2.8.1. Ativo financeiro. **Reconhecimento inicial e mensuração.** Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. O Grupo Endesa determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros do Grupo Endesa incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários, contas a receber de revendedores, concessão de serviço público (ativo indenizável), cauções e instrumentos financeiros derivativos. **Mensuração subsequente.** A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.** Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo Endesa que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*, definidos pelo CPC 38 - *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração* ("CPC 38"). Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. **Investimentos mantidos até o vencimento.** Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando o Grupo Endesa tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. **Empréstimos e recebíveis.** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. **Ativos financeiros disponíveis para venda.** Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) Empréstimos e recebíveis; (b) Investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período. Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros.** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • O Grupo Endesa transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (i) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Quando o Grupo tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do Grupo com o ativo. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que o Grupo manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida do Grupo, dos dois o menor. 2.8.1.1. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação, enquanto que aquelas com vencimento superior a três meses são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários. 2.8.1.2. Contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias. Engloba as contas a receber com (i) fornecimento de energia e uso da rede, faturadas e não faturadas, esta última por estimativa; (ii) serviços prestados, acrescidos moratórios e outros; (iii) venda de energia a concessionários, permissionários e consumidores livres; (iv) energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (v) disponibilização da rede de transmissão de energia elétrica, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis. 2.8.1.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa. É calculada com base nos valores de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela Administração do Grupo como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos registrados pelas controladas da Companhia. 2.8.2. Redução do valor recuperável de ativos financeiros. O Grupo avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. 2.8.3. Passivos financeiros. **Reconhecimento inicial e mensuração.** Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. O Grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos. **Mensuração subsequente.** A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado.** Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. O Grupo não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. **Mantidos para negociação.** Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38, menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. **Empréstimos, financiamentos e debêntures.** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos e debêntures sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros.** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores

contábeis reconhecida na demonstração do resultado. 2.8.4. Instrumentos financeiros - apresentação líquida. Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.8.5. Valor justo de instrumentos financeiros. O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado; ou outros modelos de avaliação. **2.9. Instrumentos financeiros derivativos.** O Grupo Endesa possui instrumentos financeiros representados por contratos de *swap*, visando proteção parcial à exposição da taxa CDI produzida pelas debêntures emitidas pela Ampla Energia e COELCE e à variação das taxas de câmbio sobre os empréstimos e financiamos indexados ao dólar norte-americano da CGTF. Os instrumentos financeiros derivativos estão classificados na categoria de *hedge* de fluxo de caixa sendo reconhecidos ao valor justo. Os ganhos ou perdas da parcela eficaz destes *swaps* são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. A Nota 21 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas da Companhia. O Grupo Endesa não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos. **2.10. Ativo indenizável (concessão).** Em 11 de janeiro de 2013, foi promulgada a Lei nº 12.783 que tornou definitiva a Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. A partir da publicação da Lei nº 12.783, as concessões de distribuição de energia elétrica alcançadas pelo art. 22 da Lei nº 9.074 de 07 de julho de 1995, poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos. Adicionalmente, a Lei nº 12.783 prevê que o Governo, na sua qualidade de concedente, use para a determinação do valor dos investimentos dos bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados com base no Valor Novo de Reposição (“VNR”), adotando-se o banco de dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o banco de preços homologados pela ANEEL. Este novo fato causou uma mudança significativa nos critérios a serem considerados para valorização e classificação dos bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados quando do término da concessão. Anteriormente, a Companhia adotava o valor residual contábil (custo histórico) como metodologia para cálculo do valor indenizatório e, como consequência, como base para o cálculo dos efeitos da adoção da ICPC 01 e ICPC 17 e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de concessão (“OCPC 05”). Este ativo financeiro, representado pelo valor indenizatório da Ampla Energia e COELCE, encontrava-se classificado como “empréstimos e recebíveis” e como consequência da promulgação da Lei nº 12.783, este instrumento financeiro passou a ser classificado como “disponível para venda”. Considerando a natureza prospectiva do referido assunto, decorrente de novo posicionamento por parte do órgão regulador imposto pela Lei nº 12.783, a Administração da Companhia procedeu o recálculo do ativo indenizável da Ampla Energia e da COELCE levando em consideração o VNR dos bens ao final da concessão, sendo o impacto consolidado divulgado na receita financeira no montante de R\$487.517 (Ampla Energia R\$307.410 e COELCE R\$180.107). Adicionalmente, a referida Lei extingue a arrecadação da Conta Consumo de Combustível - CCC e Reserva Global de Reversão - RGR, além de reduzir a arrecadação da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE em 75%. **2.11. Investimentos.** O investimento em controlada é contabilizado com base no método de equivalência patrimonial. Com base neste método, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação acionária na controlada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. A participação societária na controlada é demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro atribuível à Companhia. As demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento. **2.12. Imobilizado.** Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. Inclui principalmente os ativos de geração e ativos administrativos. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens. **2.13. Ativo intangível.** Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo intangível (“CPC 04”), a ICPC 01 e a OCPC 05. É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O benefício fiscal oriundo do ágio registrado no balanço patrimonial da controlada Investluz S.A. tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão da controlada COELCE, e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público. A amortização do saldo está sendo feita com base no prazo da concessão, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada até 31 de dezembro de 2027. O ativo intangível adquirido separadamente é reconhecido pelo custo, menos a amortização acumulada e as perdas acumuladas por redução no valor recuperável. A amortização é reconhecida pelo método linear ao longo da vida útil estimada do intangível. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada período de reporte, com o efeito de quaisquer alterações nas estimativas sendo contabilizadas prospectivamente. **2.14. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não financeiros.** A Administração do Grupo Endesa revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. **2.15. Provisões. Geral.** Provisões são reconhecidas quando o Grupo Endesa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas.** O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.16. Impostos.** 2.16.1. Impostos de renda e contribuição social - corrente. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras nos países onde as subsidiárias do Grupo operam e geram resultado tributável. Periodicamente, a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, o Grupo adota o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, da base de cálculos desses tributos. As controladas COELCE e CGTF gozam de incentivos fiscais com redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente às suas atividades de distribuição até o ano-base de 2013 para CGTF. Os valores correspondentes à redução do imposto de renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do exercício e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta “Reserva de incentivo fiscal”, no grupo de reserva de lucros. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. 2.16.2. Impostos diferidos. Os impostos diferidos ativos atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados no pressuposto de realização futura, baseado nas projeções de resultado preparados pela Administração. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas de impostos conhecidas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. Dada a incerteza inerente às estimativas, o lucro tributável futuro poderá ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando do montante do ativo fiscal a ser registrado. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando a compensação é permitida por Lei. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. **2.17. Taxas regulamentares.** Uma vez que Ampla Energia, CDSA, CIEN, CGTF e COELCE, controladas da Endesa Brasil, atuam em segmentos regulados, são cobrados destas controladas valores a título de recolhimento de encargos setoriais, como segue: 2.17.1. Reserva Global de Reversão (RGR). Refere-se à provisão dos valores a serem pagos a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, calculadas à base de 2,5% sobre o imobilizado (conforme definido pela ANEEL), limitada a 3% da receita bruta de operações com energia elétrica. Tais valores são regulamentados em bases anuais através de despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da ANEEL. A partir de janeiro de 2013, por meio dos dispositivos da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, transforma na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, estes valores não deverão mais ser repassados pelas concessionárias de distribuição de energia (vide Nota 2.10). 2.17.2. Conta Consumo de Combustível (CCC). Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados (vide Nota 2.10). 2.17.3. Conta de Desenvolvimento Energéti-

co (CDE). Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL (vide Nota 2.10). 2.17.4. Programas de Eficientização Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE). São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória (ROL Regulatória) para aplicação nesses programas. 2.17.5. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE). Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. 2.17.6. Encargo do Serviço do Sistema - ESS. Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração. 2.17.7. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos, calculado pelo valor da energia produzida. **2.18. Outros ativos e passivos circulares e não circulares.** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos). **2.19. Participação nos resultados.** O Grupo Endesa reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. **2.20. Distribuição de dividendos.** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (“CPC 25”) e na Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos (“ICPC 08”), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia e de suas controladas estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual, exceto a controlada CGTF em 2%, seja distribuídos a título de dividendos, após a destinação da reserva legal. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, o Grupo registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “proposta de distribuição de dividendos adicionais” no patrimônio líquido. **2.21. Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego.** O Grupo Endesa patrocina planos de previdência do tipo benefício definido a certos empregados, além de benefício de assistência médica pós-emprego, os quais requerem que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios das controladas. Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a empregados (“CPC 33”). O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, em conformidade com as regras do CPC 33, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, conforme detalhes divulgados na Nota 29. **2.22. Demonstrações dos fluxos de caixa.** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa (“CPC 03”). **2.23. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012.** Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) foram revisados e têm a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2012. Dada a natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia e de suas controladas, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. • CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros. Evidenciação (“CPC 40”). A revisão do CPC 40 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IFRS 7 - *Financial Instruments: Disclosures* (“IFRS 7”). • ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos (“ICPC 08”). A revisão da ICPC 08 tem como objetivo complementar o documento original emitido pelo CPC em 2009, abordando em mais detalhes as previsões contidas na legislação societária brasileira em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. • CPC 18 (R1) - Investimento em Coligada e em Controlada (“CPC 18”). A revisão do CPC 18 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 28 - *Investments in Associates*. Alteração relevante trata do reconhecimento de resultados de transações entre controlada e controladora constante nos itens 22A, 22B e 22C, também tratado no ICPC 09, comentado abaixo. • ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (“ICPC 09”). A revisão da ICPC 09 é decorrente da revisão do Pronunciamento Técnico CPC 18. • CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (“CPC 17”). A revisão do CPC 17 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 11 - *Construction Contracts*. • CPC 30 (R1) - Receitas (“CPC 30”). A revisão do CPC 30 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 18 - *Revenue*. • CPC 35 (R2) - Demonstrações Separadas (“CPC 35”). A revisão do CPC 35 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 27 - *Separate Financial Statements*. **2.24. Novos pronunciamentos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012.** Listamos a seguir os pronunciamentos que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Administração da Companhia pretende adotar tais pronunciamentos quando os mesmos entrarem em vigor. • CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (“CPC 33”). • A revisão do CPC 33 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 19 - *Employee Benefits*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado. • CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (“CPC 18”). A revisão do CPC 18 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 28 - *Investments in Associates*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é prescrever a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas, além de definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). • CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (“CPC 45”). O CPC 45 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 12 - *Disclosure of Interests in Other Entities*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é (i) definir valor justo; (ii) estabelecer em um único pronunciamento uma estrutura para a mensuração do valor justo; e (iii) estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo. **2.25. Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2011.** Durante o quarto trimestre de 2012, a Companhia identificou erros na classificação de certos instrumentos financeiros entre caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, para os quais o balanço patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa foram corrigidos. A Administração da Companhia concluiu, baseada em uma reavaliação do assunto, que certos instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2011 e que havia sido reportado anteriormente, deveriam ser registrados como títulos e valores mobiliários, e que certos títulos e valores mobiliários deveriam ser registrados como caixa e equivalentes de caixa, para estarem em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Esses valores foram determinados para 31 de dezembro de 2011 e para 1º de janeiro de 2011 (equivalente a 31 de dezembro de 2010), de forma a demonstrar o ajuste do erro no início do mais antigo período comparativo apresentado. Como demonstrado na tabela abaixo, esses ajustes resultaram em uma diminuição do saldo de caixa e equivalentes de caixa e em um aumento no saldo dos títulos e valores mobiliários no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2011.

Balancos patrimoniais

	Controladora					
	31 de dezembro de 2011			1º de janeiro de 2011		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	102.775	(51.431)	51.344	275.213	(136.590)	138.623
Títulos e valores mobiliários	17.580	51.431	69.011	356.258	136.590	492.848

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2011			1º de janeiro de 2011		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	723.772	(342.864)	380.908	508.163	(108.594)	399.569
Títulos e valores mobiliários	278.220	342.864	621.084	594.895	108.594	703.489

Esses ajustes também foram refletidos na demonstração dos fluxos de caixa correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Demonstração dos fluxos de caixa

	31 de dezembro de 2011					
	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	253.432	85.159	338.591	(519.037)	(85.636)	(604.673)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	275.213	(136.590)	138.623	508.163	(108.594)	399.569
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	102.775	(51.431)	51.344	723.772	(342.864)	380.908

As Notas 4 e 5 estão sendo reapresentadas com o objetivo de demonstrar os saldos modificados e as respectivas divulgações ajustadas após a correção do erro mencionado anteriormente. As referidas reclassificações não produziram impacto nos demais saldos do ativo (circulante e não circulante), passivo (circulante e não circulante), patrimônio líquido (incluindo as mutações do patrimônio líquido), demonstrações do resultado do demonstrante abrangente.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos. A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. **Estimativas e premissas.** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.** O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Provisão para crédito de liquidação duvidosa.** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes. **Impostos.** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O Grupo constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no domicílio da Companhia e de suas controladas. Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos e diferenças temporárias. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **Benefícios pós-emprego.** O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios pós-emprego o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas vide Nota 29.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Caixa e contas correntes bancárias	147	280	266	124.035	29.083	75.457
Aplicações financeiras	302.698	51.064	138.357	690.770	351.825	324.112
Total de caixa e equivalentes de caixa	302.845	51.344	138.623	814.805	380.908	399.569

O excedente de caixa da Companhia e de suas controladas é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia e de suas controladas. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e em 1º de janeiro de 2011, as aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Aplicações diretas						
CDB - Certificado de Depósito Bancário	-	37.217	-	131.874	46.821	20.067
Operações compromissadas	39.843	-	44.596	83.602	97.636	62.001
Total de aplicações diretas	39.843	37.217	44.596	215.476	144.457	82.068
Fundos exclusivos						
CDB - Certificado de Depósito Bancário	150.194	5.165	14.123	299.367	84.249	53.905
Operações compromissadas	112.661	8.682	79.638	175.927	123.119	188.139
Total de fundos exclusivos	262.855	13.847	93.761	475.294	207.368	242.044
Total de aplicações financeiras	302.698	51.064	138.357	690.770	351.825	324.112

As aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

5. Títulos e valores mobiliários:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Fundos de investimentos	-	11	-	24.894	14.217	10.114
Total de fundos de investimentos	-	11	-	24.894	14.217	10.114
Fundos exclusivos						
Títulos públicos	258.238	8.543	268.960	379.654	146.423	379.088
Cotas de fundos de investimentos	77.925	60.107	206.093	165.829	451.963	287.982
CDB - Certificado de Depósito Bancário	-	-	14.485	-	-	18.360
Outros	21.676	350	3.310	43.557	6.248	6.945
Total de fundos exclusivos	357.839	69.000	492.848	589.040	604.634	692.375
Bônus da República Argentina	-	-	-	1.216	2.233	1.000
Total de títulos e valores mobiliários	357.839	69.011	492.848	615.150	621.084	703.489

Através de fundos exclusivos, a Companhia aplica seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez. Esses investimentos possuem vencimento superiores a 90 dias, mas que não excedem um ano, e são classificados como títulos e valores mobiliários. **6. Consumidores, concessionários e permissionários:** a) Análise das contas a receber e demonstrativo do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Vencidos até 90 dias		Vencidos há mais de 90 dias		Total	
	Vincendos	90 dias	90 dias	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Circulante						
Classe de consumidores						
Residencial	183.552	138.019	65.921	387.492	338.382	311.905
Industrial	53.969	11.616	14.665	80.250	74.564	62.271
Comercial	75.888	33.535	31.252	140.675	131.414	94.986
Rural	27.825	9.854	5.636	43.315	47.542	40.119
Poder público	59.612	29.796	32.182	121.590	166.603	171.516
Serviço público	12.644	1.009	506	14.159	17.227	10.727
Revenda	4.966	-	-	4.966	4.339	4.315
Subtotal	418.456	223.829	150.162	792.447	780.071	695.839
Renda não faturada (f)	308.424	-	-	308.424	249.383	274.185
Consumidores livres	40.224	-	3.906	43.930	37.836	26.100
CAMMESA	-	-	-	-	-	76.211
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (c)	77.674	-	10.354	88.028	42.260	43.104
Parcelamento de débitos	17.059	-	-	17.059	21.594	26.229
Legião Energia - CCEAR	12.823	-	2.048	14.871	13.399	10.539
Encargo emergencial	-	-	2.473	2.473	2.475	2.477
Companhia Energética de Goiás - CELG (b)	136	-	-	136	65.000	147.658
Créditos junto a clientes com ações judiciais (d)	-	-	63.303	63.303	61.215	66.538
Furnas Centrais Elétricas S.A. (g)	1.163	-	1.342	2.505	2.483	-
Tractebel Energia S.A. (g)	682	-	1.343	2.025	1.518	-
Outros	30.292	28.450	1.546	60.288	40.853	23.218
Subtotal	906.733	252.279	236.477	1.395.488	1.318.087	1.392.098
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	-	-	-	(199.584)	(194.586)	(270.161)
Total circulante	906.733	252.279	236.477	1.195.904	1.123.501	1.121.937
Não circulante						
Furnas Centrais Elétricas S.A. (g)	-	-	126.955	126.955	126.955	127.926
Tractebel Energia S.A. (g)	-	-	69.429	69.429	69.429	74.415
Comercialização na CCEE (c)	-	-	15.289	15.289	15.289	15.289
Parcelamento de débitos (e)	86.100	-	-	86.100	85.047	88.683
Companhia Energética de Goiás - CELG (b)	-	-	-	-	60.375	-
Outros	-	-	-	-	-	9.467
Subtotal	86.100	-	211.673	297.773	357.095	315.780
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	-	-	-	(247.265)	(252.598)	(186.859)
Total não circulante	86.100	-	211.673	50.508	104.497	128.921

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Saldo em 1º de janeiro de 2011			(457.020)
(Adições)			(162.125)
Varição cambial			24.165
Baixas			147.796
Saldo em 31 de dezembro de 2011			(447.184)
(Adições)			(104.137)
Baixas			104.472
Saldo em 31 de dezembro de 2012			(446.849)
Circulante			199.584
Não circulante			247.265

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos critérios estabelecidos pela legislação regulatória e por análise dos riscos específicos de perdas dos valores vencidos de clientes, questões judiciais e um percentual sobre dívidas parceladas. É considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber registrados pelas controladas da Companhia. b) Companhia Energética de Goiás - CELG: Em 31 de dezembro de 2011 a controlada CDSA possuía um contas a receber com a Companhia Energética de Goiás - CELG no valor de R\$125.375, o qual foi recebido R\$65.000 em maio de 2012 e R\$65.060 em dezembro de 2012. c) Comercialização no âmbito da CCEE: O saldo de contas a receber, registrado no ativo circulante, refere-se, basicamente, à venda de energia efetuada na liquidação financeira no âmbito da CCEE as quais foram realizadas em condições de mercado na época da negociação. Em 31 de dezembro de 2012 as controladas Ampla Energia, CGTF, CDSA e COELCE possuem registrados no contas a receber, os montantes de R\$10.354, R\$29.862, R\$16.097, R\$31.715, respectivamente, totalizando o valor de R\$88.028 (R\$42.260 em 2011 e R\$43.104 em 1º de janeiro de 2011). Apresentamos abaixo a composição dos saldos registrados no ativo não circulante:

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Valor em litígio - Liminares (*)	12.917	12.917	12.917
Valores com a exigibilidade suspensa (**)	2.372	2.372	2.372
Total	15.289	15.289	15.289

(*) O montante de R\$12.917, permanece em aberto, decorrente das liminares para suspensão de pagamento nas datas previstas de liquidação financeira das transações no âmbito da CCEE. (**) O montante de R\$2.372, se refere à venda de energia efetuada na liquidação financeira especial da AES SUL (R\$2.031) e DFESA (R\$341) no âmbito da CCEE, que ainda se encontra pendente de recebimento. A Administração da controlada COELCE não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que os valores serão integralmente recebidos, seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE. d) Créditos junto a clientes com ações judiciais: Em 31 de dezembro de 2012, a controlada COELCE possui registrado o valor de R\$63.303 (R\$61.215 em 2011 e R\$66.538 em 1º de janeiro de 2011) referente à créditos junto a clientes com ações judiciais. Este montante inclui R\$26.774 (R\$21.762 em 2011 e R\$24.103 em 1º de janeiro de 2011) relativos às contas a receber de diversos consumidores que questionam a legalidade e pleiteiam a restituição de valores envolvidos na majoração da tarifa de energia elétrica, ocorrida na vigência do Plano Cruzado. Esses consumidores obtiveram, por meio de medidas judiciais, o direito de compensar os créditos pleiteados com as faturas de energia elétrica, sem, contudo, terem o mérito da questão transitado em julgado. A COELCE mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$52.812 em 31 de dezembro de 2012 (R\$47.416 em 2011 e R\$47.930 em 1º de janeiro de 2011), julgado suficiente para cobrir eventuais perdas em relação a essas ações. e) Parcelamento de débitos: Os parcelamentos de débitos correspondem a contratos firmados entre o Grupo e seus clientes para a renegociação de contas de energia em atraso. Esses valores são cobrados nas contas de energia, com multa e juros de 1% a.m. calculados pro-rata e correção monetária com base na variação do IGPM. Após referida atualização montante a ser parcelado, retirando a parcela da entrada, se houver, é aplicado os juros do parcelamento acordado na negociação sendo esse no máximo de 1,8% a.m. f) Receita não faturada: Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui registrado em seu contas a receber o saldo de receita não faturada no montante total de R\$308.424 (R\$249.383 em 2011 e R\$274.185 em 1º de janeiro de 2011). g) Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas") e Tractebel Energia S.A. ("Tractebel"): Em 31 de dezembro de 2012, a controlada CIEN possui contas a receber com as empresas Furnas e Tractebel, respectivamente, nos montantes de R\$129.460 e R\$71.454 (R\$129.438 e R\$71.382, respectivamente, em 2011 e, R\$127.926 e R\$74.415 em 1º de janeiro de 2011) correspondentes ao faturamento de encargos de potência e energia associada, os quais não foram pagos em anos anteriores. A Companhia com base em sua melhor estimativa quanto ao recebimento dos valores envolvidos possui registrada uma provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante total de R\$196.384. O saldo remanescente do contas a receber com as empresas Furnas e Tractebel, registrados no ativo circulante, no valor total de R\$4.530, refere-se ao faturamento oriundo da nova atividade da controlada CIEN quando equiparada a uma transmissora.

7. Subvenção baixa renda: A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80kWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh, também segundo diretrizes da própria Lei nº 10.438/02. Com o advento da Lei nº 12.212/2010, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 407/2010 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010, foram estabelecidos os novos critérios para o recebimento da Tarifa Social de Energia Elétrica pelos consumidores de baixa renda. De acordo com a nova regulamentação, não há mais qualquer critério de enquadramento por consumo, podendo obter o subsídio de baixa renda apenas aqueles que estejam cadastrados nos Programas Sociais do Governo Federal, inclusive indígenas e quilombolas que devem ter 100% de desconto até os primeiros 50 kWh, ou consumidores que recebam o Benefício de Prestação Continuada - BPC. Com base nas Resoluções Normativas ANEEL nº 407/2010 e nº 414/2010, fica estabelecido que a Eletrobras repassará mensalmente às distribuidoras o montante de subvenção para recompor os descontos concedidos aos consumidores de baixa renda enquadrados segundo os critérios das antigas Resoluções Normativas nº 246/2002 e nº 485/2004, subvenção esta advinda da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético. Em virtude dos critérios estabelecidos pelas resoluções mencionadas e calendário de recadastramento dos clientes que tem direito a receber o benefício, o saldo a receber consolidado em 31 de dezembro de 2012 é R\$65.043 (R\$48.708 em 2011 e R\$54.242 em 1º de janeiro de 2011). A referida subvenção é calculada mensalmente pela distribuidora e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

8. Tributos a compensar

	Controladora		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Imposto de renda e contribuição social a compensar (a)	26.562	30.264	34.512
ICMS (b)	3	2	-
	26.565	30.266	34.512
Circulante	20.421	9.045	11.614
Não circulante	6.144	21.221	22.898

Consolidado

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Imposto de renda e contribuição social a compensar (a)	90.645	105.403	85.488
ICMS (b)	171.196	201.477	212.646
PIS e COFINS (c)	65.789	82.416	56.183
Outros tributos	10.799	9.893	11.687
	338.429	399.189	366.004

Circulante	175.322	218.191	163.031
Não circulante	163.107	180.998	202.973

(a) O saldo de imposto de renda a compensar refere-se a valores de imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre aplicações financeiras e retenções de órgãos públicos (Lei nº 9.430/96), além do saldo do imposto de renda antecipado relativo aos anos calendários de 2006 a 2009. O saldo de contribuição social a compensar refere-se ao valor do saldo da contribuição social sobre o lucro líquido antecipado relativo aos anos calendários de 2006 e 2007, além de valores retidos por órgãos públicos, conforme Lei nº 9.430/96. (b) Refere-se, basicamente, aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente (conforme conceito estabelecido na legislação fiscal), os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos. (c) Os valores classificados na linha de PIS e COFINS a compensar da controlada Ampla Energia no valor total de R\$31.845 (R\$53.696 em 2011 e R\$25.887 em 1º de janeiro de 2011) referem-se ao PIS e a COFINS semestralidade, com trânsito em julgado, oriundo de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88 e o direito à restituição da diferença entre os valores pagos com base nos aludidos Decretos e aqueles devidos de acordo com a Lei Complementar nº 07/70. Adicionalmente, a Ampla Energia possui retenções de PIS e COFINS de órgãos públicos. Os valores de PIS e COFINS a compensar referentes à controlada CIEN, no montante total de R\$25.511 em 31 de dezembro de 2012 (R\$20.816 em 2011 e R\$19.144 em 1º de janeiro de 2011), se referem principalmente aos pagamentos de PIS e COFINS realizados em anos anteriores, além do que era devido no curso normal das suas operações. Como consequência, a CIEN entrou com um pedido de compensação dos tributos pagos à maior e aguarda a homologação da Secretaria da Receita Federal, para proceder à compensação dos mesmos. Os demais PIS e COFINS a compensar referem-se às controladas COELCE, CGTF, CDSA e Prátil, nos montantes de R\$2.635, R\$3.604, R\$1.839 e R\$355, respectivamente.

11. Tributos diferidos: O Grupo Endesa possui créditos fiscais diferidos, ativos e passivos sobre diferenças temporárias, cuja composição está demonstrada a seguir:

	Ativo	Passivo
Prejuízo fiscal	667.757	154.001
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(18.440)	48.456
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	69.952	-
Provisão para obsolescência de estoque	(4.116)	-
Desreconhecimento de ativo regulatório	(29.002)	(33.219)
Obrigações com benefício pós-emprego	686.151	169.238
Provisão Multa ARCE	79.535	245.500
Remuneração das imobilizações em curso	(54.057)	(15.826)
Estorno de variação cambial sobre ativo imobilizado	4.729	-
Outros	(326)	-
Total	716.032	398.912

A movimentação dos saldos referentes dos tributos diferidos está assim apresentada:

	Ativo	Passivo
Saldos em 1º de janeiro de 2011	667.757	154.001
Adições (reversão) ao resultado do exercício - IR/CSLL	(18.440)	48.456
Adição de resultados abrangentes	69.952	-
Baixa de tributo diferido não realizável	(4.116)	-
Realização	(29.002)	(33.219)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	686.151	169.238
Adição ao resultado do exercício - IR/CSLL	79.535	245.500
(Redução) do resultado do exercício	(54.057)	(15.826)
Adição de resultados abrangentes	4.729	-
Baixa de tributo diferido não realizável	(326)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	716.032	398.912

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de imposto de renda e da contribuição social, nos parâmetros determinados pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro ("CPC 32"), os quais correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

Ano de realização	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
2011	-	-	84.268
2012	-	97.640	69.036
2013	109.401	88.294	49.741
2014	95.076	71.801	80.999
2015	79.060	106.470	114.287
2016	94.732	50.797	53.623
2017 a 2019	171.317	116.990	162.213
2020 a 2022	166.446	154.159	53.590
Total	716.032	686.151	667.757

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização de créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros do Grupo Endesa. A partir de 2001, com o ingresso no Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) a controlada CDSA passou a apurar o imposto de renda e contribuição social pelo regime de tributação com base no lucro presumido. O imposto diferido ativo da controlada CDSA está registrado no valor de R\$9.633 sobre o valor da remuneração do capital de terceiros aplicado nas imobilizações em curso, diferido nos termos da Portaria DNAMEE 250/85, o qual foi transferido da CELG por ocasião da cisão que originou a controlada CDSA. O saldo desse imposto de renda diferido foi mantido no ativo com base em projeções de resultados futuros, positivos, elaboradas pela Administração da controlada CDSA, o qual poderá, a partir do término do REFIS que está previsto para 2015, vir a ser deduzido na apuração do lucro real em exercícios futuros por montante suficiente para garantir a realização desse ativo. O imposto diferido passivo da controlada CDSA está registrado no valor de R\$82.710, sobre o valor do efeito do custo atribuído ao ativo imobilizado da controlada CDSA. O saldo deste passivo será realizado a partir de 2016, quando a controlada CDSA passar a ser tributada pelo lucro real com o término do REFIS. **12. Benefício fiscal - ágio incorporado.** Ágio de incorporação da controladora: O ágio é oriundo da operação de incorporação que a COELCE realizou em sua controladora DistriLuz Energia Elétrica S.A., aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 27 de setembro de 1999, sendo fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada, conforme determinação da Resolução da ANEEL nº 269, de 15 de setembro de 1999. O saldo acumulado será amortizado conforme demonstrado abaixo:

Ano	Fator de amortização	Ano	Fator de amortização	Ano	Fator de amortização
2013	0,03642	2020	0,01958	2027	0,01053
2014	0,03333	2021	0,01792		
2015	0,03051	2022	0,01640		
2016	0,02792	2023	0,01501		
2017	0,02555	2024	0,01374		
2018	0,02338	2025	0,01257		
2019	0,02140	2026	0,01151		

Em 26 de abril de 2004, a Superintendência de Fiscalização Financeira da ANEEL emitiu Relatório de Acompanhamento de Fiscalização, alegando que a reserva de ágio formada na incorporação da sociedade DistriLuz não teria por contrapartida ativos com substância econômica, e desta forma, seguindo a Instrução CVM nº 349/01, determinou que somente deveria ficar registrado em conta de patrimônio líquido da controladora COELCE (reserva de ágio) a parcela correspondente ao benefício fiscal advinda da amortização do ágio, por entender que apenas esta parcela possui substância econômica. Tendo em vista a conclusão dos entendimentos com a ANEEL, a controlada COELCE, para

9. Cauções e depósitos

Instituição	Tipo de aplicação	Consolidado					
		31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNB FI curto prazo	Fundo de investimento	-	-	-	54	-	51
Bradesco premium	Fundo de investimento	-	8.027	-	37.770	-	35.926
Itaú-Unibanco previdência	Fundo de investimento	-	-	-	39	-	36
Itaú-Unibanco Top DI	Fundo de investimento	49.336	-	53.426	-	23.098	-
Bradesco	CDB	-	104	-	3.980	-	3.909
Itaú	CDB	-	575	-	821	-	13.751
Banco do Brasil	CDB	-	9.004	-	10.999	17.568	10.795
BNB	CDB	-	18.804	-	17.359	-	-
Banco do Brasil	Título do Tesouro dos EUA	-	4.442	-	-	-	-
Banco Itaú BBA	Time Deposit	-	24.521	-	22.151	-	19.375
Caixa Econômica Federal	Caução	320	-	320	-	-	-
Outros		-	20	-	20	-	-
Total		49.656	65.497	53.746	93.193	40.666	83.843

Em 31 de dezembro de 2012, os saldos de cauções e depósitos registrados nas controladas Ampla Energia e COELCE, nos valores de R\$36.049 e R\$54.583 (R\$50.122 e R\$74.666, respectivamente, em 2011 e, R\$59.104 e R\$46.030, respectivamente, em 1º janeiro de 2011), respectivamente, correspondem, basicamente, a aplicações de valores vinculados aos contratos de aquisição de energia elétrica, e às retenções contratuais de fornecedores de serviços, além da garantia de contratos de financiamentos. Adicionalmente, a controlada CGTF, conforme determinado pelo contrato de empréstimos e financiamentos junto ao IFC (vide Nota 19), possui o compromisso em manter parte do seu caixa para fins de amortização da dívida em períodos semestrais. Esta aplicação está vinculada a uma operação de *time deposit* no Banco Itaú BBA, a qual está indexada ao dólar norte americano e possui o montante de R\$24.521 em 31 de dezembro de 2012 (R\$22.151 em dezembro de 2011 e R\$19.375 em 1 de janeiro de 2011).

10. Depósitos vinculados a litígios

	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Trabalhistas	132.901	134.608	101.776
Cíveis	51.614	55.934	60.318
Fiscais	115.960	102.615	116.759
Total	300.475	293.157	278.853

	Imposto de renda			Contribuição social			Total		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
	-	-	2.568	-	-	924	-	-	3.492
124.290	148.504	187.662	44.745	53.461	67.558	169.035	201.965	255.220	
118.402	119.779	114.255	42.625	43.121	41.132	161.027	162.900	155.387	
214	1.040	-	76	374	-	290	1.414	-	
21.667	(14.937)	-	7.801	1	-	29.468	(14.936)	-	
144.591	141.722	95.245	52.053	51.015	34.289	196.644	192.737	129.534	
12.745	1.520	-	4.588	547	-	17.333	2.067	-	
9.633	9.633	8.353	-	-	3.007	9.633	9.633	11.360	
48.027	48.027	50.435	17.290	17.290	18.156	65.317	65.317	68.591	
49.488	47.832	32.392	17.977	17.222	11.781	67.285	65.054	44.173	
529.057	503.120	490.910	186.975	183.031	176.847	716.032	686.151	667.757	
911	1.088	1.019	1.687	1.923	1.894	2.598	3.011	2.913	
96.902	54.270	19.298	32.550	14.596	6.947	129.452	68.866	26.245	
127.407	8.136	9.118	46.412	2.536	3.283	173.819	10.672	12.401	
-	-	6.542	-	-	2.355	-	-	8.897	
7.315	2.643	15.227	2.633	951	5.608	9.948	3.594	20.835	
280	280	-	105	105	-	385	385	-	
60.816	60.816	60.816	21.894	21.894	21.894	82.710	82.710	82.710	
293.631	127.233	112.020	105.281	42.005	41.981	398.912	169.238	154.001	

a substituição do mecanismo de desdobramento e resgate de ações, após afastados os riscos de questionamentos fiscais, societários e de descumprimentos de *covenants* financeiros com instituições financeiras, e após ratificação dos devidos ajustes contábeis pela ANEEL, emitida através do Ofício nº 584/05, de 14 de abril de 2005, a Assembleia Geral Extraordinária, de 28 de abril de 2005, aprovou a proposta do Conselho de Administração da COELCE de cumprir as recomendações do órgão regulador. Desta forma, as operações de desdobramentos e resgate de ações da COELCE para compensar aos acionistas pela redução do lucro decorrente da amortização do ágio, oriundo da incorporação da sociedade DistriLuz, interrompidas em 2003, foram substituídas pelas disposições previstas na Instrução CVM nº 319/99, alterada pela Instrução nº 349/01, que consistem na substituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a COELCE. Para recompor o resultado de cada exercício, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo exercício. A Administração da Companhia procedeu o recálculo do ágio considerando o momento de aquisição da COELCE para recompor os efeitos da constituição da reserva do ágio. Em abril de 2005, foi constituída uma provisão sobre o ágio a amortizar em contra-partida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a controlada COELCE, conforme determina a Instrução CVM nº 349/2001.

	Benefício fiscal - ágio incorporado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Ágio na aquisição	775.960	775.960	775.960
Amortização do ágio	(530.938)	(500.054)	(466.308)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	267.401	247.018	224.745
Saldo	83.058	93.559	105.032
Circulante	9.609	10.500	-
Não circulante	73.449	83.059	105.032
	Reserva de capital		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Ágio da incorporação	775.960	775.960	775.960
(-) Desdobramento e resgate de ações	(125.407)	(125.407)	(125.407)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)	(429.365)
Saldo	221.188	221.188	221.188

13. Outros créditos

	Controladora		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Adiantamentos a fornecedores	599	331	401
Despesas de novos negócios	4.814	1.809	1.653
Outros	4.774	4.998	4.339
Total	10.187	7.138	6.393
Circulante	10.187	5.565	6.393
Não circulante	-	1.573	-
	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Alienação de bens e direitos	1.656	1.641	1.482
Assistência médica a aposentados	5.990	5.389	-
Convênios de arrecadação	32.267	19.414	24.836
Consumidores - serviços prestados	61.379	52.600	-
Gastos a reembolsar - consumidores	3.403	3.583	3.688
Gastos a reembolsar - iluminação pública	2.796	2.796	2.793
Sindicato	5.658	5.658	5.658
Serviços a terceiros	5.220	5.606	54.441
Serviços em curso	100.902	55.306	68.874
Cheques devolvidos	768	-	-
Créditos de fornecedores	6.039	6.206	7.215
Adiantamentos a empregados	6.399	5.781	15.011
Adiantamentos a fornecedores	12.182	1.426	18.856
Revenda de material	3.787	-	-
Despesas de novos negócios	4.814	1.809	1.653
Estoques	2.714	4.501	-
Despesas pagas antecipadamente	7.054	5.742	5.211
Outros	24.972	21.598	40.323
Provisão para perda na realização de outros créditos	(26.763)	(31.930)	(28.471)
Total	261.237	167.126	221.570
Circulante	259.374	163.020	201.948
Não circulante	1.863	4.106	19.622

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Saldo em 1º de janeiro de 2011	(28.471)
--------------------------------	----------

	Nº de ações			% de participação direta	31/12/2012						
	Total	Possuídas pela companhia	% de participação direta		Controladora						
					Patrimônio líquido	Resultado	Investimento	Ágio	Investimento total	Equivalência	Dividendos a receber
Ampla Investimentos	12.000.000.000	5.626.353.501	46,89%	254.800	57.495	119.476	-	119.476	26.959	6.403	
Ampla Energia	3.922.515.918.446	1.839.121.933.344	46,89%	2.052.826	493.376	962.570	-	962.570	231.344	65.214	
Investluz	100.461.895.427	63.862.991.175	63,57%	1.134.472	207.985	721.184	-	721.184	132.216	31.401	
COELCE	77.855.299	1.770.000	2,27%	1.560.330	420.000	35.419	-	35.419	9.534	2.193	
CIEN	285.044.682	285.044.682	100%	529.417	68.606	529.417	-	529.417	68.606	10.349	
CGTF	151.935.782	151.935.782	100%	608.193	144.736	608.193	-	608.193	144.736	2.264	
CDSA	2.926.050.866	2.914.518.720	99,61%	1.030.616	374.904	1.026.597	-	1.026.597	373.442	-	
Prátil	1.000.000	999.999	99,99%	6.606	6.142	6.605	-	6.605	6.141	4.766	
Fazenda Nova	1.839.000	1.838.030	99,95%	(787)	(377)	(787)	2.104	1.317	(377)	-	
Enel Green Power I	125.000	50.000	40%	125	-	50	-	50	-	-	
Enel Green Power II	125.000	50.000	40%	125	-	50	-	50	-	-	
Consórcio Tapajós	-	-	9,43%	24.642	-	-	-	2.324	-	-	
Total						4.011.098		2.104	4.013.202	992.601	122.590

	Nº de ações			% de participação direta	31/12/2011						
	Total	Possuídas pela companhia	% de participação direta		Controladora						
					Patrimônio líquido	Resultado	Investimento	Ágio	Investimento total	Equivalência	Dividendos a receber
Ampla Investimentos	12.000.000.000	5.626.353.501	46,89%	223.768	47.869	104.925	-	104.925	22.446	4.785	
Ampla Energia	3.922.515.918.446	1.839.121.933.344	46,89%	1.635.736	210.352	766.997	-	766.997	98.634	10.989	
Investluz	100.461.895.427	63.862.991.175	63,57%	1.140.439	209.222	724.977	-	724.977	133.002	-	
COELCE	77.855.299	1.770.000	2,27%	1.471.022	471.182	33.392	-	33.392	10.696	2.098	
CIEN	285.044.682	285.044.682	100%	460.731	69.107	460.731	-	460.731	69.107	26.763	
CGTF	151.935.782	151.935.782	100%	606.026	139.644	606.026	-	606.026	139.644	2.157	
CDSA	2.926.050.866	2.914.518.720	99,61%	1.122.833	358.886	1.118.454	-	1.118.454	357.486	-	
Prátil	1.000.000	999.999	99,99%	4.423	3.324	4.423	-	4.422	3.324	807	
Fazenda Nova	1.839.000	1.838.030	99,95%	(410)	(564)	(410)	2.104	1.694	(564)	-	
Enel Green Power I	125.000	50.000	40%	125	-	50	-	50	-	-	
Enel Green Power II	125.000	50.000	40%	125	-	50	-	50	-	-	
Total						3.819.614		2.104	3.821.718	833.775	47.599

	Nº de ações			% de participação direta	01/01/2011						
	Total	Possuídas pela companhia	% de participação direta		Controladora						
					Patrimônio líquido	Resultado	Investimento	Ágio	Investimento total	Equivalência	Dividendos a receber
Ampla Investimentos	12.000.000.000	5.626.353.501	46,89%	191.003	53.036	89.561	-	89.561	24.869	5.751	
Ampla Energia	3.922.515.918.446	1.839.121.933.344	46,89%	1.583.469	216.092	742.488	-	742.488	101.326	13.294	
Investluz	100.461.895.427	63.862.991.175	63,57%	1.093.064	216.051	694.861	-	694.861	137.344	27.327	
COELCE	77.855.299	1.770.000	2,27%	1.356.814	471.903	30.800	-	30.800	10.712	2.085	
CIEN	285.044.682	285.044.682	100%	407.920	43.576	407.920	-	407.920	43.576	10.349	
CGTF	151.935.782	151.935.782	100%	556.825	170.027	556.825	-	556.825	170.027	2.690	
CDSA	2.926.050.866	2.914.518.720	99,61%	1.071.051	225.659	1.066.874	-	1.066.874	224.779	-	
Prátil	1.000.000	999.999	99,99%	1.595	2.113	1.595	-	1.595	2.113	528	
Fazenda Nova	1.839.000	1.838.030	99,95%	154	-	154	3.788	3.942	-	-	
Total						3.591.078		3.788	3.594.866	714.746	62.024

Movimentação do investimento das Controladas

Descrição	Investimento 31/12/2011	Adição (baixa)	Equivalência	Dividendos	Ajuste acumulado de conversão	Integralização de capital	Resultado abrangente em controladas	
							Resultado abrangente em controladas	Investimento 31/12/2012
Ampla Investimentos	104.925	(1.125)	26.959	(6.403)	-	-	(4.880)	119.476
Ampla Energia	766.997	-	231.344	(54.944)	-	-	19.173	962.570
Investluz	724.977	-	132.216	(117.846)	-	-	(18.163)	721.184
COELCE	33.392	-	9.534	(6.361)	-	-	(1.146)	35.419
CIEN	460.731	-	68.606	-	80	-	-	529.417
CGTF	606.026	-	144.736	(142.987)	-	-	418	608.193
CDSA	1.118.454	-	373.442	(465.299)	-	-	-	1.026.597
Prátil	4.422	-	6.141	(3.958)	-	-	-	6.605
Fazenda Nova	1.694	-	(377)	-	-	-	-	1.317
Enel Green Power I	50	-	-	-	-	-	-	50
Enel Green Power II	50	-	-	-	-	-	-	50
Consórcio Tapajós	-	-	-	-	-	-	-	2.324
Total	3.821.718	1.199	992.601	(797.798)	80	-	(4.598)	4.013.202

Descrição	Investimento 01/01/2011	Adição (baixa)	Equivalência	Dividendos	Ajuste acumulado de conversão	Integralização de capital	Resultado abrangente em controladas	
							Resultado abrangente em controladas	Investimento 31/12/2011
Ampla Investimentos	89.563	-	22.446	(4.758)	-	-	(2.326)	104.925
Ampla Energia	742.493	-	98.634	(21.741)	-	-	(52.389)	766.997
Investluz	694.863	-	133.002	(94.233)	-	-	(8.655)	724.977
COELCE	30.800	-	10.696	(7.558)	-	-	(546)	33.392
CIEN	407.916	-	69.107	(16.409)	117	-	-	460.731
CGTF	556.822	-	139.644	(89.004)	-	-	(1.436)	606.026
CDSA	1.066.874	-	357.486	(305.906)	-	-	-	1.118.454
Prátil	1.593	-	3.324	(1.486)	-	991	-	4.422
Fazenda Nova	3.942	(1.684)	(564)	-	-	-	-	1.694
Enel Green Power I	-	50	-	-	-	-	-	50
Enel Green Power II	-	50	-	-	-	-	-	50
Total	3.594.866	(1.584)	833.775	(541.095)	117	991	(65.352)	3.821.718

15. Ativo indenizável (concessão): Os contratos de concessão de distribuição nº 05/96, de 9 de dezembro de 1996, e nº 01/98, de 13 de maio de 1998, e aditivos posteriores celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Ampla Energia e a COELCE (Concessionárias - Operadoras), respectivamente, regulamentando a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas Companhias, onde: a) O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados; b) O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão; c) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e d) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das controladas, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da ICPC 01 e da OCPC 05, os quais fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo: a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelos ativos imobilizados e intangíveis das controladas é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Em 11 de janeiro de 2013, foi promulgada a Lei nº 12.783 a qual, dentre outras informações determinou que a indenização a ser paga pelo poder concedente pela reversão dos bens atrelados ao serviço público de distribuição de energia será baseada no VNR não amortizado até o término da concessão. Considerando a natureza prospectiva do referido assunto, decorrente de novo posicionamento por parte do órgão regulador imposto pela Lei nº 12.783, a Administração da Companhia procedeu o recálculo do ativo indenizável da Ampla Energia e da COELCE levando em consideração o VNR dos bens ao final da concessão. O efeito da atualização do cálculo ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi registrado como receita financeira no montante de R\$307.410 e R\$180.107 na Ampla Energia e COELCE, respectivamente. A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim demonstrada:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2011	527.794
Transferências do ativo intangível	213.994
Receita financeira - ativo indenizável	23.728
Saldo em 31 de dezembro de 2011	765.516
Transferências do ativo intangível	385.586
Receita financeira - ativo indenizável	487.517
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.638.619

	Controladora				
	Custo histórico	Depreciação acumulada	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
			Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão					
Terrenos	-	-	-	-	-
Edificações	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-
Distribuição					
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-
Geração					
Terrenos	-	-	-	-	-
Reservatórios	-	-	-	-	-
Edificações	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-
Comercialização					
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-
Administração					
Terrenos	350	-	350	350	440
Edificações	1.771	(364)	1.407	1.506	1.769
Máquinas e equipamentos	1.918	(913)	1.005	1.165	1.294
Veículos	1.498	(1.044)	454	751	487
Móveis e utensílios	4.057	(2.967)	1.090	1.745	2.333
Total imobilizado em serviço	9.594	(5.288)	4.306	5.517	6.323
Em curso					
Geração	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Distribuição	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-
Administração	108	-	108	-	-
Total imobilizado em curso	108	-	-	-	-
Total do imobilizado	9.702	(5.288)	4.414	5.517	6.323

	Consolidado				
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011		
Taxas anuais de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão	24,69%				
Terrenos		1.076	—	1.076	9.029
Edificações		85.192	(44.841)	40.351	33.188
Máquinas e equipamentos		1.213.658	(585.098)	628.560	690.791
Veículos		1.951	(1.272)	679	386
Móveis e utensílios		557	(173)	384	109
Distribuição	4,70%				
Móveis e utensílios		65.621	(44.182)	21.439	24.783
Geração	24,67%				
Terrenos		2.194	—	2.194	2.194
Reservatórios		241.424	(148.477)	92.947	97.895
Edificações		113.515	(79.078)	34.437	36.920
Máquinas e equipamentos		2.812.056	(1.806.250)	1.005.806	1.143.690
Veículos		1.358	(1.088)	270	37
Móveis e utensílios		11.759	(9.749)	2.010	2.692

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado no exercício:

	Controladora				
	Em serviço	Depreciação acumulada	Valor líquido	Em curso	Valor líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2011	9.232	(2.909)	6.323	—	6.323
Transferências	—	—	—	—	—
Adições	777	—	777	—	777
Baixas	(418)	—	(418)	—	(418)
Depreciação	—	(1.165)	(1.165)	—	(1.165)
Efeito de conversão de controlada no exterior	—	—	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2011	9.591	(4.074)	5.517	—	5.517
Transferências	—	—	—	—	—
Adições	3	—	3	108	111
Baixas	—	—	—	—	—
Depreciação	—	(1.214)	(1.214)	—	(1.214)
Efeito de conversão de controlada no exterior	—	—	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2012	9.594	(5.288)	4.306	108	4.414

O ativo imobilizado do Grupo Endesa é composto, basicamente, pelos saldos dispostos nas controladas CGTF, CDSA e CIEN, conforme características abaixo de cada uma das controladas. A Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da Companhia.

Abaixo é apresentado o impacto da alteração vida útil média dos ativos imobilizados das Controladas CIEN, CDSA e CGTF após a adoção da Resolução Normativa ANEEL nº 474:

	Vida útil média em anos		
	31/12/2011	Aumento (redução)	31/12/2012
CGTF	24	2	26
CDSA	31	6	37
CIEN	25	2	27

CGTF: O prazo de autorização da controlada CGTF para explorar as atividades que estão descritas em seu estatuto é de trinta anos, conforme citado no artigo 5º da resolução ANEEL 433 de 19 de outubro de 2001, a partir da data desta resolução. De acordo com o mesmo artigo 5º da referida Resolução, tal prazo de autorização poderá ser prorrogado a critério da ANEEL e a pedido da autorizada. Os bens que compõem o ativo imobilizado da CGTF não estão caracterizados como bens reversíveis, motivo pelo qual não reverterem à União no final do período de autorização. O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base em taxas definidas pela ANEEL. **Taxas anuais de depreciação:** As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL Nº 474/2012, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Geração	
Caldeira	4,00%
Chaminé	4,00%
Equipamento do ciclo térmico	4,55%
Estrutura suporte de equipamentos	3,13%
Gerador	3,33%
Painel e mesa de comando	3,57%
Reservatório, barragem e adutora	2,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de força	2,86%
Transformador de serviços auxiliares	3,33%
Turbogerador	4,00%
Administração	
Equipamentos gerais	6,25%
Veículos	14,29%

CDSA: O imobilizado da controlada CDSA está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base em taxas definidas pela ANEEL. A Administração da Companhia entende que a controlada CDSA sendo uma concessionária de serviço público de geração, ao término da concessão, os ativos não depreciados serão indenizados pelo montante mínimo ao valor residual contábil, por parte do órgão concedente, no caso desta não vir a ser renovada. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser desmembrados, vendidos ou cedidos sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. **Reversão dos bens à União:** Conforme a segunda e terceira subcláusulas da cláusula décima primeira do Contrato de Concessão nº 11/1997, assinado pela controlada CDSA e ANEEL em 12 de setembro de 1997, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato de Concessão, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidroelétricos, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL. **Taxas anuais de depreciação:** As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL Nº 474/2012, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Geração	
Barramento	4,00%
Gerador	4,00%
Painel, mesa de comando	4,55%
Ponte rolante, guindaste	3,13%
Reservatório, barragem, adutora	3,33%
Sistema de ar comprimido	3,57%
Sistema de proteção contra incêndio	2,00%
Sistema de resfriamento	3,57%
Transformador de força	2,86%
Transformador de serviços auxiliares	3,33%
Turbina hidráulica	4,00%
Administração	
Equipamento geral	6,25%
Veículos	14,29%

CIEN: O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada de acordo com as taxas ANEEL. Conforme termos das Portarias nº 210 e nº 211 da ANEEL, é estabelecido que ao término do Contrato de Concessão, os bens e as instalações vinculados à transmissão de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL. **Taxas anuais de depreciação:** As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL Nº 474/2012, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Banco de capacitores	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Conversor de frequência	6,67%
Estrutura (poste, torre)	2,70%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Reator (resistor)	2,78%
Transformador de força	2,86%
Transformador de serviços auxiliares	3,33%
Administração	
Equipamentos gerais	6,25%
Veículos	14,29%

	Consolidado				
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011		
Taxas anuais de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Comercialização	10,00%				
Móveis e utensílios		22.243	(12.262)	9.981	11.950
Administração	10,70%				
Terrenos		374	—	374	374
Edificações		4.128	(1.376)	2.752	2.927
Máquinas e equipamentos		3.957	(2.123)	1.834	2.110
Veículos		1.935	(1.346)	589	924
Móveis e utensílios		76.281	(62.626)	13.655	14.069
Total imobilizado em serviço		4.659.279	(2.799.941)	1.859.338	2.033.464
Em curso					
Geração		72.429	—	72.429	45.086
Transmissão		35.640	—	35.640	30.257
Distribuição		10.532	—	10.532	9.738
Comercialização		5.638	—	5.638	3.686
Administração		23.120	—	23.120	17.254
Total imobilizado em curso		147.359	—	147.359	106.021
Total do imobilizado		4.806.638	(2.799.941)	2.006.697	2.139.485

	Controladora					Consolidado				
	Em serviço	Depreciação acumulada	Valor líquido	Em curso	Valor líquido	Em serviço	Depreciação acumulada	Valor líquido	Em curso	Valor líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2011	9.232	(2.909)	6.323	—	6.323	4.592.460	(2.444.356)	2.148.104	93.177	2.241.281
Transferências	—	—	—	—	—	72.468	(42.155)	30.313	(30.313)	—
Adições	777	—	777	—	777	1.059	—	1.059	—	44.237
Baixas	(418)	—	(418)	—	(418)	(3.436)	2.793	(643)	(21)	(664)
Depreciação	—	(1.165)	(1.165)	—	(1.165)	—	(147.297)	(147.297)	—	(147.297)
Efeito de conversão de controlada no exterior	—	—	—	—	—	2.768	(840)	1.928	—	1.928
Saldos em 31 de dezembro de 2011	9.591	(4.074)	5.517	—	5.517	4.665.319	(2.631.855)	2.033.464	106.021	2.139.485
Transferências	—	—	—	—	—	7.692	—	7.692	(7.692)	—
Adições	3	—	3	108	111	3	—	3	49.030	49.033
Baixas	—	—	—	—	—	(10.417)	1.736	(8.681)	—	(8.681)
Depreciação	—	(1.214)	(1.214)	—	(1.214)	—	(169.824)	(169.824)	—	(169.824)
Efeito de conversão de controlada no exterior	—	—	—	—	—	(3.318)	2	(3.316)	—	(3.316)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	9.594	(5.288)	4.306	108	4.414	4.659.279	(2.799.941)	1.859.338	147.359	2.006.697

17. Intangível: O intangível, por natureza, está constituído da seguinte forma:

	Controladora				
	31/12/2012	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2011	01/01/2011
Em serviço					
Direito de uso da concessão	7.556.798	(3.179.916)	(4.376.882)	3.506.760	3.819.903
Software	183.743	(158.572)	25.171	24.550	30.544
Ágio atribuído a concessão	435.755	(188.135)	247.620	274.634	304.152
Goodwill	2.104	—	2.104	2.104	—
Marcas e patentes	424	(220)	204	734	23
Em curso					
Direito de uso da concessão	994.154	—	994.154	545.185	501.891
Software	49.434	—	49.434	41.484	28.640
Outros	9.251	—	9.251	—	—
Total	9.231.662	(3.526.843)	5.704.819	4.708.594	4.649.232

O ativo intangível em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica. A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	Consolidado						
	31/12/2012	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	31/12/2011	01/01/2011	Valor líquido
Em serviço							
Direito de uso da concessão	7.556.798	(3.179.916)	(870.122)	3.506.760	3.819.903	3.783.982	
Software	183.743	(158.572)	—	25.171	24.550	30.544	
Ágio atribuído a concessão	435.755	(188.135)	—	247.620	274.634	304.152	
Goodwill	2.104	—	—	2.104	2.104	—	
Marcas e patentes	424	(220)	—	204	734	23	
Em curso							
Direito de uso da concessão	994.154	—	(235.476)	758.678	545.185	501.891	
Software	49.434	—	—	49.434	41.484	28.640	
Outros	9.251	—	—	9.251	—	—	
Total	9.231.662	(3.526.843)	(1.105.598)	4.599.221	4.708.594	4.649.232	

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens. A Administração do Grupo Endesa entende que a amortização do ativo intangível de uso da concessão deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear. A Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando a alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição. Anteriormente à edição da Resolução ANEEL nº 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Ampla Energia e COELCE era em torno de 22 e 25 anos, respectivamente. Com a implementação da referida Resolução, a vida útil média dos ativos passou para 25 e 27 anos, o que corresponde ao acréscimo de 3 e 5 anos, respectivamente, para a Ampla Energia e COELCE em relação à vida útil econômica média anterior. Considerando esse aumento da vida útil dos bens que compõem o ativo intangível das Companhias, houve uma diminuição da amortização e o consequente aumento da parcela residual da infraestrutura que as Companhias esperam receber como indenização ao final do período de suas concessões. Como consequência, verificamos que houve uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção da ICPC 01 e OCPC 05. As Controladas realizaram os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento da Administração das Companhias, a nova mensuração da infraestrutura resultou na reclassificação para o ativo indenizável da Ampla Energia e COELCE dos valores de R\$103.020 mil e R\$277.360 mil, respectivamente. Por se tratar de uma mudança de estimativa, entendemos que o novo tratamento deve realmente ser prospectivo, não ensejando modificação nos saldos anteriores das Companhias. **Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica:** Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Esta conta contábil, denominada de obrigações vinculadas à concessão, estão sendo amortizadas, a partir do 2º ciclo de revisão tarifária, às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura de cada empresa distribuidora, usando-se a taxa de 4,43% a.a. e 3,98% nas controladas Ampla Energia e COELCE, respectivamente. Ao final da concessão, o valor residual das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica será deduzido do ativo financeiro de indenização e retirado do seu ativo, de forma que fique evidente a contabilização dos ativos pertencentes à União, que ficaram, durante o contrato de concessão, sob

administração da concessionária. **Avaliação do grau de recuperação:** A Administração da Companhia realizou uma análise dos indicadores de *impairment* estabelecidos no CPC 01 bem como avaliou outras circunstâncias e não identificou indícios que seus ativos estivessem registrados acima do valor de realização. **Ágio atribuído a concessão:** O ágio tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão da controlada COELCE, e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, conforme comentado na Nota 12.

	Controladora		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
18. Fornecedores			
Materiais e serviços	21.544	12.427	13.859
Total	21.544	12.427	13.859
Circulante	21.544	12.427	13.859
Não circulante	-	-	-

	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Suprimento e transporte de energia			
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	1.963	4.926	30.253
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - SPOT	39.740	13.264	774
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS	20.239	44.093	29.077
Geração e Transmissão S.A. - CEMIG	5.042	3.831	5.053
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	9.127	4.437	5.888
Cia. Hidroelétrica do São Francisco - Chesf	23.114	11.384	13.982
Companhia Energética de São Paulo - CESP	15.633	5.754	7.441
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR	69.734	38.969	52.284
Contrato de uso do sistema de distribuição - LIGHT	17.442	16.461	15.665
Contratos por disponibilidade/quantidade	64.433	18.607	12.482
Encargo de uso da rede	33.651	18.570	16.953
Enertrade Comercializadora de Energia S.A.	39.756	3.618	-
Furnas Centrais Elétricas S.A.	35.969	31.193	37.926
Geradoras - Energia Livre	5.177	4.771	4.114
Itaipu (Eletrobras)	52.105	34.562	21.451
MCS D - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits	19.300	17.190	-
Petrobras	16.099	3.801	-
Outros	65.747	83.352	93.208
Materiais e serviços	261.562	260.579	296.621
Total	795.833	619.362	643.172
Circulante	795.833	619.362	638.868
Não circulante	5.177	4.771	4.304

19. Empréstimos e financiamentos: As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e nacional são:

	Consolidado								
	Encargos de dívida			Principal					
	Circulante			Circulante			Não circulante		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Moeda estrangeira									
União Federal - Bônus de Capitalização (a)	7	11	14	284	261	232	142	391	579
União Federal - Bônus de Desconto (a)	8	7	6	-	-	-	2.332	2.141	1.901
União Federal - Bônus de Conversão da Dívida (a)	-	1	1	-	146	259	-	-	130
União Federal - Bônus ao Par (a)	44	40	36	-	-	-	3.342	3.067	2.725
Banco Europeu de Investimentos (b)	-	661	828	-	15.632	13.885	-	-	13.885
IFC - A (c)	182	221	222	10.208	8.723	7.213	48.989	54.339	56.016
IFC - B (c)	-	(158)	79	16.075	13.771	11.416	35.680	47.508	54.432
IFC - C (c)	67	70	62	-	-	-	14.305	13.131	11.663
Total moeda estrangeira	308	853	1.248	26.567	38.533	33.005	104.790	120.577	141.331
Moeda nacional									
Eletrobras (d)	15	17	16	13.338	15.647	16.487	74.858	83.477	72.961
União Federal - Lei 8.727 (Caixa Econômica Federal) (e)	3	5	7	287	259	231	76	362	613
União Federal - Lei 8.727 (Eletrobras) (e)	114	183	237	11.008	9.308	7.949	2.931	13.040	21.101
Banco do Brasil (BB Fat Fomentar)	10	18	24	5.343	5.048	4.758	891	5.889	10.310
Banco do Nordeste - Proinfra (f)	455	299	149	33.667	30.369	27.539	151.574	132.179	109.423
BNDES Finem 2007 (Sindicalizado) (g)	337	605	810	49.106	49.105	49.105	49.106	98.212	147.318
BNDES PEC (h)	9	147	5.582	2.328	27.936	22.917	-	2.327	27.083
BNDES (Finame) (i)	7	12	17	2.214	2.214	2.215	1.884	4.098	6.313
BNDES (Finem) (j)	-	-	124	-	-	24.485	-	-	-
BNDES (Finem) (k)	-	153	460	-	32.449	64.896	-	-	32.448
BNDES (Capex 2011) (k)	280	161	-	10.210	3.496	-	75.942	59.159	-
BNDES (Capex 2011) (l)	341	313	-	19.324	8.229	-	86.846	90.443	-
BNDES (Capex 2011) (l)	379	346	-	19.324	8.229	-	86.846	90.443	-
Eletrobras (m)	3	4	3	2.940	2.940	1.795	16.804	19.745	14.738
Eletrobras (n)	2	1	-	536	-	-	10.169	5.752	-
Bradesco S.A. 3º contrato (o)	-	41	66	-	5.340	5.340	-	-	5.340
Bradesco S.A. 4º, 5º e 6º contratos (o)	795	3.260	5.174	20.000	40.000	40.000	-	20.000	60.000
Banco Alfa S.A. (o)	-	2.951	3.233	-	50.000	10.000	-	-	50.000
União dos Bancos Brasileiros S.A. (o)	-	94	172	-	5.320	5.320	-	-	5.320
HSBC Bank Brasil S.A. 1º Contrato (o)	-	127	264	-	15.000	15.000	-	-	15.000
HSBC Bank Brasil S.A. 2º Contrato (o)	-	506	1.047	-	60.000	60.000	-	-	60.000
Banco do Brasil S.A. (o)	612	992	1.016	100.000	-	-	-	100.000	100.000
Banco Itaú S.A. (o)	-	6	18	-	6.675	6.674	-	-	6.675
Santander S.A. (p)	-	191	562	-	200.000	200.000	-	-	200.000
Total moeda nacional	3.362	10.432	18.981	289.625	577.564	564.711	557.927	725.126	944.643
Custos de transação	-	-	-	(285)	(364)	(364)	(193)	(476)	(841)
Total moeda nacional líquido dos custos de transação	3.362	10.432	18.981	289.340	577.200	564.347	557.734	724.650	943.802
Total sem efeito das operações de swap	3.670	11.285	20.229	315.907	615.733	597.352	662.524	845.227	1.085.133
Resultado das operações de swap	110	160	7.942	-	10.819	12.534	14.809	17.045	22.582
Total de empréstimos e financiamentos	3.780	11.445	28.171	315.907	626.552	609.886	677.333	862.272	1.107.715

Bancos	Início	Vencimento	Tipo de amortização	Garantias	Encargos financeiros
União Federal - Bônus de Capitalização (a)	15/8/1997	10/4/2014	Semestral	Recebíveis e conta reserva	USD + 8,2% a.a.
União Federal - Bônus de Desconto (a)	15/8/1997	11/4/2024	Ao final	Recebíveis e conta reserva	USD + Libor + 1,0125% a.a.
União Federal - Bônus de Conversão da Dívida (a)	15/8/1997	12/4/2012	Semestral	Recebíveis e conta reserva	USD + Libor + 1,075% a.a.
União Federal - Bônus ao Par (a)	15/8/1997	11/4/2024	Ao final	Recebíveis e conta reserva	USD + 6,2% a.a.
Banco Europeu de Investimentos (b)	28/5/2002	15/6/2012	Anual	Fiança bancária	USD + 5,49% a.a.
IFC - A (c)	22/2/2005	15/12/2017	Semestral	Conta reserva e imobilizado	USD + 7,89% a.a.
IFC - B (c)	22/2/2005	15/12/2015	Semestral	Conta reserva e imobilizado	USD + Libor + 2,25% a.a.
IFC - C (c)	11/4/2006	15/12/2019	Semestral	Conta reserva e imobilizado	USD + 11,96% a.a.
Eletrobras (d)	3/3/2000	30/9/2023	Mensal	Recebíveis e nota promissória	6% a.a.
União Federal - Lei 8.727 (Caixa Econômica Federal) (e)	30/6/1994	1/3/2014	Mensal	Recebíveis	TR + 10,028% a.a.
União Federal - Lei 8.727 (Eletrobras) (e)	30/6/1994	1/3/2014	Mensal	Recebíveis	IGPM + 10,028% a.a.
Banco do Brasil (BB Fat Fomentar) (e)	23/1/2007	18/2/2014	Mensal	Fiança bancária	TJLP + 4,5% a.a.
Banco do Nordeste - Proinfra (f)	29/12/2004	15/3/2019	Mensal	Fiança bancária e conta reserva	10% a.a.
BNDES Finem 2007 (Sindicalizado) (g)	28/4/2008	15/12/2014	Mensal	Recebíveis e conta reserva	TJLP + 3,7% a.a.
BNDES PEC (h)	15/1/2010	15/1/2013	Mensal	-	TJLP + 5,5% a.a.
BNDES (Finame) (i)	20/8/2009	15/1/2015	Mensal	Fiança bancária	0,045
BNDES (Capex 2011) (l)	3/11/2006	15/6/2012	Mensal	Recebíveis e conta reserva	TJLP + 5,20%
BNDES (Capex 2011) (l)	15/8/2011	15/6/2021	Mensal	Recebíveis	0,087
BNDES (Capex 2011) (l)	15/8/2011	15/6/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,10%
Eletrobras (m)	15/8/2011	15/6/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 4,10%
Eletrobras (n)	1/6/2004	30/6/2021	Mensal	Recebíveis e nota promissória	0,06
Bradesco S.A. 3º contrato (o)	21/5/2011	30/9/2018	Mensal	Recebíveis e nota promissória	0,07
Bradesco S.A. 4º, 5º e 6º contratos (o)	28/12/2007	3/12/2012	Semestral	-	CDI + 1,15%
Banco Alfa S.A. (o)	1/2/2008	7/1/2013	Semestral	-	CDI + 1,05%
União dos Bancos Brasileiros S.A. (o)	10/1/2007	30/7/2012	Semestral	Nota promissória	CDI + 0,95%
HSBC Bank Brasil S.A. 1º Contrato (o)	26/11/2007	30/10/2012	Semestral	-	CDI + 1,15%
HSBC Bank Brasil S.A. 2º Contrato (o)	3/12/2007	3/12/2012	Semestral	Nota promissória	CDI + 0,95%
Banco do Brasil S.A.	3/12/2007	3/12/2012	Semestral	Nota promissória	CDI + 0,85%
Banco Itaú S.A. (o)	4/12/2007	30/10/2013	Bullet	Nota promissória	CDI + 0,97%
Santander S.A. (p)	28/7/2007	28/12/2012	Semestral	-	CDI + 1,13%
União Federal - Bônus de Capitalização	28/12/2006	28/12/2012	Semestral	Aval	CDI + 1,70%

a União Federal em 15 de agosto de 1997. O contrato está dividido em 7 (sete) subcréditos (três deles já liquidados), remunerados a base de variação cambial (dólares norte-americanos). (b) Banco Europeu de Investimentos - BEI - Financiamento para o plano de investimentos 2001/2002 da controlada COELCE, contratado em 28 de maio de 2002 conforme Acordo de Cooperação Decreto-Lei nº 1609/95. A operação possui swap para 98,80% do CDI. Referido empréstimo foi liquidado no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. (c) IFC - International Finance Corporation: A controlada CGTF possui apenas um contrato de financiamento de longo prazo, celebrado em 2006 no valor de US\$130.000 mil. Esse contrato, constituído na modalidade de *project finance*, está dividido em 3 *tranches* (IFC-A, IFC-B e IFC-C com vencimentos em dezembro de 2017, 2015 e 2019, respectivamente). (d) Eletrobras - Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica - Luz para Todos, do Ministério das Minas e Energia - MME, com recursos originários da RGR e CDE. (e) União Federal - Lei 8.727 - Cessão de crédito, que fez a Eletrobras e a Caixa Econômica Federal à União Federal. (f) Banco do Nordeste do Brasil - Programa de inventivo as fontes alternativas de energia (Proinfra) - A controlada COELCE celebrou contrato com o Banco do Nordeste do Brasil para o financiamento de inversões fixas, através de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)/Proinfra. (g) BNDES FINEM: Financiamento para o plano de investimento 2007/2009 da controlada COELCE contratado em 28 de abril de 2008, no montante de R\$330.000, junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES. (h) BNDES PEC: Empréstimo captado devido à necessidade de capital de giro da controlada COELCE. (i) BNDES Finame: Financiamento contratado pela controlada Ampla Energia junto ao banco Safra com repasse de recursos do BNDES para aquisição de equipamentos nacionais. (j) BNDES Finem - Rede Ampla: Financiamento, no montante de R\$165.000, para ampliação da rede de distribuição da controlada Ampla Energia no período de 2005/2007, contratado junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES. A controlada Ampla Energia captou 100% do valor do contrato. (k) BNDES Capex: Financiamento, no montante de R\$301.425, para o plano de investimento da controlada Ampla Energia no período de 2006/2008, contratado junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES. (l) BNDES Capex 2011: Financiamento, no montante de R\$331.397, para o plano de investimento da controlada Ampla Energia no período de 2010/2011, contrato junto ao sindicato liderado pelo Itaú, com repasse de recursos do BNDES. (m) Eletrobras: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica - Luz para Todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE. (n) Eletrobras: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos das obras de reconstrução da rede de distribuição e subtransmissão da Região Serrana do Rio de Janeiro, que foram afetadas devido às chuvas no 1º trimestre de 2011. Esta operação tem recursos originários da RGR. (o) Empréstimos contratados para atender à necessidade de capital de giro da controlada Ampla Energia. (p) Santander S.A. - Na controlada CIEN o empréstimo foi instrumentado através da emissão de 40 CCB's - Cédulas de Crédito Bancário - com valores unitários de R\$15.000 e vencimentos em 28 de dezembro de 2012, que foram adquiridas por um sindicato de bancos liderado pelo Banco Santander Brasil. Os recursos captados foram utilizados em sua grande maioria para a liquidação de dívidas. O empréstimo da controlada CIEN com o Banco Santander possuía como garantia o aval da Endesa Brasil S.A. (no valor total do empréstimo), que contratualmente se responsabilizaria solidariamente pelo cumprimento das obrigações contratuais no caso de não cumprimento das condições acordadas. Esse empréstimo foi liquidado ao longo de 2012. Conforme mencionado na Nota 9, a controlada CGTF mantém aplicação financeira retida no montante de R\$24.521 em 31 de dezembro de 2012 (R\$22.151 em 2011 e R\$19.375 em 1º de janeiro de 2011) vinculada a parcela de curto prazo do contrato com o IFC. A controlada CGTF ainda mantém como garantia seus ativos fixos e uma carta fiança no valor de R\$488.358 e R\$39.500, respectivamente. Nas operações de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e nas operações de capital de giro as controladas COELCE e Ampla Energia comprometeram-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2012:

Banco	Obrigações especiais financeiras	Índice
BNDES/FINEM	Endividamento financeiro líquido/LAJIDA (máximo)	3,50
BNDES/FINEM	Endividamento financeiro líquido/Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60
BNDES	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	3,50
BNDES	Dívida financeira líquida/(PL + dívida financeira líquida) (máximo)	0,60
Capital de giro	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	3,50
Capital de giro	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,00
LAJIDA/EBITDA	Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.	

O principal dos empréstimos e financiamentos não circula, excluindo os efeitos das operações de *swap* contratados e dos custos de captação, tem sua curva de amortização distribuída da seguinte forma:

Ano	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
2012	-	-	586.040
2013	-	303.693	256.716
2014	209.219	188.278	132.683
2015	116.167	92.643	34.396
2016	101.202	78.872	9.343
2017	101.279	78.845	66.796
2018	66.689	48.526	-
Após 2018	68.161	54.846	-
Total	662.717	845.703	1.085.974

Conforme determinado no contrato de financiamento a controlada CGTF mantém contratos de swap com objetivo de proteger parte da dívida de efeitos cambiais e de taxa de juros e proteção contra o risco da variação das taxas de câmbio sobre os empréstimos e financiamentos indexados ao dólar norte-americano. Os contratos de swap estão apresentados conforme quadro na Nota 21. Variação das moedas/indexadores da dívida acumulados no ano até a posição de 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente:

Moeda/Indexador	31/12/2012	31/12/2011
Dólar norte-americano	8,94%	12,58%
INPC	6,20%	6,08%
IPCA	5,84%	6,50%
IGP-M	7,82%	5,10%
TJLP	5,75%	6,00%
CDI	8,40%	11,64%
Libor	0,29%	1,21%
SELIC	0,69%	0,47%
	8,49%	11,62%

20. Debêntures

Descrição	Companhias	31/12/2012			31/12/2011			01/01/2011		
		Encargos	Circulante	Não circulante	Encargos	Circulante	Não circulante	Encargos	Circulante	Não circulante
1ª série - 2ª emissão	COELCE	-	-	-	-	-	-	4.757	90.500	-
1ª série - 3ª emissão	COELCE	1.679	-	104.000	2.517	-	104.000	-	-	-
1ª série - 4ª emissão	Ampla Energia	-	-	-	9.384	185.000	-	17.276	185.000	185.000
1ª série - 5ª emissão	Ampla Energia	-	-	-	576	115.330	-	617	-	115.330
1ª série - 6ª emissão	Ampla Energia	328	-	117.000	590	-	117.000	-	-	-
1ª série - 7ª emissão	Ampla Energia	274	-	100.000	-	-	-	-	-	-
2ª série - 2ª emissão	COELCE	4.175	62.214	62.214	5.985	58.937	117.875	5.671	-	166.086
2ª série - 3ª emissão	COELCE	4.353	-	316.280	4.124	-	299.580	-	-	-
2ª série - 5ª emissão	Ampla Energia	459	53.519	107.038	530	-	152.100	544	-	142.873
2ª série - 6ª emissão	Ampla Energia	8.290	-	197.913	7.911	-	187.464	-	-	-
2ª série - 7ª emissão	Ampla Energia	9.872	-	309.031	-	-	-	-	-	-
(-) Custo a amortizar		-	(2.191)	(6.183)	-	(2.355)	(4.798)	-	(2.255)	(3.198)
Total sem efeito das operações de swap		29.430	113.542	1.307.293	31.617	356.912	973.221	28.865	273.245	606.091
Resultado das operações de swap		-	310	2.758	-	-	-	-	-	-
Total de debêntures		29.430	113.852	1.310.051	31.617	356.912	973.221	28.865	273.245	606.091

Mutação de debêntures:

Descrição	31/12/2012			31/12/2011			01/01/2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	302.110	606.091	908.201	-	-	-	-	-	-
Captações	-	700.000	700.000	-	-	-	-	-	-
Encargos provisionados	104.408	-	104.408	104.408	-	104.408	-	-	-
Encargos pagos	(101.657)	-	(101.657)	(101.657)	-	(101.657)	-	-	-
Transferências de prazos	359.268	(359.268)	-	359.268	(359.268)	-	-	-	-
Variação monetária	-	27.998	27.998	-	-	-	-	-	-
Amortização do principal	(275.500)	-	(275.500)	(275.500)	-	(275.500)	-	-	-
Transferência custo de transação	(991)	991	-	(991)	991	-	-	-	-
Apropriação do custo de transação	1.659	-	1.659	1.659	-	1.659	-	-	-
Custo da transação	(768)	(2.591)	(3.359)	(768)	(2.591)	(3.359)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	388.529	973.221	1.361.750	388.529	973.221	1.361.750	-	-	-
Captações	-	400.000	400.000	-	-	-	-	-	-
Encargos provisionados	118.635	-	118.635	118.635	-	118.635	-	-	-
Encargos pagos	(120.822)	-	(120.822)	(120.822)	-	(120.822)	-	-	-
Transferências de prazos	117.245	(117.245)	-	117.245	(117.245)	-	-	-	-
Variação monetária	-	52.702	52.702	-	-	-	-	-	-
Amortização do principal	(360.779)	-	(360.779)	(360.779)	-	(360.779)	-	-	-
Transferência custo de transação	(1.069)	1.069	-	(1.069)	1.069	-	-	-	-
Apropriação do custo de transação	1.423	-	1.423	1.423	-	1.423	-	-	-
Custo da transação	(189)	(2.454)	(2.643)	(189)	(2.454)	(2.643)	-	-	-
Resultado das operações de swap	309	2.758	3.067	309	2.758	3.067	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	143.282	1.310.051	1.453.333	143.282	1.310.051	1.453.333	-	-	-

Características das emissões:

COELCE	2ª emissão - 1ª série	2ª emissão - 2ª série
Características	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Conversibilidade	Quirografária	Quirografária
Espécie	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Tipo e forma	9.050 debêntures simples	15.450 debêntures simples
Quantidade de títulos	R\$10.000,00	R\$10.000,00
Valor nominal	15 de julho de 2009	15 de julho de 2009
Data de emissão	15 de julho de 2011	15 de julho de 2012
Vencimento inicial	15 de julho de 2011	15 de julho de 2014
Vencimento final	Sem atualização	IPCA
Atualização monetária	Não haverá	Não haverá
Repactuação	CDI + 0,95% a.a.	7,5% a.a.
Remuneração	Semestral	Anual
Exigibilidade de juros	Parcela única	Em três parcelas anuais
Amortizações	2011	2012, 2013 e 2014
Data das amortizações		

COELCE	3ª emissão - 1ª série	3ª emissão - 2ª série
Características	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Conversibilidade	Quirografária	Quirografária
Espécie	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Tipo e forma	10.400 debêntures simples	29.600 debêntures simples
Quantidade de títulos	R\$10.000,00	R\$10.000,00
Valor nominal	15 de outubro de 2011	15 de outubro de 2016
Data de emissão	15 de outubro de 2015	15 de outubro de 2018
Vencimento inicial	15 de outubro de 2011	15 de outubro de 2018
Vencimento final	Sem atualização	IPCA
Atualização monetária	Não haverá	Não haverá
Repactuação	CDI + 0,97% a.a.	6,85% a.a.
Remuneração	Semestral	Anual
Exigibilidade de juros	Em duas parcelas Anuais	Em três parcelas anuais
Amortizações	2015 e 2016	2016, 2017 e 2018
Data das amortizações		

2ª Emissão: A emissão foi realizada em 15 de julho de 2009, com 24.500 (vinte e quatro mil e quinhentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$10 na data de emissão, no montante total de R\$245.000, colocadas através de oferta pública de distribuição. A primeira série foi emitida com 9.050 (nove mil e cinquenta) debêntures, sem correção monetária, com remuneração em CDI mais 0,95% a.a., exigíveis semestralmente e amortização única ao final do segundo ano, realizada em 15 de julho de 2011. A segunda série foi emitida com 15.450 (quinze mil quatrocentos e cinquenta) debêntures, com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de 7,5% a.a., exigíveis anualmente e amortizadas em 03 (três) parcelas anuais em 15 de julho de 2012, 2013 e 2014. 3ª Emissão: A 3ª emissão de debêntures foi realizada em 15 de outubro de 2011, com 40.000 (quarenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$10 (dez mil reais) na data de emissão, no montante total de R\$400.000 (quatrocentos milhões de reais), colocadas através de oferta pública de distribuição. A primeira série foi emitida com 10.400 (dez mil e quatrocentos) debêntures, sem correção monetária, com remuneração em CDI mais 0,97% a.a., exigíveis semestralmente e amortizadas em 02 (duas) parcelas anuais em 15 de outubro de 2015 e 2016. A segunda série foi emitida com 29.600 (vinte e nove mil e seiscentos) debêntures, com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de 6,85% a.a., exigíveis anualmente e amortizadas em 03 (três) parcelas anuais em 15 de outubro de 2016, 2017 e 2018.

Mutação de empréstimos e financiamentos, sem os efeitos dos custos de transação:

	Consolidado				
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Em 1º de janeiro de 2011	583.692	944.643	54.729	163.913	1.746.977
Ingressos	74.155	353.266	-	-	427.421
Encargos provisionados	156.695	-	9.260	-	165.955
Encargos pagos	(151.061)	-	(18.379)	-	(169.440)
Variação monetária e cambial	-	2.327	2.690	15.490	20.507
Transferências	575.110	(575.110)	47.292	(47.292)	-
Resultado swap	-	-	(7.116)	5.511	(1.605)
Amortizações	(650.595)	-	(38.111)	-	(688.706)
Em 31 de dezembro de 2011	587.996	725.126	50.365	137.622	1.501.109
Ingressos	15.415	124.956	-	-	140.371
Encargos provisionados	83.569	-	9.139	-	92.708
Encargos pagos	(106.056)	-	(19.061)	-	(125.117)
Variação monetária e cambial	-	1.714	2.781	12.659	17.154
Transferências	293.869	(293.869)	28.446	(28.446)	-
Resultado swap	-	-	(781)	(2.236)	(3.017)
Amortizações	(581.806)	-	(43.904)	-	(625.710)
Em 31 de dezembro de 2012	292.987	557.927	26.985	119.599	997.498

Descrição	31/12/2012			31/12/2011			01/01/2011		
	Encargos	Circulante	Não circulante	Encargos	Circulante	Não circulante	Encargos	Circulante	Não circulante
1ª série - 2ª emissão	-	-	-	-	-	-	4.757	90.500	-
1ª série - 3ª emissão	1.679	-	104.000	2.517	-	104.000	-	-	-
1ª série - 4ª emissão	-	-	-	9.384	185.000	-	17.276	185.000	185.000
1ª série - 5ª emissão	-	-	-	576	115.330	-	617	-	115.330
1ª série - 6ª emissão	328	-	117.000	590	-	117.000	-	-	-
1ª série - 7ª emissão	274	-	100.000	-	-	-	-	-	-
2ª série - 2ª emissão	4.175	62.214	62.214	5.985	58.937	117.875	5.671	-	166.086
2ª série - 3ª emissão	4.353	-	316.280	4.124	-	299.580	-	-	-
2ª série - 5ª emissão	459	53.519	107.038	530	-	152.100	544	-	142.873
2ª série - 6ª emissão	8.290	-	197.913	7.911	-	187.464	-	-	-
2ª série - 7ª emissão	9.872	-	309.031	-	-	-	-	-	-
(-) Custo a amortizar	-	(2.191)	(6.183)	-	(2.355)	(4.798)	-	(2.255)	(3.198)
Total sem efeito das operações de swap	29.430	113.542	1.307.293	31.617	356.912	973.221	28.865	273.245	606.091
Resultado das operações de swap	-	310	2.758	-	-	-	-	-	-
Total de debêntures	29.430	113.852	1.310.051	31.617	356.912	973.221	28.865	273.245	606.091

Ampla Energia

Característica	4ª emissão - Série única
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	37.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$10
Data de emissão	01 de agosto de 2006
Vencimento inicial	01 de agosto de 2011
Vencimento final	01 de agosto de 2012
Atualização monetária	Sem atualização
Repactuação	Não haverá
Remuneração	CDI + 0,85% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral
Amortização programada	Em 2 parcelas iguais, sendo a 1ª ao final do 5º ano a partir da data da emissão e a 2ª na data do vencimento das debêntures
Data de amortização	2011 e 2012

Característica	5ª emissão - 1ª série	5ª emissão - 2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	11.533 debêntures simples	13.467 debêntures simples
Valor nominal	R\$10	R\$10
Data de emissão	15 de dezembro de 2009	15 de dezembro de 2009
Vencimento inicial	15 de dezembro de 2012	15 de dezembro de 2013
Vencimento final	15 de dezembro de 2012	15 de dezembro de 2015
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 1,10% a.a.	IPCA + 8,30% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortização programada	Parcela única na data do vencimento	Em três parcelas anuais
Data de amortização	2012	2013, 2014 e 2015

Característica	6ª emissão
----------------	------------

Emissão	Obrigações especiais financeiras	Índice
2ª emissão - COELCE	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,50
3ª emissão - COELCE	EBITDA/Despesa financeira líquida (mínimo)	2,75
5ª emissão - Ampla	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,70
5ª emissão - Ampla	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,50
6ª Emissão - Ampla	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,70
6ª Emissão - Ampla	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,50
7ª Emissão - Ampla	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,70
7ª Emissão - Ampla	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,50

Curva de amortização do longo prazo das debêntures:

	2014	2015	2016	2017	Após 2017	Total
2ª série - 2ª emissão - COELCE	62.214	-	-	-	-	62.214
2ª série - 5ª emissão - Ampla	53.519	53.519	-	-	-	107.038
1ª série - 7ª emissão - Ampla	-	-	50.000	50.000	-	100.000
1ª série - 3ª emissão - COELCE	-	52.000	52.000	-	-	104.000
2ª série - 3ª emissão - COELCE	-	-	105.417	105.417	105.446	316.280
1ª série - 6ª emissão - Ampla	-	58.500	58.500	-	-	117.000
2ª série - 6ª emissão - Ampla	-	-	65.971	65.971	65.971	197.913
2ª série - 7ª emissão - Ampla	-	-	-	103.010	206.021	309.031
(-) Custo de transação	(1.736)	(1.419)	(1.192)	(922)	(914)	(6.183)
Total a amortizar	113.997	162.600	330.696	323.476	376.524	1.307.293

21. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro: Considerações gerais: A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco: a) **Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre da possibilidade do Grupo Endesa vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. A tabela abaixo apresenta os valores contábeis dos passivos em moeda estrangeira que não estão protegidos por instrumentos de swap cambial:

	Passivo		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Dólares norte-americanos	92.983	102.715	117.704
Franco suíço	-	-	9.807

Em seguida, um quadro de análise de sensibilidade dos impactos no resultado do Grupo caso a variação da taxa de câmbio de 2012 fosse igual a esperada para 2013, segundo projeções baseadas na curva futura da BM&F:

2012	Aumento/redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
Dólares norte-americanos	5,71%	(5.311)	(5.311)

b) **Risco de encargos de dívida:** Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo Endesa vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer swap contra este risco, entretanto monitora as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Para minimizar esse risco, a Companhia prioriza a contratação de empréstimos com taxas pré-fixadas (BNB e Eletrobras) e atrelados a outros índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP (BNDES). A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado do Grupo caso as variações nas taxas de juros e índices de inflação de 2012 fossem iguais às esperadas para 2011, segundo projeções baseadas na curva futura da BM&F:

2012	Aumento/redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
Passivos financeiros			
CDI	2,32%	(2.089)	(2.089)
Libor (6 meses)	0,15%	(1)	(1)
TJLP	(13,04%)	4.446	4.446
IPCA	(0,66%)	777	777
IGPM	(2,05%)	98	98
TR	0,00%	-	-
Total		3.231	3.231

c) **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade de suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado pelas controladas como baixo, considerando a pulverização do número de clientes, além da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração do Grupo, para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber. d) **Risco de vencimento antecipado:** Algumas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico financeiros em determinados níveis (covenants financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Essas restrições são monitoradas adequadamente, e não limitam a capacidade de condução normal das operações. Atualmente, o índice de endividamento da Grupo Endesa está em patamares abaixo do limite estipulado pelos covenants financeiros. e) **Gestão do risco de capital:** O Grupo Endesa administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e debêntures detalhados nas Notas 19 e 20, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados na Nota 4 e 5) e pelo patrimônio líquido do Grupo.

	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Dívida	2.450.353	2.862.019	2.653.974
Caixa e equivalente de caixa + títulos e valores mobiliários	(1.429.955)	(1.001.992)	(1.103.058)
Dívida líquida (a)	1.020.398	1.860.027	1.550.916
Patrimônio líquido (b)	6.945.246	5.937.554	5.747.602
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	13%	24%	21%

(a) A dívida líquida é representada pelo saldo total dos empréstimos e financiamentos e debêntures, incluindo as parcelas do passivo circulante e não circulante, deduzidos os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Vide maiores detalhes nas Notas 4, 5, 19 e 20. (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas constituídas pela Companhia. f) **Risco de liquidez:** A liquidez do Grupo Endesa é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez. As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e partes relacionadas em moeda estrangeira do Grupo Endesa que estão sendo considerados nos fluxos de caixa projetados (inclui juros e principal):

	Menos de um mês	De um a três meses	De três a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2012						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	6.307	14.476	86.085	362.775	124.016	593.659
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	34.092	21.715	220.885	280.990	27.704	585.386
Debêntures	-	-	225.525	1.270.146	418.153	1.913.824
Empréstimos com partes relacionadas em moeda nacional	-	-	362.090	-	-	362.090
Total	40.399	36.191	894.585	1.913.911	569.873	3.454.959
31 de dezembro de 2011						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	5.692	13.472	75.641	305.329	121.227	521.361
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	46.643	34.008	558.477	507.136	89.553	1.235.817
Debêntures	11.227	-	469.177	937.021	371.322	1.788.747
Empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira	-	-	4.411	-	-	4.411
Total	63.562	47.480	1.107.706	1.749.486	582.102	3.550.336
1ª de janeiro de 2011						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	5.331	10.717	62.586	256.854	90.472	425.960
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	52.028	40.074	584.173	915.184	8.161	1.599.620
Debêntures	26.200	-	343.373	717.718	-	1.087.291
Empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira	-	-	9.035	3.922	-	12.957
Total	83.559	50.791	999.167	1.893.678	98.633	3.125.828

Em seguida, as tabelas apresentam os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos de hedge que também estão contemplados nos fluxos de caixa da Controladora:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2012						
Swaps de taxa de juros	-	-	13.291	23.011	-	36.302
Total	-	-	13.291	23.011	-	36.302
31 de dezembro de 2011						
Swaps de moeda	-	-	10.961	-	-	10.961
Swaps de taxa de juros	-	-	6.253	14.476	-	20.729
Total	-	-	17.214	14.476	-	31.690
1ª de janeiro de 2011						
Swaps de moeda	-	-	12.497	14.091	-	26.588
Swaps de taxa de juros	-	-	5.698	18.750	-	24.448
Total	-	-	18.195	32.841	-	51.036

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, o Grupo utiliza como opção de curto prazo as contas garantidas que tem contratada. Abaixo segue tabela referente à posição final dos exercícios de 2011 e 2012 quanto à utilização das contas:

Conta garantida	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Contratada	325.000	240.000	90.000

Valorização dos instrumentos financeiros: Na determinação do valor justo dos empréstimos e financiamentos, a administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas consideradas adequadas para realização de novas operações no mercado. Com relação ao valor justo das debêntures foram consideradas as cotações negociadas no mercado secundário. Os saldos contábeis e valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia (individual e consolidado) em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 1ª de janeiro de 2011 são demonstrados abaixo:

	Categoria	Nível	Controladora				Consolidado	
			31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo								
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	302.845	302.845	51.344	51.344	138.623	138.623
Outros ativos financeiros	Valor justo por meio de resultado	2	357.839	357.839	69.011	69.011	492.848	492.848
Passivo								
Fornecedores	Outros passivos financeiros	-	21.544	21.544	12.427	12.427	13.859	13.859

	Categoria	Nível	Controladora				Consolidado	
			31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo								
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	814.805	814.805	380.908	380.908	399.569	399.569
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	615.150	615.150	621.084	621.084	703.489	703.489
Cauções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	-	115.153	115.153	146.939	146.939	124.509	124.509
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	-	1.246.412	1.246.412	1.227.998	1.227.998	1.250.858	1.250.858
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	1.638.619	1.638.619	765.516	765.516	527.794	527.794
Passivo								
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Outros passivos financeiros	-	850.436	849.629	1.312.282	1.312.282	1.528.335	1.517.681
Debêntures em moeda nacional	Outros passivos financeiros	-	1.450.265	1.405.416	1.361.750	1.369.627	908.201	900.496
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	-	131.665	149.805	159.963	181.463	218.642	201.783
Intrumentos financeiros derivativos	Hedge de fluxo de caixa	-	17.987	17.987	28.025	28.025	43.059	43.059
Empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	-	-	-	4.342	4.342	12.456	12.882
Fornecedores	Outros passivos financeiros	-	795.833	795.833	619.362	619.362	643.172	643.172

Valor justo hierárquico: Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo: • Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo. • Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. • Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. Os valores da curva e de mercado do instrumento derivativo (swap) de 31 de dezembro de 2012 são como segue:

Derivativo	Valor da curva	Valor de mercado (contábil)	Diferença
COELCE			
Swap DI x HSBC Bank Brasil S.A.	(187)		(637)
CGTF			(450)
Swap Libor x Pré (Santander)	441		1.543
Swap Libor x IGPM (Citibank)	2.570		13.376
Ampla Energia			
Swap DI x HSBC Bank Brasil S.A.	(68)		(1.891)
Swap DI x HSBC Bank Brasil S.A.	(55)		(541)
Total	2.701	11.850	9.149

A estimativa do valor de mercado das operações de swaps foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 31 de dezembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia detinha operações de swap, conforme demonstrado abaixo:

COELCE	Contraparte	Data do contrato	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
					31/12/2012	31/12/2011
	HSBC Bank Brasil S.A.	08/11/2012	17/10/2016	CDI + 0,97% a.a. 9,43%	637	-
				Efeito acumulado até 31/12/2012	Efeito acumulado até 31/12/2011	
				Valor a receber/recebido	Valor a receber/recebido	Valor a pagar/pagar
				108.167	-	-
				108.804	-	-
				(637)	(637)	-

AMPLA ENERGIA	Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência			
					Moeda local		Moeda estrangeira	
					31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
	HSBC Bank Brasil S.A.	03/09/2012	16/06/2017	CDI + 1,02% a.a. 10,05% a.a.	1.891	-		
	HSBC Bank Brasil S.A.	08/11/2012	16/06/2016	CDI + 1,20% a.a. 9,59% a.a.	541	-		
				Efeito acumulado até 31/12/2012	Efeito acumulado até 31/12/2011			
				Valor justo	Valor a receber/recebido	Valor a receber/recebido	Valor a pagar/pagar	Valor a pagar/pagar
				103.991	-	-	-	-
				105.882	-	-	-	-
				(1.891)	(1.891)	-	-	-
				121.243	-	-	-	-
				121.784	-	-	-	-
				(541)	(541)	-	-	-

	Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência			
					Moeda estrangeira		Moeda local	
					31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
				Contratos de swaps				
				(+) Ativo	103.991	-	-	-
				(-) Passivo	105.882	-	-	-
				(=) A				

Contraparte	Descrição	Valor justo		Efeito acumulado até 31/12/2012		Efeito acumulado até 31/12/2011	
		31/12/2012	31/12/2011	Valor a receber/recebido	Valor a pagar/pago	Valor a receber/recebido	Valor a pagar/pago
Banco Santander Brasil S.A.	(+) Ativo	17.835	21.324	-	-	-	-
	(-) Passivo	19.378	23.500	-	-	-	-
	(=) Ajuste	(1.543)	(2.176)	-	(1.543)	-	(2.176)
Banco Citibank	(+) Ativo	20.846	23.973	-	-	-	-
	(-) Passivo	34.222	39.002	-	-	-	-
	(=) Ajuste	(13.376)	(15.029)	-	(13.376)	-	(15.029)
		(14.919)	(17.205)	-	(14.919)	-	(17.205)

22. Obrigações fiscais	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
ICMS	-	82.977	-	113.679	-	110.764
Imposto de renda e contribuição social	-	69.463	1.744	143.125	1.290	61.493
ISS	105	3.178	57	5.679	41	6.627
PIS/COFINS	574	55.090	600	73.296	336	57.538
PIRFF mútuos	-	681	-	373	-	913
PIS/COFINS/IRRF/CSRF (retido na fonte)	-	1.364	-	2.054	-	-
Contribuições sociais	-	25.076	-	29.600	-	5.251
Outros tributos e contribuições	2.155	11.032	1.737	14.917	4.141	12.220
Total	2.834	248.861	4.138	382.723	5.808	254.805
Circulante	2.834	224.559	4.138	349.898	5.808	248.623
Não circulante	-	24.302	-	32.825	-	6182

23. Taxas regulamentares	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Conta de consumo de combustível - CCC	10.389	20.340	18.505
Recolhimento à conta de desenvolvimento energético - CDE	14.338	12.507	11.577
Reserva global de reversão - RGR e outros	38.596	27.724	22.364
Encargo de energia reserva - EER	1.999	1.376	968
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	3.836	4.416	2.378
Encargos ex-isolados	3.028	2.533	2.789
Taxa de fiscalização	2.066	380	367
Encargos emergenciais	2.465	2.469	2.489
Total	76.717	71.745	61.437

O saldo da reserva global de reversão se refere à provisão dos valores a serem pagos a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, calculados à base de 2,5% sobre o imobilizado, limitada a 3% da receita bruta de operações com energia elétrica. Tais valores são regulamentados em bases anuais através de despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da ANEEL. **24. Programa de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética**

	Consolidado					
	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante
Programa de Eficiência Energética - PEE	42.475	18.321	31.967	4.083	95.850	-
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	57.976	13.970	47.931	9.666	34.221	12.287
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	820	-	121	-	3.941	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	-	-	(150)	-	231	-
Ministério de Minas e Energia - MME	39	-	(164)	-	1.382	-
Total	101.310	32.291	79.705	13.749	135.625	12.287

Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL. As resoluções ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008 e nº 300 de 12 de fevereiro de 2008 aprovam os Manuais do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética, versão 2008, que estabelecem as diretrizes e orientações na elaboração dos projetos de P&D e PEE. As principais mudanças provenientes dos novos manuais são: a possibilidade de submissão de projetos a qualquer época do ano, tornando o processo contínuo; a ênfase na avaliação final dos projetos, aumentando assim a responsabilidade da concessionária na aplicação do investimento; a adoção de um plano de investimento e um plano de gestão dos programas, tendo recursos destinados para tal; além da abertura do programa de P&D para as demais etapas do ciclo de inovação (cabeça de série, lote pioneiro e inserção no mercado). As controladas COELCE, Ampla Energia, CGTF e CDSA contabilizam as despesas referentes aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento conforme seu período de competência, permanecendo os valores registrados e corrigidos pela SELIC até a efetiva realização. **25. Partes relacionadas.** A Companhia e suas controladas mantêm operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes dos saldos, natureza e totais das transações e efeitos nas demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref.	Natureza da operação	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
			Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
CIEN	(d)	Mútuo	348.967	-	-	-	21.421	-
Ampla Investimento	(c)	Mútuo	167.143	-	-	-	18.150	-
Prátil		Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-
CTM	(e)	Mútuo	-	7.518	-	-	828	-
TESA	(e)	Mútuo	-	4.274	-	-	441	-
Ampla Energia		Conta corrente	-	-	-	-	-	424
Eólica Fazenda Nova		Conta corrente	864	-	-	-	-	-
Ingensesa		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	(1.480)
ICT - Serviços Informáticos Ltda.		Prestação de serviço	-	6.304	-	-	2.238	(2.238)
Outros			-	-	-	-	-	1.175
			516.974	11.792	6.304	-	37.426	424

Empresas	Ref.	Natureza da operação	31/12/2012		31/12/2011		1/1/2011	
			Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Enertrade Comercializadora de Energia S.A.		Compra de energia	-	-	-	-	90.806	(38.737)
Enersis S.A.	(a.1)	Prestação de Serviço	235	2	99	-	233	45
Fundação COELCE de Seguridade Social - FAELCE	(b.1) e (b.2)	Plano de pensão Confissão de dívida	-	12.098	70.898	(5.684)	574	26.885
Fundação Brasileiros	(b.3)	Plano de pensão	-	480.896	(50.069)	-	-	365.312
Endesa Latinoamérica (MIGA e ICO)	(f)	Mútuo	-	-	-	-	4.342	-
Synapsis Brasil S.A.		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	9
CAM Brasil Multiserviços Ltda.		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	1.535
CEMSA - Comercializadora del Mercosul S.A.	(g)	Transporte de energia	86.539	-	87.757	9.824	-	62.145
Endesa Costanera S.A.		Transporte de energia	33.701	-	33.720	3.336	-	27.122
Ingensesa Brasil S.A.		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	(1.480)
ICT - Serviços Informáticos Ltda.		Prestação de serviço	-	6.304	-	(3.414)	-	2.238
Outros		Prestação de serviço	-	-	-	-	225	-
			120.475	18.404	673.370	(46.007)	574	9
Total plano de pensão		Plano de pensão Confissão de dívida	-	(10.098)	(551.794)	-	-	(10.752)
			120.475	6.306	121.576	(46.007)	574	9

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir: a) **Prestação de serviços.** a.1) Enersis. A controlada Ampla Energia possui um contrato a pagar com a empresa Enersis no valor de R\$101 (R\$101 em 2011 e R\$2.454 em 1º de janeiro de 2011), referente à compra de software. b) **Obrigações com Plano de Pensão.** b.1) Contrato de Dívida - FAELCE. Em 30 de junho de 1999 a subsidiária COELCE celebrou com a FAELCE um contrato tendo por objeto a consolidação da dívida no valor de R\$46.600, correspondendo os saldos devedores dos termos de compromisso firmados em 31 de dezembro de 1992, em 23 de maio de 1996 e em 31 de janeiro de 1997. Em 30 de junho de 2007 foi assinado um terceiro aditivo com o valor da dívida atualizada em R\$62.200, conforme Resolução CGPC nº 17/96 do Ministério da Previdência e Assistência Social, com prazo para pagamento total de 14 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando em 31 de dezembro de 2007 e terminando em 30 de junho de 2014. Até 31 de dezembro de 2012 a subsidiária COELCE amortizou 11 parcelas, permanecendo um saldo devedor de R\$18.147 (R\$29.398 em 31 de dezembro de 2011 e R\$45.609 em 1º de janeiro de 2011). Em garantia da operação, a controlada COELCE cedeu à Faelce os direitos creditórios que possui ou venha a possuir, representados pela arrecadação das contas de energia elétrica efetivamente realizadas. A Faelce poderá sacar da conta corrente bancária da controlada COELCE, até o montante das parcelas da dívida vencidas e não pagas, após 45 dias da verificação da inadimplência da controlada COELCE, se lhe convier. b.2) Plano de Pensão - FAELCE. A controlada COELCE, como mantenedora da Faelce, realiza repasses mensais destinados a manutenção financeira da Faelce e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da controlada COELCE, classificados como "Benefício Definido" e "Contribuição Definida". O total de gastos em 2012 foi R\$6.258 (R\$6.068 em 2011 e R\$8.958 em 1º de janeiro de 2011) sendo R\$5.684 (R\$5.404 em 2011 e R\$4.034 em 1º de janeiro de 2011) como despesa operacional do resultado da controlada COELCE e R\$574 (R\$664 em 2011 e R\$4.924 em 1º de janeiro de 2011) capitalizados ao ativo intangível. O saldo de R\$64.849 (R\$6.818 em 31 de dezembro de 2011 e R\$237 em 1º de janeiro de 2011) e corresponde ao valor da contribuição da controlada COELCE (patrocinadora) aos planos de pensão, vide Nota 29. A CDSA, e a CGTF são subsidiárias dos acionistas controladores. A Faelce é administradora do Fundo de Pensão dos funcionários da controlada COELCE. b.3) Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS. A controlada Ampla Energia, como mantenedora da Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, realiza repasses mensais destinados a manutenção financeira dessa entidade e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da controlada, classificados como PCA (Plano de Complementação de Aposentadoria) e PACV (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável). Como caução da operação, a controlada da Ampla Energia oferece os direitos creditórios que possui ou venha a possuir, representado pela arrecadação das contas de energia elétrica efetivamente realizada, até o montante do débito vencido, sendo certo que a arrecadação das importâncias provenientes dos pagamentos dos direitos creditórios será efetuada através da rede bancária autorizada, transferindo os recursos correspondentes para a conta corrente bancária, indicada pela Brasileiros. O total de despesas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi R\$50.069 (R\$28.994 em 2011 e R\$17.557 em 1º de janeiro de 2011). c) **Ampla Investimentos.** Em 23 de dezembro de 2008 a Companhia concedeu um empréstimo a sua controlada Ampla Investimentos, no montante de R\$255.878, com a finalidade de quitar sua dívida cruzada com Enersis Agência e o último pagamento está previsto para 15 de março de 2013. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2012 é de R\$167.143 e (R\$186.895 em 2011 e R\$216.156 em 1º de janeiro de 2011) e sua atualização está indexada pela variação do CDI acrescido de 2% ao ano. d) **CIEN.** A Endesa Brasil possui empréstimo com a sua controlada CIEN no montante atualizado de R\$348.967 (R\$173.651 em 2011 e R\$66.899 em 1º de janeiro de 2011), com o vencimento em 28 de junho de 2013. O empréstimo é indexado pela variação do CDI, acrescido de

juros de 0,67% a.a. e) **CTM e TESA.** Os mútuos com a controlada Indireta TESA são em dólares norte-americanos e possuem encargos financeiros indexados a taxa Libor, com *spread* médio de 4,03% a.a. Estes contratos possuem vencimentos programados para dezembro de 2013. Os mútuos com a CTM são em dólares norte-americanos, sendo um dos contratos em taxa fixa de 7% a.a., enquanto os outros são indexados a taxa Libor, com *spread* médio de 4,02% a.a. Estes contratos possuem vencimentos programados para dezembro de 2013. f) **Endesa Latinoamérica.** A subsidiária CIEN captou empréstimo em dólares norte-americanos com a parte relacionada Endesa Latinoamérica com a finalidade de aquisição de máquinas e equipamentos e finalização da construção da linha de transmissão II. Essa operação é indexada em Libor + 2,73% a.a. Este contrato foi firmado em maio de 2012. g) **CEMSA - Comercializadora del Mercosul S.A. e Endesa Costanera S.A.** O saldo a pagar à CEMSA e Costanera no montante de R\$121.477 em 31 de dezembro de 2012 (R\$113.490 em 2011) originou-se em virtude da compra de energia para revenda no mercado brasileiro em anos anteriores. Os saldos são atualizados, em uma base mensal, incluindo as variações cambiais, uma vez que o contrato foi firmado em dólares norte-americanos. **Remuneração da Administração.** A remuneração total dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$12.217 (R\$9.592 em 2011), as quais são benefícios de curto prazo. A remuneração dos administradores somada às remunerações pelas controladas, no exercício de 2012 foi de R\$31.745 (R\$25.862 em 2011). **26. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.** A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável para o Grupo. **Provisões com risco provável.** Segue abaixo quadro demonstrando a movimentação das provisões para contingências nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Descrição	Controladora					
	Saldo em 31/12/2011	Adições/reversões	Atualização monetária	Pagamentos	Transferências	Saldo em 31/12/2012
Cíveis (b)	-	81	24	-	-	105
Total	-	81	24	-	-	105
Circulante	-	-	-	-	-	-
Não circulante	-	-	-	-	-	105

Descrição	Consolidado					
	01/01/2011	Adições/reversões	Atualização monetária	Pagamentos	Transferências	Saldo em 31/12/2011
Trabalhistas (a)	208.290	(24.760)	14.114	(23.850)	(130)	173.664
Cíveis (b)	278.055	63.843	44.349	(85.773)	81.900	382.374
Fiscais (c)	173.777	(110.402)	3.714	(11.218)	21.168	77.039
Ambientais	3.000	-	-	-	-	3.000
Total	663.122	(71.319)	62.177	(120.841)	102.938	636.077
Circulante	140.793	-	-	-	-	140.793
Não circulante	522.329	-	-	-	-	495.284

Descrição	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2011	Adições	Atualização monetária	Pagamentos	Acordos judiciais	Saldo em 31/12/2012
Trabalhistas (a)	173.664	4.759	12.423	(9.893)	-	180.953
Cíveis (b)	382.374	32.868	45.695	(74.536)	(101.851)	284.550
Fiscais (c)	77.039	1.771	9.917	(20.135)	-	68.592
Ambientais	3.000	-	-	-	-	3.000
Total	636.077	39.398	68.035	(104.564)	(101.851)	537.095
Circulante	17.060	-	-	-	-	-
Não circulante	619.017	-	-	-	-	537.095

a) **Riscos trabalhistas.** Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros: danos morais, reintegração ao trabalho, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, verbas rescisórias e diferenças salariais. Além disso, existem ações relativas a empregados de empresas terceirizadas que questionam o vínculo empregatício com as controladas bem como equiparação em direitos aos empregados desta. b) **Riscos cíveis.** Engloba processos de natureza cível, inclusive consumerista, nos quais as controladas são ré, sendo grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de indenização por acidentes com energia elétrica, ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais. O restante do valor constante na provisão subdivide-se em ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento, cobrança indevida de valores e outros de natureza consumerista. A controlada COELCE é ré em ações judiciais em que são questionados os valores pagos por consumidor, provenientes da majoração de tarifas de energia elétrica, com base nas Portarias do DNAEE nº 38 e 45, de 27 de janeiro e 4 de março de 1986, respectivamente, durante a vigência do Plano Cruzado. A provisão para perdas nessas ações está contemplada no saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Durante o exercício de 2012, o processo da controlada Ampla Energia que se encontrava em aberto com a Enertrade foi concluído de forma irrevogável e irrevogável, resultando na reversão integral da provisão que estava constituída, impactando o resultado consolidado da Companhia em R\$101.851. c) **Riscos fiscais. Controlada Investuz.** Autos de Infração PIS/Cofins. Em 21 de dezembro de 2006 a Secretaria da Receita Federal lavrou dois autos de infração para a cobrança de PIS e Cofins sobre juros sobre capital próprio e outras receitas financeiras, auferidas no período de 2001 a 2005. Em primeira instância administrativa os autos de infração foram julgados parcialmente procedentes (improcedentes apenas no que se refere às receitas financeiras auferidas durante a vigência da Lei nº 9.718/98). A Controlada Investuz apresentou recurso e aguarda decisão de segunda instância administrativa. Diante dos fatos e da jurisprudência administrativa, a empresa efetuou a provisão da parcela dos autos de infração considerada com probabilidade de perda provável (valores relativos ao PIS e à Cofins incidentes sobre os juros sobre capital próprio recebidos após a vigência das Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003, respectivamente). O valor provisionado em dezembro de 2012 corresponde a R\$18.147 para a Cofins e R\$8.098 para o PIS. A parcela remanescente dos autos de infração considerada com probabilidade de perda possível corresponde a R\$19.066 para a Cofins e R\$2.644 para o PIS (receitas financeiras auferidas durante a vigência da Lei nº 9.718/98 e após a vigência do Decreto nº 5.164/2004). **Controlada COELCE.** A controlada COELCE concluiu o pagamento de um parcelamento de COFINS junto à SRF em 2000, sendo que o parcelamento era em 80 parcelas e foi efetuado o pagamento de 6 parcelas a mais. Considerando o pagamento a maior, a controlada COELCE efetuou a compensação desse suposto crédito com débitos de COFINS. Na análise do processo, ficou demonstrado que houve uma retificação do valor inicialmente declarado no pedido de compensação e que assim o valor total pago pela COELCE (nas 86 parcelas) correspondia à dívida retificada. Dessa forma, a SRF entendeu que a compensação efetuada não procedia. O processo administrativo ainda está em curso, no qual a controlada COELCE está alegando basicamente o desconhecimento da retificação do valor declarado e a decadência do excesso resultante da retificação. No entanto, diante dos fatos, a Controlada COELCE entendeu por bem alterar a probabilidade de perda para provável e efetuar sua provisão. Em 31 de dezembro de 2012 o valor envolvido é de R\$2.441. **Controlada Ampla Energia.** ICMS - Pagamento a menor. O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro/1999 a setembro/2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2012 de R\$9.241 (R\$8.361 em 2011 e R\$7.610 em 1º de janeiro de 2011). A Ampla Energia apresentou defesa (embargos à execução) e aguarda decisão de primeira instância judicial. **ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado.** A Companhia possui um Auto de Infração lavrado pelo Estado para cobrar débitos relativos ao período de dezembro/96 a novembro/98, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. A administração decidiu, após diligência realizada em 2012, constituir provisão equivalente a 40% da autuação fiscal, isto é, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2012 de R\$4.630 (valor total do auto de R\$11.462). **Controlada CDSA.** Compensação de débitos de CSLL e IRPJ. A Companhia efetuou compensação em 2005 de débitos de CSLL e IRPJ devidos por ajuste anual do ano 2000. De acordo com a Receita Federal, o direito creditório não é suficiente para pagar o valor devido uma vez que a Companhia não calculou corretamente os juros no pagamento efetuado em 2001 e não incluiu juros nem multa na compensação efetuada em 2005. Em sua defesa, a Companhia argumenta que seu crédito é suficiente. Entretanto, tendo em vista os erros formais no procedimento de compensação, a Companhia optou por constituir provisão no valor atualizado de R\$2.578. A Companhia apresentou impugnação em primeira instância administrativa que foi julgada improcedente em 30 de novembro de 2011. Após a decisão foi apresentado Recurso Voluntário, que, em 04 de outubro de 2012 foi julgado contra a Companhia. Aguarda-se intimação. **Contingências ambientais.** A provisão constituída no montante de R\$3.000 refere-se à ação judicial ambiental movida em 2001 pelo Ministério Público do Estado de Goiás, em trâmite na Comarca de Cachoeira Dourada, contra a Companhia, por alegados danos supostamente causados pela instalação da barragem onde foi construída a usina hidroelétrica de Cachoeira Dourada. Foi proferida decisão favorável à Companhia em primeira instância, que foi reformada pelo Tribunal de Justiça, o qual determinou a realização de perícia para apuração de eventuais danos. A Companhia interpôs recurso especial contra a decisão. Os assessores jurídicos, conservadoramente, opinaram pela constituição de provisão, à vista do caso específico, e levando em conta a experiência profissional em casos semelhantes envolvendo danos ambientais com solução negociada junto ao Ministério Público. **Contingências com risco possível.** O Grupo Endesa possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, as quais totalizam aproximadamente R\$7.440.000 em 31 de dezembro de 2012 (R\$6.300.000 em 2011 e R\$6.500.000 em 1º de janeiro de 2011). a) **Riscos trabalhistas.** As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de horas extras, reintegração, responsabilidade subsidiária e solidária, diferenças salariais, verbas rescisórias, dano moral e material, acidente de trabalho, etc. b) **Riscos cíveis.** A situação jurídica das controladas engloba processos de natureza cível, nos quais a é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais. **Controlada CIEN.** Tractebel. A Tractebel ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento, pela CIEN, do "Contrato de Compra e Venda de 300MW de Potência firme e energia associada proveniente da Argentina" firmado em 20 de outubro de 1999, entre CIEN e Centrais Geradoras do Sul do Brasil S. A. (Gerasul) sendo a Tractebel a sua sucessora. Na ação, a Tractebel pede a condenação da CIEN ao pagamento de multa rescisória no montante estimado de R\$117.667, além de penalidades supostamente aplicáveis por indisponibilidade de "potência firme e energia associada", cujos valores seriam apurados em fase de liquidação de sentença e não podem ser estimados no momento. Na ação, a Tractebel ignorou a existência da notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, os seus efeitos sobre o referido contrato e das reiteradas manifestações das competentes autoridades brasileiras que liberaram a CIEN, e seus clientes, incluída a própria Tractebel, de penalidades regulatórias, por reconhecer que a crise na Argentina foi um fato alheio à vontade da CIEN e fora de seu controle. A CIEN contestou a ação invocando evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato. Após sucessivas manifestação das partes, o processo foi encaminhado para análise do juiz. Aguardamos o início da fase de produção de provas. Furnas. Furnas ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento pela CIEN do "Contrato de Potência Firme com Energia Associada", celebrado em 5 de maio de 1998, para aquisição de 700 MW provenientes da Argentina. Na ação, Furnas pede a condenação da CIEN ao pagamento de multa rescisória no montante estimado de R\$520.801 e pagamento de ressarcimento e penalidades cujos valores seriam apurados em fase de liquidação de sentença e não podem ser estimados no momento. Na ação, Furnas ignorou a existência da notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, os seus efeitos sobre o referido contrato e das reiteradas manifestações das competentes autoridades brasileiras que liberaram a CIEN, e seus clientes, incluída a própria Furnas, de penalidades regulatórias, por reconhecer que a crise na Argentina foi um fato alheio à vontade da CIEN e fora de seu controle. A CIEN contestou a ação invocando evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato. Após sucessivas manifestações das partes e produção das provas cabíveis, aguarda-se o julgamento da ação. **Controlada COELCE.** ICMS - Termo de acordo 035/91. A controlada COELCE celebrou Termo de Acordo nº 035/91 com a Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará, onde formalizou a existência de regime especial de recolhimento de ICMS, o qual seria efetuado pelo valor arrecadado (receitas recebidas), em periodicidade decenal. Referido acordo vigorou até 31 de março de 1998, sendo revogado pelo Ato Declaratório nº 02/98. Não obstante, a Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou quatro autos de infração relativos aos exercícios de 1995, 1996, 1997 e 1998 (período em que o mencionado termo de acordo era vigente) para cobrar débitos de ICMS não recolhidos, no valor atualizado de R\$17.683. A controlada COELCE apresentou recurso (embargos de declaração) ao Conselho de Recursos Tributários, contra decisão que julgou os autos de infração parcialmente procedentes, determinando o recolhimento do ICMS devido pelos valores nominais, excluídos a penalidade e os juros de mora. Em 09 de julho de 2012 o recurso foi julgado improcedente, mas foi determinado que os processos fossem baixados em diligência para que fosse realizada a imputação dos pagamentos realizados até o presente momento e para que a controlada COELCE seja intimada para pagar o valor residual se existir. ICMS - Base cadastral de consumidores isentos e imunes e não tributáveis. A Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou um auto de infração em 29 de dezembro de 2004, no valor atualizado de R\$12.351, no intuito de exigir créditos de ICMS oriundos de erro na base cadastral de consumidores isentos e imunes (classes comercial, industrial, iluminação pública e serviços públicos) referentes ao período de abril a agosto de 1999. A controlada COELCE impugnou o auto e aguarda decisão de primeira instância administrativa. Em 16 de fevereiro de 2007, foi lavrado auto de infração com o mesmo objeto do auto acima, no valor atualizado de R\$4.241, referente ao ano de 2002, no qual se aguarda decisão de 1ª instância administrativa. ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado. A Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou um auto de infração para cobrar débitos de ICMS relativos aos anos de 2003 e 2004, no valor atualizado de R\$4.044, por apropriação a maior de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado. A controlada COELCE impugnou o auto, mas foi proferida decisão de primeira instância julgando o auto procedente em 5 de novembro de 2008. A controlada COELCE recorreu e aguarda decisão de segunda instância administrativa. Adicionalmente, a controlada COELCE recebeu em 2011 e em 2012 autos de infração relativos aos exercícios de 2006 e 2007, respectivamente, no valor atualizado de R\$14.927. Em 19 de julho de 2011 a Companhia apresentou sua defesa referente ao exercício de 2006 e aguarda decisão de 1ª instância administrativa. A controlada COELCE apresentará defesa em relação ao exercício de 2007. ICMS - Transferência de créditos. Em 1º de agosto de 2005, a Fazenda Estadual ajuizou execução fiscal para cobrar

débitos de ICMS relativos às operações de transferência de créditos ocorridas durante o exercício de 1999 e 2000, no montante atualizado de R\$1.846. Em 9 de março de 2007 foi proferida sentença favorável à controlada. A Fazenda Estadual apresentou recurso (apelação), que está pendente de julgamento. Em 6 de maio de 2005, a controlada COELCE ajuizou ação anulatória de débitos de ICMS relativos à operação de transferência de créditos ocorrida durante o exercício de 2001, que perfazem o montante atualizado de R\$1.944. A controlada COELCE aguarda decisão de primeira instância judicial. ICMS - Cancelamento de faturas. Em 29 de novembro de 2006, a controlada COELCE recebeu um auto de infração no valor atualizado de R\$23.533, pelo cancelamento de faturas emitidas anteriormente com erros sem a comprovação que as operações anteriormente foram tributadas. O auto foi julgado procedente em 1ª instância administrativa, a controlada COELCE apresentou recurso e aguarda julgamento. Em 16 de fevereiro de 2007, a controlada COELCE recebeu um auto de infração no valor atualizado de R\$28.765, sobre o mesmo tema, relativo ao exercício de 2002. O auto foi julgado procedente em 1ª instância administrativa e a controlada COELCE apresentou recurso e aguarda julgamento. ISS - Município de Fortaleza. A controlada COELCE ajuizou em 08 de agosto de 2007 ação anulatória de débitos de ISS incidentes sobre: (i) prestação de serviços acessórios indispensáveis ao fornecimento de energia; (ii) serviço de locação de bens móveis e (iii) ausência de acesso do ISS na fonte, relativas ao período de julho/98 a janeiro/00, que totalizam o valor de R\$4.684. A controlada COELCE aguarda decisão de primeira instância judicial. Não obstante a controlada COELCE tenha ajuizado ação anulatória, em 10 de outubro de 2007 o Município de Fortaleza ajuizou duas execuções fiscais para a cobrança dos mencionados débitos, para as quais a controlada COELCE apresentou defesa (exceção de pré-executividade) e aguarda decisão de primeira instância judicial. Em 19 de julho de 2007, a controlada COELCE recebeu auto de infração no valor atualizado de R\$1.327, sobre o mesmo tema. A controlada COELCE apresentou impugnação e, após a decisão desfavorável, recurso voluntário. Aguarda-se decisão de segunda instância. O Município de Fortaleza ajuizou três execuções fiscais, que perfazem o montante de R\$24.219 para cobrar débitos de ISS cobrados pela prestação de serviços acessórios indispensáveis ao fornecimento de energia. A controlada COELCE aguarda decisão de segunda instância judicial em dois processos. Em 2012 foi proferida decisão em uma das execuções fiscais, julgando improcedente o recurso apresentado pela Fazenda e em razão disto a Fazenda apresentou Recurso Especial, que aguarda julgamento. Em 19 de julho de 2007, a controlada COELCE recebeu auto de infração no valor atualizado de R\$2.837, referente a serviços prestados em outros Municípios cujo imposto foi recolhido no respectivo local da prestação. A controlada COELCE apresentou impugnação e, após a decisão desfavorável, recurso voluntário. Foi realizada perícia e aguarda-se decisão de segunda instância administrativa. Em 07 de maio de 2010 a controlada COELCE recebeu auto de infração no valor atualizado de R\$1.190, relativo ao exercício de 2007. A controlada COELCE apresentou defesa administrativa e aguarda decisão de 1ª instância. A controlada COELCE recebeu 4 autos de infração em 26 de setembro 2012 no valor atualizado de R\$8.051, relativo ao exercício de 2008. A controlada COELCE apresentou defesa administrativa e aguarda decisão de 1ª instância. ISS - Município de Iguatu. O município de Iguatu ajuizou execução fiscal, no valor atualizado de R\$2.719, por débitos de ISS relativos ao período de 2004 a 2008, cobrados face à existência de diferenças entre as declarações apresentadas pela controlada COELCE. A controlada COELCE apresentou embargos à execução, que aguarda julgamento. ICMS - Estorno de crédito - consumidor baixa renda. O Município de Fortaleza lavrou um auto de infração em 02 de outubro de 2009, no valor atualizado de R\$24.555, para a cobrança de ICMS no exercício de 2005 em virtude do estorno insuficiente de créditos de ICMS por vendas não tributáveis a consumidores classificados como "baixa renda". A controlada COELCE apresentou defesa. Foi proferida decisão administrativa desfavorável e em 07 de outubro de 2010 a controlada COELCE apresentou recurso. Em 27 de junho de 2011 foi proferida decisão de segunda instância administrativa que confirmou a decisão de primeira instância, que declarou procedente o auto de infração. A controlada COELCE apresentou recurso especial e aguarda julgamento. Em 11 de julho de 2012 a Controlada recebeu decisão desfavorável negando provimento ao recurso especial. A Controlada COELCE vai discutir o tema na esfera judicial. Adicionalmente, em 17 de junho de 2011, a Controlada COELCE recebeu auto de infração relativo ao exercício de 2006, no valor de atualizado R\$19.947. Em 19 de julho de 2011 a Controlada COELCE apresentou sua defesa onde a decisão não foi favorável. Em 25 de maio de 2012, a Controlada COELCE apresentou recurso voluntário que aguarda julgamento. Em 21 de dezembro de 2012, a Controlada COELCE recebeu auto de infração, sobre o mesmo tema, relativo ao exercício de 2007, no valor atualizado de R\$13.505. A Controlada COELCE irá apresentar defesa em 1ª instância. PIS/IRPJ - Autos de infração. Trata-se de dois Autos de infração para a cobrança de PIS e IRPJ relativos ao primeiro, segundo e terceiro trimestres do exercício de 1998 diante do não recolhimento apontado pela auditoria interna da Fazenda Nacional, em revisão das declarações apresentadas. A Controlada COELCE apresentou defesa, que foi julgada parcialmente procedente. Em 16 de outubro de 2008, a Controlada COELCE apresentou recurso. Em 28 de junho de 2012, a Companhia foi intimada da decisão referente à cobrança de PIS que julgou procedente o recurso apresentado e extinguiu a cobrança. A Controlada permanece aguardando o julgamento do recurso apresentado no auto de infração de IRPJ. O valor envolvido atualizado é de R\$3.717. CSLL/IRPJ - Execução fiscal. Em 19 de janeiro de 2009 a União Federal apresentou execução fiscal para cobrar débitos de CSLL e IRPJ. Em 15 de abril de 2009, a Controlada COELCE apresentou embargos a execução. Em 02 de junho de 2011, foi proferida sentença parcialmente procedente, declarando extinto o processo em relação a duas CDA's, sem resolução de mérito, mas mantendo a cobrança de uma CDA. A União apresentou recurso de apelação e a Controlada apresentou recurso (embargos de declaração). O valor atualizado é de R\$17.888. ICMS em determinadas operações. Em 17 de junho de 2011, a Controlada COELCE recebeu um auto de infração para exigir débitos de ICMS oriundos de operações na modalidade "COELCE Plus" sem a emissão da documentação fiscal durante o exercício de 2006. A Controlada apresentou sua defesa em 19 de julho de 2011 e em 10 de julho de 2012 foi intimada de decisão que julgou o auto de infração procedente. Em 16 de agosto de 2012 a Controlada apresentou recurso e aguarda decisão de 2ª instância. O valor atualizado é de R\$1.735. Em 30 de maio de 2012, a Controlada COELCE recebeu um auto de infração sobre o mesmo tema relativo ao exercício de 2007. A Controlada apresentou sua defesa em 29 de junho de 2012 e aguarda decisão de 1ª instância administrativa. O valor atualizado é de R\$5.747. Em 01 de agosto de 2012, a Controlada COELCE recebeu auto de infração sobre o mesmo tema, referente à operação realizada em abril de 2007. A defesa foi apresentada em 31 de agosto de 2012 e a Controlada aguarda decisão de 1ª instância. O valor atualizado é de R\$366. Adicionalmente, em 01 de outubro de 2012, a Controlada COELCE recebeu auto de infração relativo ao exercício de 2008, no valor atualizado de R\$4.599. A defesa foi apresentada e aguarda-se decisão de 1ª instância. ICMS - Energia adquirida para consumo próprio. Em 17 de junho de 2011, a Controlada COELCE recebeu um auto de infração para exigir débitos de ICMS relativos à energia elétrica consumida pela própria empresa durante o exercício de 2006. A Controlada apresentou sua defesa em 19 de julho de 2011 e aguarda decisão de 1ª instância administrativa. Em 10 de outubro de 2011 a Controlada recebeu decisão que julgou o auto procedente. A decisão foi mantida em 2ª instância e a Controlada aguarda intimação da decisão para seguir defendendo-se. O valor atualizado é de R\$2.547. Em 01 de agosto de 2012, a Controlada COELCE recebeu um auto de infração relativo ao mesmo tema, referente ao exercício de 2007. Em 31 de agosto de 2012, a Controlada apresentou sua defesa e aguarda decisão de 1ª instância administrativa. O valor atualizado é de R\$2.330. ICMS - Diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais. Em 17 de junho de 2011, a Controlada COELCE recebeu um auto de infração para exigir débitos de ICMS relativos a supostas diferenças entre os valores contabilizados e os valores informados nas declarações fiscais. A Controlada apresentou sua defesa em 19 de julho de 2011, mas o auto foi julgado improcedente em 1ª instância administrativa. A Controlada apresentou Recurso Voluntário e aguarda decisão de 2ª instância administrativa. O valor atualizado é de R\$1.907. COFINS - Ação anulatória. Em 17 de setembro de 2009, a Controlada apresentou Ação Anulatória visando suspender a exigibilidade de crédito cobrado pela Fazenda a título de COFINS Por entender que tais créditos encontram-se extintos por compensação, bem como estariam alcançados pela decadência. Em decisão de 1ª instância, o efeito suspensivo foi concedido. O valor atualizado é de R\$1.009. A Controlada COELCE, além dos processos descritos, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de CSLL, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total de R\$4.156. **Ativo contingente.** A Controlada COELCE impetrou Mandado de Segurança arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 ao majorar a base de cálculo da COFINS, bem como a compensação dos valores recolhidos a maior com quaisquer tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal. A Controlada COELCE obteve decisão definitiva favorável e está apurando o montante do crédito para requerer sua restituição/compensação. **Controlada Ampla Energia.** Imposto de renda retido na fonte - Emissão de *Fixed Rate Notes* (FRN). No dia 1º de julho de 2005, a Secretaria da Receita Federal lavrou contra a Sociedade auto de infração em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de *Fixed Rate Notes* (FRN) emitidos pela Ampla em 1998. Em decisão de 2ª instância a Controlada Ampla obteve decisão favorável, em que se declarou a improcedência do Auto. Em janeiro de 2010, a Companhia foi intimada da decisão e do Recurso Especial Apresentado pela Fazenda. Em 21 de dezembro de 2012, a Controlada Ampla foi intimada da decisão da Câmara Superior de Recursos Fiscais que julgou procedente o Auto de Infração. Em 28 de dezembro de 2012 foram apresentados embargos de declaração que aguardam apreciação. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$819.886 (R\$783.201 em 2011 e R\$742.280 em 1º de janeiro de 2011). COFINS - Auto de Infração período pós imunidade. A Receita Federal do Brasil lavrou um Auto de Infração para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro/2001 a junho/2002. A Controlada Ampla impugnou o Auto, o qual foi julgado procedente em primeira instância administrativa. A Controlada apresentou recurso voluntário, que foi julgado, em novembro de 2007, parcialmente procedente: procedente para afastar a incidência da COFINS sobre receitas financeiras e improcedente quanto à não tributação da receita de venda de energia no período de final de dezembro a março de 2002, correspondente ao prazo de 90 dias para aplicação de norma que altere contribuição social, previsto na Constituição Federal. A Fazenda e a Controlada apresentaram recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais. Em 24 de agosto de 2009 foi apresentado pela Controlada Agravo ao Presidente da Câmara Superior de Recursos Fiscais para admissão do recurso especial apresentado. O agravo foi julgado contra a Controlada e em 05 de maio de 2010, a Controlada foi notificada dessa decisão. Em 05 de julho de 2010, a Controlada Ampla foi intimada para apresentar os valores que representam os ingressos financeiros e, em 26 de julho de 2010, apresentou resposta à intimação. Aguarda-se julgamento do recurso especial apresentado pela Fazenda Nacional. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2012, é de R\$179.434 (R\$172.681 em 2011 R\$164.826 em 1º de janeiro de 2011). ICMS - Prazo de recolhimento. Em 26 de setembro de 2005, a Controlada foi autuada pela Secretaria de Receita do Estado do Rio de Janeiro, em razão de recolhimento estornado, fora do prazo legal estipulado pelo Dec. 31.632/02, de ICMS e do adicional de ICMS destinado ao Fundo Espatâneo de Combate à Pobreza sem o pagamento dos acréscimos legais. Em decisão de 1ª instância os autos foram julgados procedentes pela Junta de Revisão Fiscal. A Controlada Ampla apresentou recurso. Em 26 de agosto de 2010, recebeu intimação comunicando que o Conselho de Contribuintes decidiu contra a Ampla o recurso administrativo apresentado. Em 01 de setembro de 2010 a Controlada Ampla apresentou recurso ao Conselho Pleno que foi julgado em 09 de maio de 2012 de forma desfavorável a Companhia. Em 30 de agosto de 2012, Ampla tomou ciência da decisão do Conselho Pleno e apresentou recurso ao Secretário de Fazenda que aguarda julgamento. Não obstante o recurso apresentado ao Secretário, os autos de infração foram inscritos em dívida ativa em 01 de novembro de 2012. Em consequência, a Controlada Ampla apresentou ação cautelar de caução para antecipação de garantia visando a obtenção de Certidão Positiva com efeitos de negativa. Tal ação teve a medida liminar deferida em 13 de novembro de 2012. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2012, é de R\$210.400 (R\$188.256 em 2011 R\$168.857 em

1º de janeiro de 2011). ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado. A Controlada Ampla possui quatro Autos de Infração lavrados para cobrar débitos relativos aos períodos de dezembro de 1996 a novembro de 1998, novembro de 1998 a março de 1999, julho de 1997 a outubro de 1998 e janeiro de 2007 a dezembro de 2011, sob o argumento de não haver comprovação de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e/ou sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Controlada. Para os dois primeiros autos de infração a Controlada aguarda decisão de segunda instância administrativa, para o terceiro aguarda inscrição em dívida ativa do Estado do Rio de Janeiro para prosseguir com a discussão na esfera judicial e em relação ao quarto auto, a Controlada Ampla apresentou sua impugnação em setembro/2012 e aguarda julgamento. Os valores atualizados em 31 de dezembro de 2012 representam respectivamente R\$6.946 (valor total do auto R\$11.576), R\$1.776, R\$22.124 e R\$47.390 (R\$10.439, R\$1.605 e R\$20.336 em 2011 e R\$9.466, R\$1.460 e R\$18.418 em 1º de janeiro de 2011). Em relação ao primeiro auto de infração, a administração, baseada na opinião legal dos advogados externos, decidiu constituir provisão no valor atualizado em 31 de dezembro de 2012, de R\$4.630 equivalente a 40% da autuação por entender que a probabilidade de perda deste percentual é provável, conforme informação constante dos riscos prováveis. Adicionalmente, a Controlada Ampla ajuizou ação anulatória de débito de ICMS oriundo de auto de infração relativo ao período de novembro/98 a março/99 lavrado sob o argumento de que a Controlada não comprovou os valores de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2012 de R\$15.931 (R\$14.422 em 2011 e R\$13.132 em 1º de janeiro de 2011). Em 22 de agosto de 2011 foi proferida a sentença de primeira instância que julgou improcedente o pedido feito por Ampla. Aguarda-se julgamento dos Embargos de Declaração apresentados pela Controlada. ICMS - Compensação de créditos sem comprovação documental. A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou um auto de infração sob o argumento de que a Controlada se creditou indevidamente de valores de ICMS (exercício de 1998) sem comprovação documental. A Controlada Ampla aguarda decisão de segunda instância administrativa. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$16.236 (R\$14.636 em 2011 e R\$13.266 em 1º de janeiro de 2011). ICMS - Saída de bens para reparação. A Controlada ajuizou duas Ações Anulatórias de débitos de ICMS nos valores atualizados em 31 de dezembro de 2012 de R\$11.774 e R\$12.785 (R\$10.652 e R\$11.550 em 2011 e R\$9.694 e R\$10.494 em 1º de janeiro de 2011), cobrados sobre as saídas de bens para reparação sem incidência do tributo, não tendo havido a comprovação do retorno ao estabelecimento de origem no prazo legal de 180 dias, no período de fevereiro/1998 a agosto/2000. No primeiro processo: em 09 de dezembro de 2010, foi publicada sentença que julgou improcedente os embargos à execução fiscal. Em 14 de dezembro de 2010, a Controlada Ampla opôs embargos de declaração. Em 12 de maio de 2011, foi proferida decisão que julgou improcedentes os embargos de declaração. Em 30 de maio de 2011, foi interposto recurso de apelação contra sentença proferida. Em relação à segunda anulatória: Em 07 de junho de 2011, foi publicada sentença que julgou improcedente a ação anulatória. Em 13 de junho de 2011, a Controlada Ampla opôs embargos de declaração que foram julgados e rejeitados em dezembro de 2011. A Controlada Ampla apresentou recurso de apelação em 10 de fevereiro de 2012 para o qual aguarda julgamento. ICMS - Comparação entre informes gerenciais e livros fiscais. A Controlada Ampla ajuizou ação anulatória para desconstituir auto de infração para cobrar supostos débitos de ICMS no período de dez/2000 a out/2001 decorrentes de diferenças verificadas após a comparação entre os informes gerenciais e os livros fiscais. Após a realização da perícia contábil, aguarda-se decisão de primeira instância. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$4.592 (nulo em 2011 e 1º de janeiro de 2011). ICMS - Cancelamentos de meses anteriores. A Controlada Ampla recebeu auto de infração em agosto de 2012 para cobrar supostos débitos de ICMS decorrentes de diferenças verificadas entre o Livro de saída do ICMS e o Convênio 30. Tais diferenças decorrem de equívoco no preenchimento do Livro de saída em relação às faturas canceladas dentro do próprio mês ou em meses anteriores. A Controlada Ampla apresentou sua impugnação em setembro/2012, sob o argumento de que o equívoco não ocasionou recolhimento a menor de imposto, e aguarda julgamento. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$23.931 (nulo em 2011 e 1º de janeiro de 2011). ICMS e ICMS-FECP - Isentos e não tributáveis. A Controlada Ampla recebeu auto de infração em agosto de 2012 para cobrar supostos débitos de ICMS decorrentes da não tributação de clientes que não deveriam, de acordo com a fiscalização, estar classificados como isentos ou não tributáveis. A grande maioria das faturas que supostamente estavam sem o ICMS já tinham sido tributadas em meses anteriores, pois eram refaturamentos de meses anteriores. A Controlada Ampla apresentou sua impugnação em setembro/2012 e aguarda julgamento. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$5.771 (nulo em 2011 e 1º de janeiro de 2011). Taxa de uso de solo. A Controlada Ampla possui oito processos que objetivam a cobrança de Taxa de Uso de Solo pela permanência de instalações fixas em vias e espaços públicos pelos Municípios de Niterói, Itaboraí, Rio Bonito e Rio das Ostras, relativos ao período de 2002 a 2009, os quais perfazem o montante atualizado em 31 de dezembro de 2012 de R\$74.043 (R\$69.918 em 2011 e R\$61.888 em 1º de janeiro de 2011). No processo referente ao ano de 2002, a Companhia aguarda decisão de primeira instância administrativa acerca do auto de infração. Com relação aos processos dos anos de 2003 a 2009, a Controlada Ampla está discutindo as cobranças na esfera judicial em um Mandado de Segurança e em seis Execuções Fiscais. A Execução Fiscal proposta pelo Município de Itaboraí referente aos anos de 2003 a 2009 teve decisão de primeira e segunda instâncias favoráveis à Ampla. O município apresentou recurso aos tribunais superiores que aguardam julgamento. O restante das Execuções Fiscais propostas pelo município de Rio das Ostras aguarda decisão de 1ª instância judicial. A Execução Fiscal proposta pelo Município de Niterói referente ao ano de 2009 no valor de R\$4.939 foi publicada decisão que determinou a devolução do prazo ao Município de Niterói para interposição de recurso. Em 27 de julho de 2012, o Município apresentou agravo. Em 10 de setembro de 2012 foi publicado acórdão negando provimento ao agravo e em 19 de setembro de 2012 foram opostos embargos de declaração pelo Município. Em 19 de outubro de 2012, publicada decisão que não acolheu os Embargos de Declaração. Em 12 de novembro de 2012, o Município apresentou recurso aos tribunais superiores que aguardam julgamento. Imposto Sobre Serviços - ISS. Em 30 de maio de 2003, o Município de Cabo Frio lavrou contra a Controlada Ampla auto de infração visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 31 de dezembro de 2012 de R\$9.522 (R\$9.153 em 2011 e R\$8.675 em 1º de janeiro de 2011), relativo ao período de janeiro de 1997 a maio de 2002. A Controlada Ampla apresentou Impugnação ao Auto de Infração e aguarda decisão desde maio de 2003. Em 02 de setembro de 2009, o Município de Niterói apresentou Execução Fiscal contra a Controlada Ampla visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 31 de dezembro de 2012 de R\$1.524 (R\$1.422 em 2011 e R\$1.289 em 1º de janeiro de 2011), relativo ao período de janeiro de 1999 a julho de 2003. Em março de 2010 a Controlada Ampla apresentou sua defesa (Embargos à Execução Fiscal) e aguarda decisão de primeira instância judicial. Taxa de empacchamento. Em 01 de junho de 2009, a Controlada Ampla ajuizou em face do Município de Niterói, Mandado de Segurança visando suspender a cobrança de taxa de empacchamento e exigência de licença municipal prévia para que a Controlada Ampla possa executar os serviços e obras de manutenção, reparação e intervenção na rede de distribuição de energia elétrica nas vias e logradouros públicos do Município. O valor estimado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$6.250 (R\$6.250 em 2011 e R\$5.500 em 1º de janeiro de 2011). Em maio de 2010, a Controlada Ampla apresentou apelação em face da sentença que lhe foi parcialmente favorável. Segue pendente de julgamento em segunda instância judicial. A Controlada Ampla, além dos processos acima descritos, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total de R\$4.820 em 31 de dezembro de 2012. **Ativo contingente.** A Controlada Ampla ajuizou ação ordinária arguindo a inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º da Lei nº 9.718/98 ao majorar a base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como requereu a restituição dos valores pagos em razão desta majoração. O valor atualizado deste processo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$116.073 (R\$106.810 em 2011 e R\$101.535 em 1º de janeiro de 2011). A Companhia obteve decisão favorável de primeira e segunda instância judicial. Em 16 de junho de 2011, a União apresentou Recurso Extraordinário que aguarda exame de admissibilidade. **Controlada CDSA.** Contribuição social sobre o lucro - compensação de saldo de base negativa. A Receita Federal do Brasil autou a Controlada CDSA em função de compensação dos saldos de base de cálculo negativa apurados nos anos-base de 1998 e 1999. A Controlada CDSA recebeu parte do saldo da base negativa da contribuição social (CSLL) por ocasião da sua constituição através da cisão parcial da CELG, na proporção do patrimônio vertida na referida cisão, quando então obteve o direito a compensar com a contribuição devida dos exercícios posteriores (1998 e 1999). A Controlada CDSA ajuizou ação declaratória com pedido de depósito do valor integral do débito para discutir judicialmente a matéria. Em 11 de setembro de 2004, foi proferida decisão julgando improcedente o pedido. A Controlada CDSA apresentou recurso e aguarda decisão. O valor atualizado do processo é de R\$16.094 (R\$15.631 mil em 2011 e R\$14.905 em 1º de janeiro de 2011). A Controlada CDSA, além dos processos acima descritos, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas fiscais no valor total de R\$711 em 31 de dezembro de 2012. **Controlada CGTF.** II e IPI - Grupo Eletrogêneo. A Controlada CGTF ajuizou duas ações judiciais (declaratória e declaratória incidental) em fevereiro de 2002 e janeiro de 2003, para assegurar seu direito de classificar como "Grupo Eletrogêneo" as máquinas e os equipamentos importados, com vistas à construção da Usina Termelétrica, sendo esta composta por unidades turbogeradoras a gás e a vapor, incidindo assim o II e o IPI à alíquota de 0%. A Controlada CGTF obteve a tutela antecipada, mediante apresentação de garantia ao Juízo por meio de depósito judicial, contabilizado, que corresponde ao montante atualizado de R\$78.049 (R\$75.101 em 2011 e R\$70.912 em 1º de janeiro de 2011). Na ação principal, foi proferida decisão de 1ª instância favorável à CGTF em 29 de setembro de 2008. Por consequência, a Fazenda Nacional apresentou recurso de apelação e em maio de 2010 foi publicado acórdão que o julgou improcedente. Referido acórdão transitou em julgado em julho de 2010, tornando a decisão favorável a Controlada CGTF definitiva. Na ação incidental, a Controlada CGTF foi intimada em setembro de 2004 de decisão de 1ª instância judicial que julgou o pedido da companhia procedente. Em face dessa decisão, a União Federal apresentou recurso de apelação, sendo que em setembro de 2009 foi proferida decisão de 2ª instância confirmando a decisão de 1ª instância favorável à Controlada CGTF. Em novembro de 2009 a Fazenda Nacional apresentou recurso (embargos de declaração) e em janeiro de 2010 foi publicada decisão que não aceitou o referido recurso. A Fazenda apresentou recurso especial, que foi inadmitido em decisão publicada em 22 de junho de 2011. Contra a referida decisão, a Fazenda apresentou recurso (agravo). Em 13 de dezembro de 2012 foi publicada decisão que não conheceu do recurso apresentado pela Fazenda. Em 20 de dezembro de 2012 a Fazenda Nacional apresentou Agravo regimental em face dessa decisão que aguarda julgamento. **PIS e COFINS.** A Controlada CGTF foi autuada pela Receita Federal do Brasil por divergências entre os montantes de PIS e COFINS declarados e os montantes escriturados nos períodos de novembro de 2003 e de fevereiro a novembro de 2004. A Controlada CGTF apresentou recurso (embargos de declaração) face à decisão do Conselho de Contribuintes e, atualmente, aguarda seu julgamento. O valor atualizado do auto de infração é de R\$64.983 (R\$62.340 em 2011 e R\$58.179 em 1º de janeiro de 2011). **Controlada CIEN.** PIS/COFINS. A Fazenda Nacional ajuizou duas execuções fiscais para a cobrança de débitos de PIS e COFINS, objeto de processos de compensação realizados pela Controlada CIEN, nos valores atualizados de R\$972 e R\$3.790. Na primeira execução, a Controlada CIEN apresentou defesa (embargos à execução). A Fazenda Nacional cancelou de ofício um dos débitos cobrados, razão pela qual o valor da contingência foi reduzido. Em 03 de outubro de 2011, foi publicada sentença julgando improcedentes os embargos apresentados pela Controlada CIEN. Em 18 de outubro de 2011, a Controlada CIEN apresentou recurso de apelação, e aguarda decisão de segunda instância. Na segunda execução, a Controlada CIEN apresentou defesa (embargos à execução). Em sentença de primeira instância judicial publicada em 14 de dezembro de 2012 foi reconhecida a nulidade de parte das Certidões de Dívida Ativa envolvidas na execução fiscal, o que reduziu o valor de R\$5.941 para R\$3.790. A Companhia apresentará recurso à segunda

instância judicial em relação às CDAs remanescentes. IRPJ/CSLL. A Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração em 29 de dezembro de 2008 para cobrar débitos de IRPJ e CSLL referentes a pagamento a menor durante o ano de 2003, no valor de R\$26.188, corrigido pela SELIC. A Controlada CIEN aderiu ao parcelamento para pagar o valor parcial do Auto, e impugnou parcela relativa à cobrança de multa isolada no mês de dezembro de 2003, no montante de R\$6.040. Com relação à parcela impugnada, em 31 de março de 2011 a Controlada CIEN foi intimada de decisão de primeiro grau administrativo que considerou improcedente o recurso apresentado. Em 02 de maio de 2011, a Controlada CIEN apresentou recurso voluntário e aguarda decisão de segunda instância administrativa. O montante impugnado atualizado é de R\$8.452. ICMS - Diferencial de alíquota. Em janeiro de 2008, o Estado do Rio Grande do Sul ajuizou Execução Fiscal no valor de R\$15.377, para cobrar o diferencial de alíquota incidente, nos meses de fevereiro, março e abril de 2001, sobre mercadorias importadas pelo estabelecimento matriz da Controlada CIEN, localizado no Rio de Janeiro, e por ele transferidas para a filial localizada no Estado do Rio Grande do Sul, destinadas à fabricação e montagem da estação conversora de energia elétrica no Município de Garruchos. Em junho de 2010 foi proferida decisão de 1º grau desfavorável à Controlada CIEN, na qual os Embargos foram julgados improcedentes. A Controlada CIEN apresentou recurso de apelação, que em dezembro de 2010 foi julgado procedente. Em 17 de janeiro de 2011, a Fazenda apresentou recurso (embargos de declaração) que foi julgado improcedente. Em 15 de abril de 2011 a fazenda apresentou recurso especial. Em 30 de agosto de 2011 foi proferida decisão que negou seguimento ao recurso especial apresentado. A Fazenda apresentou novo recurso (agravo) que aguarda julgamento. A Companhia apresentou Mandado de Segurança com objetivo de ser reconhecido o direito da Companhia ao não recolhimento do diferencial de alíquotas de ICMS incidente nas operações de aquisição de equipamentos destinados ao ativo fixo da CIEN. O valor atualizado envolvido, R\$1.331, este processo encontra-se depositado. Em razão da Companhia ter aderido ao Programa Ajustar (refinanciamento e parcelamento de dívidas do Estado) a discussão atualmente limita-se ao levantamento do depósito efetuado relativos aos anos de 2001 e 2002. Em 06 de junho de 2011, a Companhia apresentou pedido de levantamento do depósito judicial que aguarda julgamento. ICMS - Venda interestadual de energia. Em março de 2011 a Controlada CIEN recebeu um auto de infração lavrado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará para cobrar o ICMS incidente sobre as vendas interestaduais de energia a consumidores industriais. A Controlada apresentou defesa na esfera administrativa e aguarda decisão de primeira instância. O valor envolvido no processo é de R\$3.810. d) **Outros processos.** **Controlada Ampla Energia.** Pequenas Causas - Os principais processos no Juizado Especial Cível são relacionados aos seguintes objetos: interrupção e oscilação temporária de energia, furto de energia, corte, aumento no valor da conta, produtos (seguros), ressarcimento de aparelhos queimados e Serasa. **27. Patrimônio líquido:** a) **Capital social.** As ações subscritas e integralizadas em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estão representadas por 170.877.378 ações ordinárias sem valor nominal, todas com direito a voto. A distribuição da participação dos acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é a seguinte:

	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
	Quantidade de ações ordinárias	% de participação no capital	Quantidade de ações ordinárias	% de participação no capital	Quantidade de ações ordinárias	% de participação no capital
Acionistas						
Empresa Nacional de						
Electricidad S.A.	60.299.607	35,29	60.299.607	35,29	60.299.607	35,29
Endesa Latinoamerica S.A.	-	-	47.354.669	27,71	47.354.669	27,71
Cono Sur Participaciones S.A.	47.354.669	27,71	-	-	-	-
Enersis S.A.	36.677.243	21,47	36.677.243	21,47	36.677.243	21,47
Chilectra S.A.	7.742.714	4,53	7.742.714	4,53	7.742.714	4,53
Chilectra Inversud S.A.	7.227.787	4,23	7.227.787	4,23	7.227.787	4,23
Edegel S.A.	6.957.053	4,07	6.957.053	4,07	6.957.053	4,07
Grupo Endesa	166.259.073	97,3	166.259.073	97,3	166.259.073	97,3
Ações em Tesouraria	4.618.298	2,7	4.618.298	2,7	4.618.298	2,7
Conselheiros	7	-	7	-	7	-
Outros	4.618.305	2,7	4.618.305	2,7	4.618.305	2,7
Total	170.877.378	100	170.877.378	100	170.877.378	100

b) **Reserva legal.** O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. A partir de 2012, a Companhia deixou de constituir reserva legal por atender ao disposto no art. 193 § 1º da Lei nº 6.404/76 uma vez que a soma da sua reserva de capital mais a reserva legal excedeu a 30% do capital social. c) **Reforço de capital de giro.** Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o lucro remanescente após distribuição de dividendos será destinada a formação da reserva de reforço de capital de giro, ressalvada deliberação encontrário da Assembleia Geral, conforme proposta do Conselho de Administração. O montante total de reforço de capital de giro não poderá exercer o valor do capital social subscrito. Conforme apresentado na nota abaixo, em 31 de dezembro de 2012 a Companhia destinou o valor de R\$48.914 (R\$598.797 em 2011) para constituição da reserva de capital de giro. d) **Dividendos.** De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios está assim composta. Os dividendos foram calculados como segue:

	31/12/2012
Lucro líquido do exercício	1.003.817
(+) Depreciação do ativo imobilizado (custo atribuído)	55.704
Lucro ajustado	1.059.521
Dividendos mínimos obrigatórios	264.880
Dividendo adicional proposto	741.665
	52.976
	(4.062)
	48.914

Perda atuarial
Reserva de lucro - reserva reforço de capital de giro
e) **Reserva de capital:** Em 2005, os acionistas aumentaram o capital da Companhia através do aporte dos investimentos nas atuais controladas. Esses aumentos de capital foram segregados em capital integralizado e reserva de capital - Ágio pelo valor que excedia o valor atribuído ao capital. f) **Outros resultados abrangentes:** f.1) Outros resultados abrangente - ganhos e perdas atuariais: Em conformidade com o CPC 33 que determina que os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais nos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica sejam reconhecidos em outros resultados abrangentes, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2012 o saldo líquido de perdas atuariais na rubrica de outros resultados abrangentes no valor de R\$7.574 (R\$135.788 em 2011). f.2) Outros resultados abrangentes - efeitos de variação cambial sobre controladas no exterior: Em conformidade CPC 02 que determina que os efeitos de variações cambiais sobre investimentos no exterior sejam reconhecidos em outros resultados abrangentes, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$80 (R\$118 em 2011) decorrente da conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior, Companhia de Transmisión Del Mercosul S.A. - CTM e Transportadora de Energia S.A. - TESA. f.3) Outros resultados abrangentes - ganho e perdas sobre hedge de fluxo de caixa: Em conformidade com o CPC 38 que determina que a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa devem ser reconhecidas diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes, a Companhia em 31 de dezembro 2012 reconheceu o valor líquido de R\$1.607 (R\$1.436 em 2011) na rubrica de outros resultados abrangentes. **28. Compromissos:** Os principais compromissos do Grupo relacionados a contrato de longo prazo, são como segue:

COELCE	Vigência até	após					Total	
		2013	2014	2015	2016	2017		
Endesa Fortaleza - CGTF	2023	513.467	528.451	546.447	571.491	597.906	4.136.462	6.894.224
Proinfra	2025	45.818	47.651	49.557	51.539	53.601	513.643	761.809
Energy Works	2013	5	-	-	-	-	-	5
Eólica - Wobben	2018	5.868	6.041	4.731	4.901	5.107	5.337	31.985
1º LEE - Produto 2005	2012	227.765	236.094	243.013	253.426	262.843	767.102	1.990.243
1º LEE - Produto 2006	2013	204.784	212.194	218.157	227.505	235.959	1.042.797	2.141.396
1º LEE - Produto 2007	2014	50.025	51.245	50.770	52.946	54.913	309.492	569.391
2º LEE - Produto 2008	2015	51.628	53.693	55.840	58.233	60.397	416.822	696.613
4º LEE - Produto 2009	2016	18.070	18.792	19.544	20.382	21.139	173.781	271.708
1º LEN - Produto 2008	2037	29.351	30.525	31.746	33.106	34.337	282.875	441.940
1º LEN - Produto 2009	2038	35.041	36.442	37.900	39.524	40.993	352.947	542.848
1º LEN - Produto 2010	2039	104.548	108.730	113.079	117.925	122.307	2.660.079	3.226.668
2º LEN - Produto 2009	2038	52.990	55.110	57.314	59.770	61.991	1.491.723	1.778.898
3º LEN - Produto 2011	2040	80.173	83.380	86.716	90.431	93.792	2.192.228	2.626.720
5º LEE - Produto 2007	2014	2.083	2.167	2.253	2.350	2.437	13.737	25.027
4º LEN - Produto 2010	2024	11.986	12.466	12.964	13.520	14.022	115.274	180.232
5º LEN - Produto 2012	2041	109.585	113.969	118.528	123.606	128.199	2.592.636	3.186.523
Leilão Santo Antônio - Produto 2012	2041	11.280	29.870	46.589	50.340	52.211	2.123.644	2.313.934
Leilão Jirau - Produto 2013	2042	4.909	9.531	13.874	17.192	17.830	772.772	836.108
6º LEN - Produto 2011	2025	4.807	4.999	5.199	5.421	5.623	53.921	79.970
7º LEN - Produto 2013	2042	44.037	45.799	47.631	49.672	51.518	705.768	944.425
Leilão Belo Monte	2044	-	-	3.082	53.513	148.474	7.579.785	7.784.854
10º Leilão de Energia Nova	2045	-	-	18.565	19.360	20.080	983.987	1.041.992
11º LEN - Produto 2015	2044	-	-	35.480	37.001	38.375	1.880.545	1.991.401
12º LEN - Produto 2014	2043	-	92.393	106.913	111.494	115.637	2.995.709	3.422.146
Total		1.608.220	1.779.542	1.925.892	2.064.648	2.239.691	34.163.066	43.781.059

Ampla Energia	COELCE	Vigência							Total
		até	2013	2014	2015	2016	2017	após 2017	
ITAIPU		2023	241.207	246.031	250.952	255.971	261.090	1.679.929	2.935.180
PROINFRA		2030	60.235	62.945	65.715	68.344	71.077	1.229.064	1.557.380
ENERTRADE		2022	48.278	50.451	52.721	55.093	57.573	329.136	593.252
CCEAR 2006		2013	249.467	-	-	-	-	-	249.467
CCEAR 2007		2014	44.682	46.692	-	-	-	-	91.374
CCEAR 2007 - Energia Existente (A-1)		2014	6.068	6.341	-	-	-	-	12.409
CCEAR 2008 - Energia Existente		2015	75.934	79.351	82.843	-	-	-	238.128
CCEAR 2009 - Energia Existente		2016	45.780	47.840	49.945	51.943	-	-	195.508
CCEAR 2008 - Energia Nova		2022/2037	20.388	21.305	22.243	23.132	24.058	198.380	309.506
CCEAR 2009 - Energia Nova		2023/2038	24.741	25.854	26.992	28.071	29.194	251.318	386.170
CCEAR 2009 - Energia Nova (A-3)		2023/2038	37.620	39.313	41.043	42.684	44.392	1.063.858	1.268.910
CCEAR 2010 - Energia Nova		2024/2039	94.647	98.906	103.258	107.388	111.683	2.424.368	2.940.250
CCEAR 2011 - Energia Nova		2025/2040	50.596	52.873	55.199	57.407	59.703	1.394.401	1.670.179
CCEAR 2010 - Energia Nova (A-3)		2024	8.495	8.878	9.268	9.639	10.025	82.345	128.650
CCEAR 2012 - Energia Nova (A-5)		2026/2041	115.179	120.362	125.658	130.685	135.912	2.616.459	3.244.255
CCEAR 2011 - Energia Nova (A-3)		2025	3.147	3.289	3.433	3.571	3.713	35.584	52.737
CCEAR 2013 - Energia Nova (A-5)		2027/2042	312.785	326.861	341.243	354.892	369.088	5.028.292	6.733.161
CCEAR 2012 - Energia Nova (UHE Santo Antônio)		2041	12.124	32.261	50.511	54.429	56.606	2.300.803	2.506.734
CCEAR 2013 - Energia Nova (UHE Jirau)		2042	32.890	62.594	90.720	111.735	116.204	5.033.003	5.447.146
CCEAR 2016 - Energia Nova (A-5)		2035/2045	-	-	-	20.694	21.522	645.036	687.252
Cota MP579 (estimativa)		2042	40.515	42.338	44.201	45.969	47.808	2.070.642	2.291.473
Angra I e II		2045	54.731	57.194	59.710	62.099	64.583	3.356.125	3.654.442
Total			1.579.509	1.431.679	1.475.655	1.483.746	1.484.231	29.738.743	37.193.563

Os valores relativos aos contratos de compra de energia referidos no volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2012 que foram homologados pela ANEEL. A CDSA mantém compromissos de suprimento de energia firmados com clientes livres e distribuidoras, através dos CCARs (Contratos de compra e venda de energia no ambiente regulado) no montante de R\$2.290.985. A CGTF mantém compromissos de suprimento de energia firmados junto à parte relacionada COELCE, com a qual possui um contrato exclusivo de suprimento de energia de longo prazo no montante de R\$3.839.025 (receita bruta). **29. Obrigações com benefícios pós-emprego: Controlada Ampla Energia.** A controlada Ampla Energia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da Controlada, e um na modalidade de contribuição definida (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante. Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios de seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$480.896 (R\$529.230 em 31 de dezembro 2011 e R\$365.212 em 1º de janeiro de 2011), corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. Os planos administrados pela Controlada têm as seguintes principais características: a) **Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA (Benefício Definido). Patrocinadora (informações não auditadas).** Contribui com 2,86% da folha de salários e com o pagamento das despesas administrativas de aproximadamente R\$180 mensais. **Participantes ativos.** A contribuição corresponde a percentuais cumulativos em função da faixa salarial, com tabela e em razão do teto da previdência, variando de 1,75% a 10% do salário. **Participantes assistidos.** Essa contribuição é definida anualmente com base no resultado do plano de custeio, que corresponde atualmente aos mesmos percentuais cumulativos vigentes para os participantes ativos. A controlada Ampla Energia reconheceu contabilmente, em 31 de dezembro de 2001, o déficit atuarial, no montante de R\$118.221 apresentado no plano de complementação de aposentadoria (PCA), em conformidade com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O referido déficit foi suportado por contrato celebrado em 1º de janeiro de 2002, com a BRASILETROS, através do qual ficou estabelecido que o déficit apurado seria amortizado em um prazo de 20 anos, com carência de 2 anos e meio, com a incidência de juros de 6% ao ano, acrescido da variação ocorrida no índice nacional de preços ao consumidor - INPC. b) **Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV (Contribuição Definida). Patrocinadora.** Contribui com 4,06% da folha de salários dos participantes ativos, dos quais 0,1% são destinados à cobertura dos benefícios e 1,7% utilizados para cobertura das despesas administrativas, totalizando 5,65% da folha salarial. **Participantes ativos.** Os participantes ativos do PACV deverão efetuar a contribuição descrita no Regulamento do Plano, sendo que o percentual médio apurado a partir da população ativa no PACV na data-base da avaliação equivale a 4,77% da folha de salários dos participantes ativos do PACV. A Ampla Energia tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da empresa até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela empresa e pelo usuário em regime pré-pago. O plano é administrado pela Unimed Leste Fluminense e é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade do grupo. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela ANS. c) **Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA).** O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice: • Ativos - O plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custeio cobrado de funcionário é determinado pela empresa em função de tabela contendo 3 faixas etárias, cobrado por grupo familiar ou agregado. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei 9.656. • Aposentados Lei 9.656 - Grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei 9.656. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, sendo as contribuições per capita estruturadas por faixa etária. • Aposentados PDI - Grupo de aposentados e seus dependentes que gozam do benefício de permanência no plano, sendo seu custeio determinado de acordo com as mesmas regras aplicadas aos empregados, ou seja, tabela de contribuições contendo 3 faixas etárias, cobrados por grupo familiar ou agregado no plano. d) **Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria.** A empresa, através de acordo coletivo, mantém o pagamento de importância equivalente a 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria. Terão direito o benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na Ampla. **Controlada COELCE.** A controlada COELCE é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação COELCE de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano BD), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da COELCE, e um na modalidade de contribuição definida (Plano CD), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante. Os planos administrados pela controlada COELCE têm as seguintes principais características: a) **Plano de Contribuição Definida (CD).** Para o Plano CD a Controlada contribui mensalmente com o mesmo valor que o participante efetua. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas "em cascata". b) **Plano de Benefício Definido (BD).** O plano BD tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios. O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a Controlada contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal e com taxa de 2,84% sobre o quociente (não inferior à unidade) entre o número de empregados e dirigentes participantes da FAELCE, existentes em 31 de julho de 1997, e o número de empregados participantes existentes no mês de competência da contribuição suplementar amortizada, estando prevista a vigência dessa contribuição suplementar durante 22 anos e 6 meses, a contar de julho de 1997. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdencial da referida entidade. Os benefícios do plano compreendem: • Complementação de aposentadoria por invalidez; • Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição; • Complementação de aposentadoria por idade; • Complementação de aposentadoria especial; • Complementação de auxílio reclusão; • Complementação de pensão por morte; • Complementação de abono anual. O cálculo matemático relativo aos benefícios de complementação de aposentadorias e pensões do Plano BD adota o método da unidade de crédito projetada. Em 30 de junho de 1999 foi firmado contrato de dívida consolidando todos os débitos provenientes de retenções e atrasos nos repasses de obrigações e encargos financeiros pela Controlada. Em 30 de junho de 2007 foi assinado um terceiro aditivo, conforme resolução CGPC nº 17/96 do Ministério da Previdência e Assistência Social, sob as seguintes condições: • Prazo para pagamento total: 14 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando em 31 de dezembro de 2007 e terminando em 30 de junho de 2014. Até 31 de dezembro de 2012, a companhia realizou 11 parcelas de amortizações, ficando um saldo de R\$18.147 (R\$29.398 em 31 de dezembro de 2011 e R\$45.609 em 1º de janeiro de 2011). • Pagamento dos juros: mensais e sucessivos, corrigidos pelo INPC. • Amortização do principal:

semestral calculado sobre o saldo devedor de cada mês, depois da aplicação da correção monetária pelo INPC. c) **Plano de Assistência Médica.** O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade do grupo. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela ANS. O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice: • Ativos - O plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano, é parcialmente coberto pela empresa, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei 9.656. • Aposentados Lei 9.656 - Grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei 9.656. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano. • Aposentados Especiais - Grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela empresa (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo. d) **Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria.** Conforme acordo coletivo vigente, os casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias. As controladas optaram por efetuar o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais imediatamente no exercício em que ocorrerem em "outros resultados abrangentes".

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação.

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente da obrigação atuarial						
no início do ano	(1.064.274)	(968.746)	(716.283)	(662.529)	(1.780.557)	(1.631.275)
Custo dos serviços correntes	(84)	(3.612)	(1.196)	(1.534)	(1.280)	(5.146)
Custo dos juros	(107.623)	(98.375)	(72.631)	(67.257)	(180.254)	(165.632)
Contribuições de participantes do plano	(29)	(22)	-	-	(29)	(22)
Ganho/(perda) atuarial	(74.037)	(69.199)	(219.094)	(28.310)	(293.131)	(97.509)
Benefícios pagos	76.773	75.680	45.188	43.347	121.961	119.027
Valor presente da obrigação atuarial total	(1.169.274)	(1.064.274)	(964.016)	(716.283)	(2.133.290)	(1.780.557)

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	539.805	623.510	740.786	680.656	1.280.591	1.304.166
Retorno esperado dos ativos do plano	57.639	72.992	80.429	80.423	138.068	153.415
Ganho (perda) Atuarial	133.662	(115.306)	209.242	10.251	342.904	(105.055)
Contribuições do empregador	34.016	34.267	21.635	12.803	55.651	47.070
Contribuições do participante do plano	29	22	-	-	29	22
Benefícios pagos no ano	(76.773)	(75.680)	(45.188)	(43.347)	(121.961)	(119.027)
	688.378	539.805	1.006.904	740.786	1.695.282	1.280.591

Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente das obrigações atuariais	(1.169.274)	(1.064.274)	(964.016)	(716.283)	(2.133.290)	(1.780.562)
Valor justo dos ativos	688.378	539.805	1.006.904	740.786	1.695.282	1.280.596
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(480.896)	(524.469)	42.888	24.503	(438.008)	(499.966)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	-	(4.761)	(107.737)	(24.503)	(107.737)	(29.264)
(Ativo)/passivo atuarial líquido (*)	(480.896)	(529.230)	(64.849)	-	(545.745)	(529.230)
Dívida contratada	-	-	(18.147)	(35.364)	(18.147)	(35.364)
(Ativo)/passivo atuarial líquido apurado	(480.896)	(529.230)	(82.996)	(35.364)	(563.892)	(564.594)

(*) O valor referente a Ampla Energia contempla o saldo da dívida contratada.

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Custo do serviço corrente	84	3.612	1.196	1.534	1.280	5.146
Custo dos juros	107.623	98.375	72.631	67.257	180.254	165.632
Retorno esperado dos ativos do plano	(57.639)	(72.992)	(80.429)	(80.423)	(138.068)	(153.415)
Total de despesas/(receitas)	50.068	28.995	(6.602)	(11.632)	43.466	17.363

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ganho/(perda) atuarial	59.625	(184.505)	(9.852)	(17.964)	49.773	(202.469)
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	4.761	15.220	(82.937)	(24.798)	(78.176)	(9.578)
Variação no ajuste para reconhecimento de dívida	-	-	16.927	6.307	16.927	6.307
Total de outros resultados abrangentes no exercício	64.386	(169.285)	(75.862)	(36.455)	(11.476)	(205.740)

Retorno real dos ativos dos planos

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Retorno esperado sobre os ativos do plano	57.639	72.992	80.429	80.423	138.068	153.415
Ganho (perda) atuarial sobre os ativos do plano	133.662	(115.306)	209.242	10.251	342.904	(105.055)
Retorno real sobre os ativos dos planos	191.301	(42.314)	289.671	90.674	480.972	48.360

Valores atuariais para o exercício corrente e o anterior

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente da obrigação	(1.169.274)	(1.064.274)	(964.016)	(716.283)	(2.133.290)	(1.780.557)
Valor justo dos ativos	688.378	539.805	1.006.904	740.786	1.695.282	1.280.591
Superávit (déficit)	(480.896)	(524.469)	42.888	24.503	(438.008)	(499.966)
Ajustes de experiências sobre os passivos do plano	(74.037)	(69.199)	(219.094)	(28.310)	(293.131)	(97.509)
Ajustes de experiências sobre os ativos do plano	133.662	(115.306)	209.242	10.251	342.904	(105.055)

Premissas biométricas adotadas

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo estão demonstradas a seguir, em valores nominais:

Principais premissas atuariais	Ampla Energia							COELCE	
	PCA	PACV	PAMA	FGTS	BD	CD	CD	Plano de saúde	FGTS
Taxa de desconto	9,80%	9,80%	9,80%	9,80%	9,80%	9,80%	9,80%	9,80%	9,80%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	9,80%	9,80%	N/A	N/A	9,80%	9,80%	N/A	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	7,61%	7,61%	N/A	7,61%	7,61%	7,61%	N/A	N/A	7,61

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro antes do IRPJ e CSSL	1.011.419	892.935	2.035.605	1.612.295
Alíquota nominal	343.882	303.598	692.106	548.180
Adições permanentes				
Participações nos lucros (administradores)	-	-	2.573	2.032
Bônus diretoria	-	-	-	348
Taxa CTM e TESA - Subst. Tributária	-	-	9.186	56
Adição lucro coligada no exterior - CTM	-	-	-	-
Doações	-	-	783	310
Benefícios indiretos	-	-	30	124
Multas indedutíveis	-	-	7.041	2
Atualização financeiras contingências (*)	-	-	953	72
Depreciação Lei 8.200	-	-	196	205
Perdas	-	-	8.715	9.107
Perdas com clientes - reversão PCLD	-	-	4.738	19.043
Despesas indedutíveis-baixa diversos	-	-	-	732
Fringe benefícios - deprec. veículos	-	-	-	1
Doações não dedutíveis	-	-	838	13
Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos como ativo	-	-	-	29.251
	-	-	35.053	61.296
Exclusões permanentes				
Auto de Infração 104/2009 COELCE Plus	-	-	-	(2.329)
Amortização do ágio e reversão da provisão	-	-	(3.570)	(7.573)
Efeito tributário da equivalência patrimonial	(335.981)	(283.484)	-	-
Efeito líquido de controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(104.835)	(78.582)
Encargos obrigações com IFC	-	-	-	-
Ganho em investimento custo	-	-	-	-
Superávit atuarial	-	-	-	(8.897)
	(335.981)	(283.484)	(108.405)	(97.381)
Deduções permanentes				
Lucro da exploração	-	-	(65.147)	(108.166)
Incentivo fiscal do PAT	-	-	(1.778)	(1.955)
Adicional do IRPJ	-	-	(312)	(96)
	-	-	(67.237)	(110.217)
Outros				
Ajuste benefício ADENE	-	-	-	-
Provisão contingência ICMS	-	-	-	(4.961)
Ajuste contingência IRPJ e CSLL	-	-	-	5.559
Diferença em controladas no exterior	-	-	(4.204)	(1.227)
Outros	(299)	1.686	18.324	7.525
	(299)	1.686	14.120	6.896
IRPJ/CSSL corrente no resultado	7.602	21.800	383.909	412.424
IRPJ/CSSL diferidos no resultado	-	-	204.196	62.679
Incentivo fiscal	-	-	(23.136)	(66.329)
Alíquota efetiva	7.602	21.800	564.969	408.774

(*) Não foi calculado o IRPJ e CSLL diferido ativo sobre as provisões de PIS e COFINS sobre a CVA. As bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social da controlada CDSA foram apuradas mediante a aplicação dos percentuais de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta, segundo as regras de apuração pelo

regime de lucro presumido, adotado por esta controlada CDSA, conforme liberalidade garantida pela Lei 9.964, de 10 de abril de 2000, para aqueles contribuintes que ingressaram ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS. O imposto de renda foi apurado à alíquota de 15%, mais adicional de 10%, e a contribuição social a 9%. **31. Receita líquida:** A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é como segue:

Descrição	Consolidado					
	Nº de consumidores		MWh		R\$	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Fornecimento faturado						
Residencial	3.392.641	3.362.496	6.397.620	5.699.826	3.535.034	3.045.198
Residencial baixa renda	1.211.463	1.122.859	1.286.522	1.487.933	329.415	387.228
Industrial	10.639	10.682	2.253.541	2.651.145	872.263	915.505
Comércio, serviços e outras	316.011	311.052	3.912.323	3.605.389	1.953.408	1.788.224
Rural	487.940	457.745	1.353.037	1.057.623	295.526	246.023
Poder público	45.162	43.697	1.023.873	914.469	488.161	448.813
Iluminação pública	3.395	3.283	780.139	732.899	239.000	218.820
Serviços públicos	10.350	9.980	742.515	707.883	211.933	204.940
Receita de ultrapassagem demanda e excedente de reativos	-	-	-	-	(19.444)	(12.934)
	5.477.601	5.321.794	17.749.570	16.857.167	7.905.296	7.241.817
Fornecimento não faturado					59.042	(24.802)
Consumidores, concessionários e permissionários	-	-	-	-	7.964.338	7.217.015
Subvenção de energia elétrica	13	14	418.978	404.663	870.333	484.308
Subvenção baixa renda	-	-	-	-	328.903	266.106
Energia elétrica de curto prazo	-	-	-	-	100.624	13.125
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres - revenda	43	37	-	-	370.684	367.389
Receita de ultrapassagem demanda e exced de reativos - clientes livres	-	-	-	-	(2)	289
Disponibilidade da rede elétrica (RAP)	-	-	-	-	290.563	199.568
Receita de construção	-	-	-	-	572.735	619.135
Outras receitas	-	-	-	-	170.488	158.532
Receita operacional bruta	-	-	-	-	10.668.666	9.325.467
(-) Deduções da receita	-	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	(2.136.963)	(1.855.960)
PIS	-	-	-	-	(97.093)	(63.276)
COFINS	-	-	-	-	(440.955)	(295.519)
ISS	-	-	-	-	(2.979)	(3.141)
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-	(14.461)	-
Quota para reserva global de reversão	-	-	-	-	(82.900)	(116.268)
RGR - Quota para reserva global de reversão	-	-	-	-	(43.056)	-
Subvenções CCC/CDE	-	-	-	-	(270.988)	(333.426)
P&D e eficiência energética	-	-	-	-	(55.050)	(42.607)
Encargo ex-isolados	-	-	-	-	(9.636)	(8.249)
Outros impostos e contribuições sobre a Receita	-	-	-	-	(29.500)	(27.749)
Total de deduções de receita	-	-	-	-	(3.183.581)	(2.746.195)
Total	5.477.657	5.321.845	18.168.548	17.261.830	7.485.085	6.579.272

32. Custos e despesas operacionais: Os custos e despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Descrição	Controladora			Consolidado						
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011			
	Depesas gerais e administrativas	Outras	Total	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Depesas gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Pessoal (inclusive previdência privada)	(22.884)	-	(22.884)	(15.775)	(209.543)	(3.242)	(153.991)	-	(366.776)	(321.577)
Material	(40)	-	(40)	(40)	(21.947)	(5.634)	(2.361)	-	(29.942)	(26.803)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	-	-	-	-	(127.420)	-	-	-	(127.420)	(120.512)
Serviços de terceiros	(12.627)	-	(12.627)	(9.862)	(403.029)	(13.071)	(108.903)	-	(525.003)	(490.810)
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	-	-	(2.599.878)	-	-	-	(2.599.878)	(2.065.576)
Encargos do uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	(610.898)	-	-	-	(610.898)	(383.374)
Encargos dos serviços de sistema	-	-	-	-	(53.328)	-	-	-	(53.328)	(57.411)
Custos na desativação de sistema	-	-	-	-	(63.318)	-	(12.164)	-	(75.482)	(8.774)
Depreciação e amortização	(1.213)	-	(1.213)	(1.165)	(451.518)	-	(10.179)	-	(461.697)	(452.841)
Compensação financeira ou utilização de recursos hídricos	-	-	-	-	(18.305)	-	-	-	(18.305)	(15.959)
Perdas com desativação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.362)
PCLD clientes	-	-	-	-	-	(98.970)	-	-	(98.970)	(128.528)
Taxa de fiscalização da ANEEL	-	-	-	-	(11.041)	-	-	(4.561)	(15.602)	(28.162)
Custo de construção	-	-	-	-	(572.735)	-	-	-	(572.735)	(13.460)
Provisão para contingências	(81)	-	(81)	-	101.851	-	(39.398)	-	62.453	(619.135)
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação	-	-	-	-	-	-	-	(27.013)	(27.013)	(29.518)
Resultado da equivalência patrimonial	992.601	-	992.601	833.775	-	-	-	-	-	-
Outros custos/despesas operacionais	(2.305)	676	(1.629)	447	(42.345)	(3.849)	(45.155)	(9.009)	(100.358)	(46.662)
	953.451	676	954.127	807.398	(5.073.454)	(124.766)	(372.151)	(40.583)	(5.610.954)	(4.824.464)

Segue abaixo a composição do saldo de energia elétrica comprada para revenda:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Centrais Elétricas S.A. - FURNAS	(148.120)	(144.050)
Itaipu Binacional	(234.519)	(207.432)
Enertrade Comercializadora de Energia S.A.	(39.706)	(42.276)
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	(98.926)	(81.665)
Light S.A./Cenf/Elektro	-	(137.829)
Companhia Energética de São Paulo - CESP	(70.937)	(66.510)
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	(64.131)	-
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	(46.601)	(46.564)
Copel Geração S.A. - COPEL	(45.562)	(40.251)
CEMIG - Geração e Transmissão S.A.	(43.586)	(41.643)
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	(160.232)	(23.851)
CCEARs - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado	(908.974)	(863.072)
Programa de Inc. as Fontes Alternativas - PROINFA	(95.580)	(75.887)
Tractebel Energia S.A.	(34.517)	(33.426)
Contratos por disponibilidade (*)	(282.660)	(153.455)
Outros	(325.827)	(107.665)
	(2.599.878)	(2.065.576)

(*) Contratação de disponibilidade da usina para geração de energia elétrica quando necessário. Entre o ano de 2008 e 2009 houve um incremento na compra por disponibilidade e quantidade, em virtude da constituição de novos contratos do 4º leilão de energia existente, 1º e 2º leilões de energia nova produto 2009, com custos superiores aos já contratados. Os custos com cada leilão são diferentes e homologados pelo órgão regulador.

33. Resultado financeiro:

Descrição	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	15.901	42.637
Transações com partes relacionadas	39.963	42.930
Outras receitas financeiras	965	2.662
Total da receita financeira	56.829	88.229
Despesa financeira		
Encargos de dívidas	(190)	(1.613)
Atualização financeira de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(24)	-
Outras despesas financeiras	(198)	(1.079)
Total de despesa financeira	(412)	(2.692)
Variação cambial		
Variação cambial ativa	1.965	-
Variação cambial passiva	(1.090)	-
Total da variação cambial	875	-
Total	57.292	85.537

Descrição	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	120.075	121.429
Juros de debêntures	-	4.168
Multas e acréscimos moratórios	96.447	84.901
Variações monetárias diversas	14.348	18.823
Atualização monetária - CELG	11.530	117.655
Receita financeira - ativo indenizável	487.517	23.728
Correção depósitos judiciais	561	2.583
Encargo de fundo de pensão	7.798	13.166
Outras receitas financeiras	30.118	65.286
Total da receita financeira	768.394	451.739
Despesa financeira		
Variações monetárias	(41.224)	(48.339)
Encargos de dívidas	(171.054)	(165.955)
Atualização de impostos e multas	(9.044)	(19.570)
Atualização financeira de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(68.035)	(75.702)
Encargo de fundo de pensão	(49.984)	(25.383)
Multas e acréscimos moratórios	(12.774)	(8.649)
Multas ARCE	(31.274)	-
Despesas bancárias	(24)	-
Juros debêntures	(75.713)	(104.408)
Variações monetárias debêntures	(27.937)	(13.691)
Indenizações DIC / FIC	(23.112)	(28.169)
Perda swap	(5.656)	-
Custo de transação	(3.718)	-
Correção prog. efec. energética e P&D	(2.377)	(3.400)
IOF e IOC	(3.505)	(1.011)
Correção monetária	1.749	(9.375)
Multas	(21.109)	-
Atualização financeira	(24.197)	-
Comissão - Banco	-	(7.910)
Outras despesas financeiras	(16.243)	(63.786)
Total da despesa financeira	(585.231)	(575.348)
Variação cambial ativa	75.810	121.380
Variação cambial passiva	(97.499)	(140.284)
Total da variação cambial	(21.689)	(18.904)
Resultado financeiro	161.474	(142.513)

34. Participação nos resultados: A Companhia e suas controladas implantaram o programa de participação dos empregados nos resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Empresa até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador. O montante dessa participação no exercício de 2012 foi de R\$3.619 (R\$2.098 em 2011 e R\$1.837 em 1º de janeiro de 2011). A participação da Companhia somada às controladas, no exercício de 2012, foi de R\$31.228 (R\$25.780 em 2011 e R\$20.550 em 1º de janeiro de 2011). **35. Cobertura de seguros:** Os principais ativos em serviço do Grupo estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Endesa, com o valor em risco para danos materiais no montante de R\$4.785.034, com um limite de cobertura para lucros cessantes de R\$5.959.248 e um limite geral de indenização, por sinistro, no montante de R\$3.247.312. O Grupo também contrata um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do grupo Endesa no valor de R\$525.292 por sinistro ou agregado anual para o primeiro risco e no valor limite de R\$787.938 por sinistro ou agregado anual para o segundo risco. Em 31 de dezembro de 2012, as controladas da Endesa Brasil possuíam as seguintes coberturas de seguros: As especificações por modalidade de risco e data de vigência estão demonstradas a seguir:

Risco operacional:	Importância	Limite máximo de garantia por sinistro
Controladas	Data de vigência	assegurada
AMPLA Energia	31/10/2012 à 31/10/2013	716.943
CDSA	31/10/2012 à 31/10/2013	1.470.282
CIEN	31/10/2012 à 31/10/2013	1.256.560
CGTF	31/10/2012 à 31/10/2013	685.326
COELCE	31/10/2012 à 31/10/2013	655.923
101.478		
1.014.785		
1.014.785		
1.014.785		
101.478		

Responsabilidade civil:	Limite máximo de garantia por sinistro
Sociedades	Data de vigência
AMPLA Energia	31/10/2012 à 31/10/2013
CDSA	31/10/2012 à 31/10/2013
CIEN	31/10/2012 à 31/10/2013
CGTF	31/10/2012 à 31/10/2013
COELCE	31/10/2012 à 31/10/2013
525.292	
787.938	
525.292	
525.292	
525.292	

36. Lucro por ação: Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por ação ("CPC 41"), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro do exercício	1.003.817	871.135
Número de ações	170.877.378	170.877.378
Lucro por ação - básico (reais por milhares de ações)	5,874	5,098

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 170.877.378 (cento e setenta milhões, oitocentos e setenta e sete mil, trezentos e setenta e oito) ações ordinárias.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Presidente: Mario Fernando de Melo Santos; Vice Presidente: Ignacio Antoñanzas Alvear; Massimo Tambosco; Antônio Basilio Pires e Albuquerque; Ramiro Diego Alfonsín Balza; Cristián Eduardo Fierro Montes; Joaquín Galindo Vélez. **DIRETORIA - EXECUTIVA:** Diretor Presidente: Marcelo Andrés Llénenes Rebolledo; Diretor Jurídico: Antônio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque; Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Teobaldo José Cavalcante Leal; Diretor de Regulação: José Alves de Mello Franco; Diretor de Planejamento e Controle: Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira; Diretor de Desenvolvimento: Livia de Sá Baião; Diretor de Recursos Humanos: Carlos Ewandro Naegele Moreira

OUTRAS INFORMAÇÕES: Endesa Brasil S.A. - Praça Leoni Ramos, 1 - São Domingos. - CEP 24210-205 - Niterói (RJ) - Brasil. Tel.: 55 21 2613-7000. www.endesabrasil.com.br. CNPJ: nº 07.523.555/0001-67

Relações com Investidores
 Isabel Regina Barroso de Alcântara

Contador
 Claudio Roberto de Azevedo Ferreira - CRC RJ-078103/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **Endesa Brasil S.A.** Niterói - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Endesa Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados

nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Endesa Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase: Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.** Em 27 de março de 2012, emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Endesa Brasil S.A.. Conforme descrito na nota explicativa nº 2.25, essas demonstrações financeiras foram alteradas para corrigir a classificação de determinados instrumentos financeiros entre caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, e estão sendo ora reapresentadas. Consequentemente, nossa opinião considera essas alterações e substitui a opinião anteriormente emitida. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes a 1 de janeiro de 2011:** Os valores correspondentes ao balanço patrimonial levantado em 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010), apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 11 de março de 2013, que não conteve qualquer modificação. Rio de Janeiro, 27 de março de 2013. Auditores Independentes S.S. - CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ. Márcio F. Ostwald - Contador CRC - 1RJ 086.202/O-4.